

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

LÍNGUA, CULTURA
E
CIVILIZAÇÃO
um estudo das idéias lingüísticas de Serafim da Silva Neto

JORGE VIANA DE MORAES

São Paulo
2008

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

LÍNGUA, CULTURA
E
CIVILIZAÇÃO
um estudo das idéias lingüísticas de Serafim da Silva Neto

JORGE VIANA DE MORAES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marli Quadros Leite

São Paulo

2008

FOLHA DE APROVAÇÃO

Jorge Viana de Moraes

Língua, cultura e civilização: *um estudo das idéias lingüísticas de Serafim da Silva Neto*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Profª. Drª. _____

Instituição: _____ assinatura: _____

Profª. Drª. _____

Instituição: _____ assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Para Valéria de Araújo Pereira, minha amada esposa, amiga e companheira de todas as horas, por me apoiar nesta jornada de crescimento, por não poupar sacrifícios, por entender minhas buscas. Meu amor, vencemos!

Para meus pais, Jorge de Moraes e Nalva Viana de Moraes, pela dedicação, pelo carinho, pela educação e, principalmente, pelo amor que sempre me deram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, na pessoa do meu Senhor e Salvador Jesus Cristo. Nele, em tudo sou mais que vencedor, sem Ele nada do que faço seria possível.

À querida Prof^a. Dr^a. Marli Quadros Leite, por me oferecer mais que uma orientação segura, ofereceu-me amizade, incentivo e apoio necessários para que eu pudesse realizar esse trabalho. Desde o começo, acreditou que eu poderia dar conta de tamanha tarefa.

À Prof^a. Dr^a. Margarida Petter e ao Prof. Dr. Jarbas Nascimento, argüidores da banca de qualificação, pela leitura atenta e cuidadosa, pelas judiciosas sugestões que permitiram definir melhor os rumos de minha pesquisa.

Ao Prof. Dr. Hudilson Urbano, grande mestre e exemplar pesquisador, por ter sido o primeiro a abrir-me as portas da Pós-graduação na USP. Seus ensinamentos são inesquecíveis, sua humildade, inspiradora.

Agradeço à Valéria, minha esposa, por estar sempre ao meu lado em todos os momentos da minha vida. Tinha de ser você!

Às minhas filhas, Fernanda, Vanessa e Amanda, por todo o sacrifício que cada uma de vocês tiveram de fazer e, principalmente, por me oferecerem a oportunidade diária desse árduo, mas gratificante ofício de ser pai.

Agradeço a minha mãe pela pessoa que ela é: boa, de coração limpo, de fibra, de fé e muito alegre. Com seu jeito feliz de ser é uma incentivadora por natureza. Mesmo nas horas mais difíceis nunca permitiu que Deus ficasse longe da sua presença.

A meu pai, homem inteligente, que, embora não tendo a oportunidade de bacharelar-se, tornou-se “doutor” em muitos ofícios. Encerra dentro de si vários questionamentos filosóficos, que o habilitariam a escrever um livro sobre suas eternas e inquietantes indagações. Sem seu apoio, esse trabalho não teria sido possível.

Agradeço (in memoriam) aos meus avós paternos, Lázaro e Antônia de Moraes, e, aos meus avós maternos, João Alves Viana e Jovita Maria de Jesus Viana, por me ensinarem muitas coisas, a principal delas: amar. Legaram-me suas maiores riquezas, neste mundo: amar a Deus sobre todas as coisas e servi-Lo de todo o coração. Sinto saudades...

Agradeço à minha sogra, Dona Tereza, por todo o apoio. Aos avós de minha esposa Valéria, Senhor Manuel e Dona Santa que agora tenho por meus, pelo exemplo de força e de vida.

Aos meus irmãos e irmãs, todos eles: Claudinei, Cristiane, Jair, Mariana, Maíra e Mateus, pelo carinho, amo todos vocês. Aos meus sobrinhos e sobrinhas, tios e tias, a toda minha família: vocês são muito importantes para mim.

À Lina, secretária da pós-graduação, competentíssima profissional de trabalhos, muitas vezes, invisíveis, porém imprescindíveis. Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente estiveram envolvidos e tiveram sua parcela de contribuição na realização deste trabalho.

Todo investigador, por mais original que seja a sua obra, está preso ao seu tempo às idéias em voga na época da sua formação universitária. Os eruditos, mais ainda que os artistas, estão indissoluvelmente ligados aos mestres, cujos métodos por vezes renovam, mas cujas idéias absorvem, desenvolvem ou submetem a uma crítica rigorosa e fecunda. Enfim, é certo que todo estudioso está muito dependente das doutrinas que aprendeu na sua mocidade [...]

Serafim da Silva Neto (1960, p. 19)

RESUMO

Neste trabalho analisamos o pensamento crítico do filólogo brasileiro Serafim da Silva Neto, sobre o português do Brasil. Para ele a língua era uma manifestação espiritual do homem, que estava atrelada à cultura e à civilização. Nosso objetivo é o de examinar, no discurso do filólogo, a relação entre estes conceitos e explicá-los à luz da história, do contexto em que ele estava inserido. Para tanto, o *corpus* compõe-se de duas obras do autor: *Introdução aos Estudos da Língua Portuguesa no Brasil*, de 1950 e *Língua, Cultura e Civilização*, de 1960. A análise é precedida da contextualização da época em que Silva Neto atuou, para que, assim, pudessem ser estabelecidas as bases teóricas sobre as quais está fundamentado seu pensamento crítico. Teoricamente, o trabalho está vinculado ao quadro da Historiografia Lingüística, já que visa a descrever e analisar como o autor desenvolveu seu pensamento crítico acerca do português do Brasil. Nesse sentido, seguiu-se a proposta teórico-metodológica de Auroux (2006), para quem, ser um historiador da ciência é poder *construir ligações causais*.

Palavras-chave: Historiografia Lingüística, Horizonte de Retrospecção, Serafim da Silva Neto, concepções lingüísticas, português do Brasil.

ABSTRACT

In this work we analyze the critical thought of the Brazilian philologist Serafim da Silva Neto, on the Portuguese of Brazil. For Serafim, the language was a spiritual manifestation of the man who closely was tied with the culture and the civilization. Our objective is to examine, in the speech of the philologist, the relation between these concepts and to explain them in the light of history, of the context where it was inserted. For in such a way, the corpus is composed in two workmanships of the author: *Introdução aos Estudos da Língua Portuguesa no Brasil*, of 1950 and *Língua, Cultura e Civilização*, of 1960. The analysis is preceded of the contextualization of the time where Silva Neto acted, so that, thus, the theoretical bases could be established on which its critical thought is based. Theoretically, the work is tied with the picture of the Linguistic Historiography, since it aims at to describe and to analyze as the author developed its critical thought concerning the Portuguese of Brazil. In this direction, it was followed proposal theoretical-methodological of Auroux (2006), for whom; to be a historian of science is to be able to build causal links.

Keywords: Linguistic Historiography, Retrospective Horizons, Serafim da Silva Neto, linguistic conceptions, portuguese of Brazil.

RÉSUMÉ

Dans ce travail nous analysons la pensée critique du philologue brésilien Serafim da Silva Neto, sur le portugais du Brésil. Pour lui, la langue était une manifestation spirituelle de l'homme, qui était attachée à la culture et à la civilisation. Notre objectif est d'examiner, dans le discours de ce dernier, la relation entre ces concepts et de les expliquer à la lumière de l'histoire, du contexte dans lequel il était plongé. Ainsi, le *corpus* est composé de deux ouvrages de l'auteur: *Introdução ao Estudos da Língua Portuguesa no Brasil* en 1950 et *Língua, Culture e Civilização*, en 1960. L'analyse est précédée du contexte de l'époque où Silva Neto a opéré, de manière à ce que puissent être établis les fondements théoriques sur lesquels sa pensée critique est fondée. Théoriquement, le travail est lié au cadre de l'historiographie linguistique, vu qu'il vise à décrire et analyser comment l'auteur a développé sa réflexion critique concernant le portugais du Brésil. Dans ce sens, la proposition d'enseignement théorique et méthodologique d'Auroux (2006) a été suivie, pour qui, être un historien en science est pouvoir *construire des liens de causalité*.

Mots-clés: Historiographie Linguistique ; horizon de rétrospection ; Serafim da Silva Neto ; conceptions linguistiques, portugais du Brésil.

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo I	
CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÉPOCA DE PUBLICAÇÃO DAS OBRAS DE SILVA NETO: AS CORRENTES FILOSÓFICAS E CIENTÍFICAS	31
1.1 Breve biografia de Serafim da Silva Neto: o filólogo no contexto da criação do Estado Novo	32
1.2 O contexto filosófico	36
1.2.1 Benedetto Croce	37
1.2.2 Especulações sobre o pensamento hegeliano na visão de mundo de Serafim da Silva Neto: possibilidades	40
1.2.3 A Filosofia de Hegel	46
1.2.4 O horizonte de retrospecção de Silva Neto	49
1.2.5 Noção Cumulativa	52
1.2.6 O método dialético na concepção da história da língua portuguesa no Brasil	57
1.3 O contexto científico e a dimensão política	59
1.3.1 Teorias de raça	62
1.3.2 O surgimento das Faculdades de Filosofia, a era Vargas e discurso da construção nacional	65
Capítulo II	
VISÃO ANTROPOLÓGICA E ETNOGRÁFICA EM OBRAS DE SERAFIM DA SILVA NETO	77
2.1 Cultura e civilização	77
2.1.2 O conceito de cultura e civilização para Serafim da Silva Neto	82
2.1.3 Língua, Cultura, e Civilização no discurso de Silva Neto: a suposta inferioridade cultural de índios, negros e mestiços em relação à superioridade cultural portuguesa	90
2.2 A influência da antropologia evolucionista cultural	100
Capítulo III	
CONCEPÇÃO DE LÍNGUA	114
3.1 Língua portuguesa <i>no</i> Brasil	115
3.2 Língua como manifestação do espírito humano	117
3.3 Língua: instrumento da cultura de um povo	123
3.4 O aspecto social da língua	125
3.5 Variação e mudança	129
3.6 Norma lingüística	131

Conclusão	136
Referências Bibliográficas	140

INTRODUÇÃO

Muito já se escreveu sobre o filólogo brasileiro Serafim da Silva Neto, que passou para a posteridade como um dos autores que mais contribuiu para o desenvolvimento do pensamento crítico sobre a língua portuguesa do Brasil. O autor desenvolveu sua obra em um momento histórico em que se chegavam ao ápice as querelas entre intelectuais, escritores e gramáticos brasileiros acerca da melhor definição para a língua aqui usada. Para Silva Neto, a língua do Brasil era a portuguesa, que havia sido transplantada de Portugal, e que, em um primeiro momento, entrou em contato com “aloglotas, uns ameríndios, outros vindos de África” (Silva Neto, 1986a [1957], p. 632), formando falares de emergência; segundo momento, o autor considerou que, esses tipos de falares eram transitórios, e que, “a *língua comum*”, que era um “tipo superior de expressão”, apresentava no domínio lingüístico português duas variedades: a européia e a americana (idem, 1986b [1950], p.20). Ou seja, para Silva Neto “o domínio lingüístico brasileiro – isto é, a *estrutura lingüística comum*” se inseria “num domínio mais vasto: o da língua portuguesa” (idem, p. 119). Tais considerações serviam de argumento para a sustentação de uma das suas principais teses sobre o português brasileiro: *a unidade na diversidade e a diversidade na unidade*.

No entanto, ao mencionar a maneira, muitas vezes discriminatória e preconceituosa, como Silva Neto fazia referência aos elementos negro e indígena, bem como às línguas de que se serviam, e que tanto influenciaram na formação da língua portuguesa do Brasil, alguns autores, nossos

contemporâneos, por não quererem se comprometer com o mérito da questão, fazem torneios para citá-lo, como por exemplo, este: “*Descontado seu caráter discriminatório*, essa afirmação pode ser recolocada [...]” (Vital, 2001, p. 303, grifamos). É assim que Vital se posiciona sobre a afirmação de Silva Neto de que a dominação da língua lusa explicava-se pelo seu prestígio superior, o que forçava os indivíduos ao uso da língua que exprimia, segundo ele, a “melhor forma de civilização”.

Mattos e Silva (2004, p.32) reconhecendo que, durante meados do século XX, vários autores perseguiram “o *português no Brasil* como se fora uma realidade homogeneizável”, inclui entre eles, Serafim da Silva Neto. Acrescenta a autora que “na base de tal ideal está uma ideologia que busca ‘enobrecer’ e ‘desmisticizar’ o *português brasileiro*”, o que, segundo ela, fica muito explícita na seguinte formulação do referido autor:

Por causa, precisamente, desta falta de prestígio é que a *linguagem adulterada dos negros e índios* não se impôs senão transitoriamente: todos os que puderam adquirir uma cultura escolar e que, por este motivo, possuíam o prestígio da literatura e da tradição, reagiram contra ela (Silva Neto, 1960, p. 21 *apud* Mattos e Silva, 2004, p. 12) (Grifei).

Entretanto, logo após esta citação, apesar de se referir ao uso preconceituoso de Silva Neto, utilizando aspas para manter distância dos dizeres do filólogo, quando este diz “linguagem adulterada de negros e índios”, a autora não se aprofunda em explicações sobre as observações preconceituosas do autor, talvez, por não ser este o seu maior objetivo. Na verdade, o objetivo das pesquisas de Rosa Virgínia Mattos e Silva centra-se,

sobretudo, na construção de uma sócio-história do português brasileiro, que está inserida nas pesquisas de lingüística histórica. De modo que a autora prefere encarar a posição do “mestre” como uma “visão simplificadora ‘lusitanófila’ [...] que ele opõe, sem, assim, designá-la, como teses ‘indianófilas’ e ‘africanófilas’, por ele assim designadas, referindo-se a vários autores que, antes dele, se detiveram com paixão sobre a questão do português brasileiro”.

Machado Filho (2003) enuncia o risco de falar em Serafim da Silva Neto pelo fato de seus textos, “por não se enquadrarem dentro dos parâmetros da isenção e imparcialidade”, terem a propriedade de suscitar sempre “alguma reação em seus leitores pela carga semântica de valores ideológicos que apresentam”. O autor reduz as posições preconceituosas de Silva Neto a uma estratégia do próprio filólogo em saber “planejar bem os recursos de que poderia servir numa batalha”. E explica que, por isso, Serafim da Silva Neto, havia sido “um intelectual que soube representar, através de seu discurso, as idéias de seu tempo e de suas referências culturais”. Sobre esse último dado, não há dúvidas. No entanto, é necessário que se analise e interprete a posição do filólogo em seu contexto. Ou seja, é preciso considerar que as concepções lingüísticas do autor devem ser examinadas com maior rigor, para se explicarem suas bases, seus fundamentos, e assim, mostrar o que era ou não pertinente na época em que vieram à luz. Nosso objetivo, nesse trabalho, é examiná-las e explicá-las à luz da história, do contexto em que o filólogo estava inserido.

Sem deixar de reconhecer sua importância para os estudos lingüísticos brasileiros, principalmente no que diz respeito ao seu pensamento crítico acerca do português do Brasil, acreditamos que a obra de Serafim da Silva Neto, que foi intelectual de primeira linha, de grande erudição, e um dos maiores nomes da filologia portuguesa, deve ser estudada, também, sob o aspecto ideológico-discursivo, para que as ponderações lingüísticas do autor, possam ser devidamente avaliadas.

Sendo assim, *o tema de estudo dessa pesquisa está voltado para a análise das concepções lingüísticas de Serafim da Silva Neto sobre o português do Brasil.* Este trabalho, portanto, tem por objetivo precípua analisar o conceito de língua para Silva Neto na sua relação com os seguintes aspectos: língua como atividade do espírito humano e, como fato social. Assim, analisaremos as bases teóricas sobre as quais está fundamentado seu pensamento crítico sobre o português do Brasil.

O trabalho, teoricamente, está vinculado ao quadro da Historiografia Lingüística, já que visa a descrever e analisar como o autor desenvolveu seu pensamento crítico acerca do português do Brasil, mostrando como empregou teorias lingüísticas tanto concernentes a sua época quanto pertencentes há um tempo anterior ao seu. Seguimos assim, a proposta teórico-metodológica de Auroux (2006), para quem ser um historiador da ciência é poder *construir cronologias e estabelecer ligações causais.* Procuraremos, pois, ao longo desta dissertação, estabelecer ligações causais entre os fatos que influenciaram Silva Neto na fundamentação de seu pensamento sobre o português do Brasil.

Sobre essas orientações metodológicas, assim se expressa Auroux (op. cit.):

De manière générale, l'historien doit s'efforcer de ne pas recourir à la téléologie, c'est-à-dire d'expliquer le passé par le futur. *Il doit utiliser l'explication causale qui va du passé au futur*; il peut évidemment utiliser le futur virtuel du "programme de recherche", dans la mesure où celui-ci est une cause de la production des connaissances (p.106, nota 4, grifamos)¹.

É mister verificar como Silva Neto foi influenciado pelas correntes filosóficas e científicas de seu tempo, além do analisarmos o contexto político em que produziu sua obra.

Por isso, no **primeiro capítulo**, faremos uma breve biografia do autor, que será seguida pelo esforço de uma contextualização filosófica, científica e política da época na qual ele atuou, a fim de relacioná-lo ao seu espaço e tempo.

No **segundo capítulo**, investigaremos as relações que as obras de Serafim da Silva Neto mantiveram com o discurso antropológico e etnográfico, porque, afinal, conceitos como *cultura* e *civilização* encontram-se constantemente empregados, quando não atrelados nas obras do autor. Sobretudo nos trabalhos que fazem parte do corpus que analisamos.

Já no **terceiro e último capítulo** nos deteremos na análise do conceito de *língua*, na obra de Serafim da Silva Neto, observando as relações que o

¹Traduzimos: Geralmente, o historiador deve esforçar-se em não recorrer à teleologia, ou seja, de explicar o passado pelo futuro. Deve utilizar a explicação causal que vai do passado ao futuro; pode obviamente utilizar o futuro virtual do "programa de investigação", na medida em que este é uma causa da produção dos conhecimentos.

autor estabeleceu entre: língua como atividade do espírito humano, e finalmente língua como fato social.

O *corpus* de que nos servimos é, fundamentalmente, constituído pelos livros *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil* (1986b [1950]) e *Língua, Cultura e Civilização* (1960)², cujas linhas gerais esboçaremos adiante. No entanto, quando foi necessário, consultamos outros livros no conjunto das obras do autor, como os seguintes³:

1. História da Língua Portuguesa (1986a [1957]);
2. Ensaio de Filologia Portuguesa (1956);
3. Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa (1976 [1956]);
4. Manual de Filologia Portuguesa: história, problemas, métodos (1952);
5. Fontes do Latim Vulgar (O Appendix Probi) (1946).

Do que trata o livro “Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil”

Podemos resumir como tema central do livro *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil* a construção e a defesa da tese, por Serafim da Silva Neto, da vitória da língua portuguesa sobre as demais línguas existentes no Brasil, isto é, as línguas indígenas ou gerais e as africanas. O autor dizia ser o português não é um todo, era preciso distinguir nele vários matizes

² Doravante, respectivamente, IELPB (1986b [1950]) e LCC (1960).

³ Para sistematizar a referência às obras, utilizaremos as seguintes abreviações:

1. HLP (1986a [1957]);
2. EFP (1956);
3. IAFP (1976 [1956]);
4. MFP (1952);
5. FLV: AP (1946).

segundo as regiões e as classes sociais. Afirmava também que, durante o longo período de colonização, os conquistadores vinham de todas as partes de Portugal e não exclusivamente de uma determinada região, o que já contribuía para que o português, aqui falado, se distinguisse do de Portugal. Ainda sobre o período colonial, Silva Neto dizia que o português primeiro se fixou na zona litorânea, para depois, devido às entradas e bandeiras, adentrar o interior e que, portanto, isso havia contribuído para a conservação do português brasileiro, que tinha feição quinhentista.

Em consequência disso, segundo Silva Neto, a língua que se formou por contato e interação apresentou desde os primeiros tempos notável unidade: *unidade e arcaicidade* que, para ele, eram as raízes características do português do Brasil. Para o autor, a distinção dos estratos sociais permitiriam uma visão mais objetiva da realidade lingüística brasileira – levada a cabo pela elaboração dos Atlas Lingüísticos Regionais, que comporiam o Atlas Lingüístico do Brasil⁴ – desde a fala culta das classes mais elevadas até o crioulo ou semicrioulo dos ditos indoutos e analfabetos. Passemos, então, a melhor resenhá-lo.

Publicado pela primeira vez em 1950, Silva Neto procura expor, neste livro, as linhas mestras de seu pensamento acerca da Língua Portuguesa no Brasil. “*Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*”, publicada a partir de um convênio da Editora Presença – pró-memória junto ao Instituto Nacional do Livro, é uma obra dividida em oito (08) capítulos, além do Prefácio à primeira edição, uma Introdução e uma Conclusão. O primeiro capítulo

⁴ Este era o grande projeto de Silva Neto, infelizmente não realizado, que passou a ser referido por alguns estudiosos, Altman (1994), Coelho (1998), Mattos e Silva (2004), como Cruzada Dialetológica.

intitula-se “A Língua Portuguesa no Brasil”; seguido na seqüência por: “Diferenciação e Unificação do Português no Brasil”; “As Três Fases da História da Língua Portuguesa no Brasil”; “Contato e Interação Lingüística no Brasil Colonial”; “Panorama Atual da Língua Portuguesa no Brasil”; “Língua Comum no seu Aspecto Brasileiro (Português do Brasil) e as Repercussões na Língua Literária – Caráter Conservador da Pronúncia Padrão Brasileira”; e por fim “Duas palavras sobre a Língua Literária”.

Composto ao todo por 237 páginas, neste estudo o autor procurou referir-se à língua portuguesa, aqui usada, como língua transplantada de Portugal, e que, dentre outros motivos, por entrar em contato com “*aloglotas, uns ameríndios, outros vindos de África [...]*” (op. cit. p. 16) teria suas diferenças em relação à língua falada em Portugal. Além de que, como se afirmou anteriormente, para o autor, “*os colonizadores vinham de todas as partes de Portugal, de modo que refletiam as várias peculiaridades dialetais portuguesas que, no Brasil em contacto e interação se fundiram num denominador comum, de notável unidade [...]*” (idem). Esta que viria, portanto, ser uma das principais teses defendidas pelo filólogo sobre o português brasileiro: *a unidade na diversidade e a diversidade na unidade*, e que foi mantida, principalmente, neste livro. É de se notar que o próprio autor, em um de seus trabalhos, *IEFP* (1976 [1956]), oferecia uma *orientação bibliográfica* ao leitor, na qual referia-se ao *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, como uma obra que tratava “de esboçar a história da língua portuguesa no Brasil, *sua vitória sobre os aloglotas*” (p. 284, grifamos).

No prefácio à primeira edição desse livro escrito pelo então, lingüista e filólogo P. Augusto Magne, tem-se a noção de como Silva Neto orientará seus estudos, isto é, Padre Magne diz que Silva Neto “[...] *assenta o problema* [das discussões em torno da língua portuguesa no Brasil] *no sólido fundamento dos fatos e, à luz da etnografia e da evolução histórico-social do povo brasileiro* [...]” (Magne, 1986, p. 11).

Por sua vez, Silva Neto, na introdução ao livro procurava apontar, já na epígrafe, sua concepção histórica e social de língua, citando **Grimm** quando este afirmava que “*A história da língua é também a nossa história*” (IELPB (1986b [1950]), p. 13). Isto é, a história dos homens que dela se servem. Silva Neto procurava sistematizar seu estudo afirmando “colocar a língua no seu devido lugar” como:

1º. “expressão da sociedade,”

2º “inseparável da história da civilização”

Entretanto, Silva Neto acusava no seu *IELPB* (op. cit.) que era “deficiente”⁵ uma metodologia que não viesse exceder ao simples campo lingüístico. É por isso que, para ele, o estudo da etnografia brasileira era o campo maior que englobaria, também, o estudo lingüístico – veremos mais adiante que idéia semelhante será defendida por ele no livro *LCC* (1960). Sabe-se, todavia, que o autor procurou sistematizar os estudos dialetológicos no Brasil. Silva Aragão (2004) nos dá notícia das atividades profissionais do autor, quando afirma que ele ministrou um curso de Dialetologia em 1951, na

⁵ Adjetivo empregado por Silva Neto.

Universidade de Minas Gerais, fundou no Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1953, o Centro de Estudos de Dialectologia Brasileira, ministrou curso de Dialectologia na Universidade do Rio Grande do Sul, em 1954, disse também:

Ainda em 1954, no 2º Colloquium de Estudos Luso-Brasileiros, em São Paulo, propôs uma série de passos a serem dados para a concretização do estudo dos nossos falares. Em 1955, ministrou, na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, um curso sobre a técnica das monografias dialetais (p. 43).

Sua admiração por Leite de Vasconcelos é patente, e não são poucas as vezes que o autor recorre ao dialetólogo português, que defendeu sua tese de doutoramento intitulada *Esquisse d'une dialectologie portugaise* (1901; reeditada em 1970 e 1987) na Universidade de Paris, para explanar e sustentar suas posições dialetológicas acerca do português no Brasil. Exemplar é a citação a seguir:

Leite de Vasconcelos, profundo conhecedor da língua viva, observava com perspicaz intuição: "*Les différences que j'ai notées [refere-se ao Brasil] ne sont pas de toutes les régions, ni de toutes le classes sociales*"⁶ (V. a *Esquisse*, pág. 161) (op. cit., p. 25, os colchetes e a primeira informação entre parênteses são do autor).

Em outra passagem mais significativa, temos:

Em carta endereçada a Cornu, frisava o autor da *Esquisse d'une dialectologie portugaise*: "Este grupo (o dos dialetos ultramarinos) compreende o dialeto *brasileiro*, que, em virtude de condições sociais, próprias, se aproxima muito mais da língua escrita do que qualquer outro grupo..." (op. cit., p. 28).

⁶ Traduzimos: As diferenças que notei não são de todas as regiões, nem de todas as classes sociais.

A verdade é que Silva Neto deixa revelar em vários pontos de sua obra, sua filiação às idéias do “mestre”, a quem dedicou em memória, sua *HLP* (1986a [1957]).

Ainda na introdução, no sexto parágrafo de IELPB (1986b [1950], p. 13), o autor faz referência, em citação, a Vergílio de Lemos, quando este afirmava na sua *A Língua Portuguesa no Brasil* de 1916, que “*a dialetologia ainda não se constituiu entre nós numa disciplina autônoma, com objeto, programa e método próprios*”.

A partir dessa citação Silva Neto propõe a divisão dos estudos brasileiros em dois ramos:

- a história externa (de cunho etnográfico-social);
- e a história interna, ou seja, a dialetologia (de cunho filológico-lingüístico).

De acordo com Coelho (1998, p. 114), para Silva Neto, “história externa” é uma história da língua fundamentada nos elementos políticos, econômicos, sociais, etnológicos que envolvem esta língua e contribuem para os seus desenvolvimentos; ao passo que “história interna”, por sua vez, é uma história da língua que enfatiza as transformações pelas quais passaram as suas formas. Por isso, argumenta a autora que:

Na terminologia do autor, “interno” refere-se às coerções internas ao sistema lingüístico, enquanto que “externo” refere-se aos fatores que podem nele interferir, como por exemplo, os fatores políticos e econômicos (idem, ibidem).

Ao fazer tal distinção histórica, isto é, “interna” e “externa” sobre a língua, Silva Neto (1986b [1950]) dizia que se deteria ao estudo da história externa da língua portuguesa no Brasil. Quanto ao estudo da história interna, afirmava ele que eram necessários muitos trabalhos regionais, aos quais denominava “*investigações de microscopia*” (p. 14), que apontassem diferenças e semelhanças para apresentar um panorama geral. Reafirmava, assim, que a história da língua portuguesa no Brasil havia de investigar-se na etnografia e na “evolução” histórico-social do povo brasileiro.

É desse ponto de vista que considera o português no Brasil não como um todo, isto é, um bloco uniforme (visão da língua com algo heterogêneo). Dá-se, assim, um aspecto sociolingüístico ao Português no Brasil, com variações diastrática, diatópicas e situações de uso. Óbvio que o autor não se vale dessa metalinguagem. Mas já se mostra bastante inovador nesse aspecto, basta observarmos seu discurso:

Que as línguas faladas do Brasil diferem das portuguesas é fato indiscutível e natural, *porque a língua corrente varia de acordo, não só com os lugares, como também com as pessoas, as épocas, e até as circunstâncias* (idem, p. 19, grifamos).

No início do primeiro capítulo intitulado “A Língua Portuguesa no Brasil” (p. 18), Silva Neto critica a visão naturalista de encarar os fatos lingüísticos, que tinham como principais teóricos Schleicher, Max Müller e Hovelacque. Estes teóricos serviam de base tanto para defesa, quanto para o ataque nas discussões do português do Brasil *versus* português Europeu no século XIX

para os autores que se punham a discutir o caráter lingüístico do português brasileiro, conforme nos atesta Pimentel Pinto⁷. Acerca do primeiro Leroy (1977) diz:

[...] Augusto Schleicher, cuja primeira formação havia sido a de botânico e que, durante toda vida, ficou impregnado pelos métodos das ciências naturais e apaixonado dos esquemas lineanos [...] continuava ainda, em grande parte, um homem do século XVIII, preocupado em situar a teoria no começo da pesquisa e impor aos fatos o espartilho de um esquema lógico, construído de antemão: *daí os espantosos apriorismos que dominam sua concepção "naturalista" da linguagem e viciam seus trabalhos* [...] (p. 45-46, grifamos).

Enquanto do segundo, o mesmo autor, tece a seguinte observação: "As mesmas considerações valem para seu contemporâneo F. Max Müller, cujos trabalhos encontraram igualmente grande audiência; este sábio teve pelo menos o mérito de criar, na Inglaterra, certo interesse pelos estudos lingüísticos" (op. cit., p. 46).

Antes, como se verá, o filólogo filia-se às idéias lingüísticas que remontam a Whitney, e também a Humboldt.

Enfim, pode-se dizer que Silva Neto estuda no *Introdução*, a formação da língua comum portuguesa no Brasil. Para isso, toma como ponto de partida o choque ocorrido no primeiro contato entre a língua portuguesa e a língua dos índios, entre as línguas dos negros e o português, línguas essas, como entendia Silva Neto, próprias de indivíduos pertencentes às classes sociais sem prestígio social ou cultural. De forma que, na primeira fase (1532–1654) (p. 67) atuava o binômio lingüístico português – línguas indígenas, com

⁷ 1978, p. LI – Introdução.

predomínio da língua geral, aquilo que Silva Neto denomina como uma espécie de *Koiné* da nova pátria, praticamente todos a usavam, desde os mercadores nas suas viagens, passando pelos aventureiros em suas expedições, rumo ao sertão, até os habitantes das vilas em suas relações com o índio. Fase que começa a ser alterada a partir da década de 1590 – 1600 (p. 68), quando se dá início a substituição do índio pela mão-de-obra escrava africana na faixa litorânea.

Na segunda fase, que vai de 1654 a 1808, o elemento indígena vai, progressivamente, desaparecendo com fator cultural, ao ser substituído pelo negro, agora abundante devido ao tráfico e a escravidão. Nessa fase, destaca-se o binômio português – línguas africanas. É o que afirma Silva Neto, quando diz: “A *língua geral* foi pouco a pouco perdendo o emprego, até limitar-se às povoações do interior e aos aldeamentos dos jesuítas” (p. 74). Este seria um período fundamental, na medida em que se daria a consolidação do prestígio do elemento branco.

Finalmente, na terceira fase que iniciaria em 1808, com a vinda da família real portuguesa ao Brasil e se estenderia até os nossos dias (p. 79), acentua-se o processo de urbanização, no qual se tem o predomínio das elites que, progressivamente, abandonam os campos, em busca de um estilo de vida, segundo Silva Neto, mais “civilizado”, e que, portanto, se criaria a oposição entre falares urbanos e falares rurais, estes últimos reduzidos cada vez mais à situação de crioulos ou semicrioulos. Como é possível depreender, daí surgiria a hoje conhecida dicotomia português padrão, português popular.

Do que trata o livro “Língua Cultura e Civilização”

Apesar de ser **a compilação de vários ensaios** publicados pelo Autor ao longo de um período de tempo, que visam a tratar de temas diversos e a objetivos que se voltam a propósitos diferentes, o que faz de “*Língua, Cultura e Civilização*” um livro coeso, quanto ao colhimento das idéias de Silva Neto, é o fato de que nele podemos encontrar, mesmo que variavelmente, em um ensaio e outro, sua concepção de ***língua vista como uma instituição social***. O livro, publicado em 1960 pela Livraria Acadêmica do Rio de Janeiro, é composto por 304 páginas, ao longo das quais o autor discorre sobre assunto vário no âmbito da literatura filológica. Serafim da Silva Neto, estudioso erudito e eclético, como nos atesta Elia (1967, p. 233):

[...] dedicou-se à leitura e interpretação de textos arcaicos; à análise dos fatos histórico-sociais que condicionam os fenômenos lingüísticos; às pesquisas etimológicas; às indagações de campo; ao estudo das palavras e das coisas.

Portanto, nesse livro, encontra-se um apanhado de todos esses estudos. É nele que o filólogo reafirma sua tese de que a língua serve soberanamente os homens que dela faz uso. É por isso que, para Silva Neto, a língua deve ser estudada não só pela Lingüística, mas em conjunto por disciplinas afins que estudam a sociedade, o folclore e a literatura, o que seria, segundo ele, campo de atuação da moderna filologia.

Fora uma nota explicativa do autor acerca da publicação destes ensaios, e uma relação indicativa de "Algumas publicações de Serafim da Silva Neto", são em número de dezenove (19) os textos que compõem "*Língua, Cultura e Civilização*". Tem-se primeiramente o ensaio "Ferdinand de Saussure e o seu tempo", seguido de "A Renovação da Filologia no Século XX"; "As designações da 'fígado' nas línguas românicas"; "Um traço da pronúncia caipira"; "Um regionalismo Luso-brasileiro"; "Notas sobre o Balouço"; "Pandorgas"; "O crioulo de Surinam"; "Regionalismo Luso-Brasileiro"; "Um novo Incunábulo em Português"; "História da preposição até"; "A propósito da Vita Christi"; "Apontamentos Lexicográficos"; "Notas sobre as Onomatopéias"; "Problemas do Português da América"; "A batata"; "André de Resende"; "A propósito dos poetas"; "A propósito de um Manuscrito Medieval"; e uma "Nota bibliográfica" final, indicando onde e quando cada ensaio fora inicialmente publicado.

No primeiro, "Ferdinand de Saussure e o seu tempo", o autor passa em revista às principais contribuições do lingüista genebrino, sem deixar de ressaltar que algumas das idéias tidas como próprias de Saussure, seriam na verdade idéias já defendidas por grandes nomes da Filologia Românica e também por Indoeuropeístas do final do século XIX e início do XX que o mestre não só teria seguido como teria ampliado em suas formas.

Inicia Silva Neto esse ensaio com a proposição de que todo investigador estaria preso ao seu tempo e às idéias em voga na época da sua formação universitária, e F. Saussure, apesar de seu gênio renovador, não estaria livre disso. Para ilustrar a época de Saussure, Silva Neto recorre à "história da lingüística", na qual procura posicionar o mestre ao longo do desenvolvimento

desta. Dessa forma, segue o autor afirmando que *“os começos da Lingüística Geral estão ligados ao grande desenvolvimento das Ciências Naturais”* (1960, p. 19), tempos em que tinham em Schleicher um de seus maiores representantes. Ressalta Silva Neto que era a época em que se considerava a língua como um organismo vivo que nascia, crescia e morria. Dando seqüência, diz o Autor que *“[...] só pouco a pouco, entretanto, é que se foi reagindo contra essa visão naturalista de um fenômeno que é, na realidade, uma instituição social”* (idem).

O que faz desse ensaio tão conveniente como parte integrante de nosso *corpus* é que logo de início, em um texto no qual o filólogo trata de uma “espécie” de recapitulação da contribuição saussuriana à lingüística moderna, já deixa vaziar seu conceito teórico de língua. Isto é, mesmo, aparentemente, não se tratando de um texto teórico no qual o autor configura suas principais idéias, pressupostos teóricos etc, se vê, indiretamente, sua concepção de língua. Mais significativa é a seguinte passagem em que o autor afirma, segundo ele, glosando Meillet, que: *“As línguas são o que fazem as sociedades que as empregam; a vontade dos que as falam intervém, contribuindo para o seu destino”* (ibidem).

Vê-se, a partir da leitura do ensaio que, para Serafim da Silva Neto, a história de uma Língua corre “parelhas” com a história política e social dos homens que a falam. Não se esquecendo da tese inicial do texto – a de que Saussure teria encontrado guarida nos grandes mestres da filologia românica e clássica – e para reforçá-la ainda mais, cita-nos toda uma gama de lingüistas que antecederam o mestre e que já tinham essa mesma visão em

relação à língua, dentre os quais Silva Neto destaca: Humboldt, Whitney (1875), o neogramático Hermann Paul (1881), Schuchardt (1885), Gabelentz (1891), Wundt (1900) e van Ginneken (1907).

Após fornecer um breve resumo da concepção e circunstâncias de publicação do “Cours de Lingüistique Générale”, como se sabe, feito por Sechéhaye, Bally, e Riedlinger, três dos mais dedicados discípulos do Mestre genebrino, Silva Neto discute a possibilidade de mudanças na obra, se caso esta fosse escrita pelo próprio Saussure. E acrescenta que qualquer análise ou interpretação da obra de Ferdinand de Saussure teria de levar em conta a mentalidade científica do tempo em que ele havia se formado, assim como “as fontes que lhe modelaram o espírito”. Há nesse ponto, a preocupação, por parte de Serafim da Silva Neto, em resgatar as origens do pensamento lingüístico do autor. E é por isso que, de forma arguta, Silva Neto põe em evidência todo o contexto dos estudos lingüísticos praticados no final do século XIX, na Europa, e no qual o mestre genebrino estava inserido, sugerindo que sua genialidade, em grande parte, era devida à produtividade intelectual dos filólogos referidos, principalmente, Hermann Paul.

Quanto a Hermann Paul, afirmava Silva Neto ter sido o primeiro filólogo a fazer alusão, em seu importante, embora esquecido livro *Prinzipien der Sprachgeschichte*, à famosa dicotomia *langue – parole*, e que, portanto, esta não teria sido, segundo Silva Neto, uma criação original do “pai da lingüística moderna”.

Ainda, com o intuito de nos mostrar o fértil campo das hipóteses lingüísticas do final do século XIX e de como teria Saussure sido influenciado por elas, afirmava Silva Neto (1960) que:

[...] outro notável lingüista anterior a Saussure, o alemão George Von der Gabelentz, no seu livro, ainda tão rico de sugestões e de fatos, *Die Sprachwissenschaft, ihre Aufgaben, Methoden und bisherigen Ergebnisse*, Leipzig, 1891 e 1901, distinguira entre *Rede* 'linguagem como fenômeno individual' e a *Sprache* 'totalidade dos meios de expressão' (p. 29).

Finalmente, nesse texto, Serafim da Silva Neto, além defender a tese de que os filólogos românicos e clássicos teriam exercido forte influência sobre o pensamento de Ferdinand de Saussure, deixou entrever seu conceito de língua, mesmo que o objetivo do texto não fosse propriamente esse.

Nos capítulos seguintes, isto é, nos ensaios seguintes, o que se vê são estudos filológicos como o já referido "A Renovação da Filologia Românica no Século XX", em que o autor procurou precisar até que ponto se estabeleceriam as relações entre Filologia Românica e Filologia Indo-Européia, afirmando ser o método da Filologia Românica provindo originalmente da Filologia Indo-Européia, mas que aquela havia desenvolvido seu próprio caminho, segundo ele, "graças à pujança de um Schuchardt e de um Gilliéron" e que, por conta disso, a Filologia Românica seria "hoje" – para Silva Neto no início da década de 60 – "mestra e guia de outros campos lingüísticos" (idem, p. 49). Também nesse ensaio, apesar de aparentemente não ser seu

propósito, Silva Neto, deixa emanar de seu discurso o que para ele seria Língua, quando afirma:

A língua é de certo o maior de todos os bens que a tradição nos lega; mas nem é o único, nem prescinde do auxílio dos demais; está intimamente entrosada com a Sociedade, com o Folclore, com a Literatura, com a Ergologia e, em suma, com tudo aquilo que constitui a complexa teia da vida (idem, p. 48) (Grifamos).

Já nos artigos posteriores, encontram-se estudos que, segundo Elia (1967), são “[...] contribuições para o dicionário etimológico da língua portuguesa, que se podem encontrar esparsamente em toda a sua obra, especialmente nos ensaios intitulados *Língua, Cultura e Civilização*” (p. 236). Prova disso é o terceiro artigo que segue intitulado como “As designações para ‘fígado’ nas Línguas Românicas”, bem como “Notas sobre o Balouço”, e a “História da preposição até”, dentre outros.

Enfim, os textos componentes de *Língua, Cultura e Civilização* são ensaios. Ensaios cujos temas são vários, mas de abordagens idênticas no tocante à metodologia filológica em voga à época, qual seja, o método histórico-comparativo, como bem observou Boléo (1960 *apud* Elia 1967), ao dizer que: “Aplicava, então, Serafim da Silva Neto, em nosso meio, o método *histórico-comparativo* em toda a força de suas possibilidades, fazendo trabalho sério e de nível bastante acima das habituais polêmicas vernaculistas de que jornais e revistas estavam cheios” (p. 234, grifamos). Ou seja, é possível verificar, através destes textos, a concepção lingüística de seu autor, para quem a língua era tida como expressão da sociedade, inseparável da história da civilização.

A seguir passaremos, então, ao capítulo de contextualização da época em que essas obras foram publicadas.

CAPÍTULO I

CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÉPOCA DE PUBLICAÇÃO DAS OBRAS DE SILVA NETO: AS CORRENTES FILOSÓFICAS E CIENTÍFICAS

Este capítulo objetiva reconstruir, na medida do possível, o contexto filosófico, científico e político em que as obras que ora nos servem de *corpus* foram desenvolvidas para verificar, a partir daí, a influência que tanto as correntes filosóficas e/ ou científicas quanto o contexto político exerceram para a *formação discursiva*⁸ do autor. Oferecemos, antes, uma breve biografia de Silva Neto a fim de relacioná-lo a esse contexto, situando-o em seu espaço e tempo.

Cabe ressaltar que não é nossa pretensão discutir aqui sistemas filosóficos em uma direção verticalizada, aprofundada. Limitar-nos-emos a, de um lado, expor as principais correntes filosóficas que, porventura, tenham alguma relação com o discurso de Silva Neto e, de outro, verificar se houve, ou não, alguma influência desses sistemas no seu modo de ver o mundo e de fazer ciência.

⁸ Considerando um emprego amplo para o conceito *Formação discursiva*, Maingueneau (2006, p. 69) admite que se fale de *formação discursiva* para se referir a uma certa conjuntura histórica, ao discurso comunista, ao conjunto dos discursos mantidos por uma administração, aos enunciados dependentes de uma determinada ciência, por exemplo. Assim como também há a tendência para se empregar a noção de *formação discursiva* para os posicionamentos *ideológicos* marcados.

1.1 Breve biografia de Serafim da Silva Neto: o filólogo no contexto da criação do Estado Novo

Serafim Pereira da Silva Neto, filho de Carmen Bastos Pereira da Silva e Serafim da Silva Filho, nasceu em 6 de junho de 1917, na Ilha do Governador - RJ e faleceu em 23 de setembro de 1960, na cidade do Rio de Janeiro. Morto prematuramente aos 43 anos de idade, devido a problemas cardíacos (cf. Elia, 1988, p. 07) o autor nos legou farta bibliografia⁹, sendo considerado até hoje um dos maiores filólogos da língua portuguesa.

Traçando o “percurso de sucesso” de Serafim da Silva Neto, Coelho (1998) oferece informações importantes a respeito de sua trajetória acadêmica. Silva Neto foi um filólogo que, segundo a autora (op. cit.), exerceu papel de grande liderança na articulação de um paradigma em ciência da linguagem. O autor despontou como “mestre” em filologia ainda muito cedo, publicando em 1938, suas *Fontes do Latim Vulgar: O Appendix Probi*, aos 20 anos de idade, embora, segundo Veiga (1967, p. 10), já o tivesse escrito aos 17, embora Coelho (op. cit.) afirme que foi aos 18. De toda forma, em 1936, Serafim da Silva Neto publicava os textos

semanalmente, no jornal Voz de Portugal (Rio). Em 1937, esta obra foi contemplada, em 3º lugar, com o prêmio “Francisco Alves” da Academia Brasileira de Letras (Coelho, op.cit., p. 95).

Em 1938, apresentada ao público em forma de livro, *As Fontes do Latim Vulgar* “[despertaram] interesse de filólogos renomados, brasileiros e

⁹Cf. Silva Neto, 1960, p. 9-18; Elia, 1967, p. 231-262 e Coelho, 1998, p. 46-59.

estrangeiros” (idem). Ainda Coelho afirma que, segundo o próprio Silva Neto, sua estréia como autor havia sido antes da publicação desta obra que o projetou, pois diz: “já entre dezembro de 1934 e janeiro de 1935, ou seja, quando tinha 17, publicara alguns textos, que tratavam do português do Brasil, na Revista Vitória (Rio)”. 1934 era o ano em que concluía o curso colegial no Colégio Batista do Rio de Janeiro.

No ginásio, foi aluno de Ismael de Lima Coutinho, e por intermédio deste manteve contato com as obras de Manuel Said Ali Ida e Antenor Nascentes (Veiga, 1967, p. 10). Autodidata que era, fez muitas leituras em alemão (por exemplo, leu Hugo Schuchardt, Jakob Jud, Karl Jaberg), em francês (leu Antoine Meillet, dentre tantos outros), em grego e latim leu inúmeros autores. A explicação por tamanha devoção aos estudos é dada pelo próprio autor, na dedicatória que fez a seus pais, na obra *Fontes do Latim Vulgar*, como se pode ler:

A minha mãe, Carmen Bastos Pereira da Silva, Professora municipal que foi, alma boa e santa *com quem aprendi a amar o estudo* – e a meu pai, Serafim da Silva Filho, com cujo exemplo pertinaz e são aprendi a lutar pela vida (op. cit., 1946, p. 07, grifamos).

Por ainda não haver no Brasil Faculdades de Letras, formou-se em Direito, seguindo, assim, o percurso de sua geração¹⁰. Dizia Silva Neto que “suas predileções sempre foram pelo magistério” (cf. nota final de *Fontes do Latim Vulgar*, 1946, p. 288). Por este motivo, prestou concurso para o magistério público em 1940, com a tese *Divergência e Convergência na Evolução Fonética*, a fim de ingressar no Liceu Nilo Peçanha, em Niterói.

¹⁰ Olga Coelho (1998, p. 74) afirma que a geração de filólogos a que pertencia Silva Neto, não podendo contar com as Faculdades de Filosofias ausentes na época, acabavam por seguir uma formação superior em Direito, Medicina ou Engenharia.

Passou também pelo Instituto de Educação de Campos (cf. Coelho, op. cit. p. 88).

No entanto, com a criação da Faculdade Nacional de Filosofia, a convite de Ernesto de Faria Junior – responsável a partir de 1946 pela cadeira de Língua e Literatura Latinas nessa Faculdade – (cf. Coelho, op. cit., p. 88), tornou-se seu assistente. Mais tarde, na mesma faculdade, doutorou-se em Letras.

Entretanto, já em 1942, compunha o corpo docente de professores-fundadores da Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde lecionou Filologia Românica (Coelho, op. cit., p. 89). Em 1944 foi um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Filologia (ABRAFIL), no Rio de Janeiro, ocupando a cadeira nº 16, como segundo secretário (cf. Chediak, 1999, p. 09).

Em 1946, a ABRAFIL organizou e publicou o primeiro número do *Boletim de Filologia*, juntamente com Antenor Nascentes, Ernesto Faria, Mattoso Câmara e Sílvio Elia (Coelho, 1998, p. 93). No mesmo ano, chegou a 2ª edição de suas *Fontes do Latim Vulgar* publicada agora sob os auspícios da Faculdade Nacional de Filosofia (cf. Elia, 1967, p. 236). Em 1950, publicou *Introdução aos Estudos da Língua Portuguesa no Brasil*, pelo Instituto Nacional do Livro (INL); em 1952, *Manual de filologia portuguesa* (2.ª ed.: 1957), que saiu tanto no Brasil quanto em Portugal, além da publicação do 1º fascículo de sua *História da Língua Portuguesa*.

Embora tivesse prestado concurso, em 1956, à cátedra de Filologia Românica na referida Faculdade Nacional, concorrendo com Augusto Magne, não a assumiu. “De acordo com depoimentos, ambos obtiveram os conceitos

máximos em todas as provas” (Coelho, 1998, p.100). A cátedra foi assumida por Magne por ser o interino e também o mais velho. No mesmo ano publicou as miscelâneas de artigos *Ensaio de filologia portuguesa* (1956), dedicada ao filho David, morto de forma trágica em 25 de janeiro de 1954, com apenas 13 anos de idade.

Em 1957, então com 39 anos, assumiu a cadeira de Filologia Românica da Universidade do Brasil, que havia disputado um ano antes com Augusto Magne. De acordo com Coelho (op. cit., idem), “na época, a mais prestigiada do Rio de Janeiro e, por ser a capital política e cultural do país, das de maior prestígio no Brasil e em Portugal”. Nesse mesmo ano publica, por completo, sua *História da Língua Portuguesa*. Esta obra, como já dissemos, publicada desde 1952 em fascículos, teve sua saída suspensa por longo período desde o fascículo de nº. 8, em virtude de delicadíssima operação a que o autor teve de se submeter e, principalmente, da já referida morte do seu filho mais velho. Ainda de acordo com Coelho (op. cit., p. 102), em decorrência de seu destaque, entre 1958 e 1960, lecionou, como professor convidado, Filologia Portuguesa na Universidade de Lisboa, que, em 1960, lhe conferiu o título de doutor *Honoris Causa*. De fato, vemos ostentada na parte superior da página de rosto de *Língua, cultura e civilização - Estudos de filologia portuguesa*, de 1960, as instituições de ensino que lecionava o autor:

SERAFIM DA SILVA NETO

Universidade do Brasil
Universidade de Lisboa
Pontifícia Universidade Católica

Encerrada a apresentação dessa breve biografia de Silva Neto, no próximo item passaremos a delinear o contexto filosófico em que atuou o autor.

1.2 O contexto filosófico

As correntes filosóficas da primeira metade do século XX, que causaram grande impacto, foram aquelas a que filósofos como Bertrand Russell (1848–1970), Ludwig Wittgenstein (1889–1951), Walter Benjamin (1892–1940), Benedetto Croce (1866–1952), Martin Heidegger (1889–1976), Edmund Husserl (1859–1938), Jean-Paul Sartre (1905–1980), dentre outros, se filiaram, e pelas quais desenvolveram seus pensamentos. Embora não seja possível falar, seguramente, em correntes filosóficas no século XX, pois, segundo Aranha e Martins (1999), é difícil proceder à classificação das correntes filosóficas, porque

[...] às vezes a classificação se torna uma 'camisa-de-força', pois 'encaixamos' pensadores em correntes que podem ter exercido influência sobre eles, mas com as quais não podem ser plenamente identificados (p. 373).

Por isso, é preciso observar esse quadro que apresentaremos sucintamente, apenas como uma forma de situar o autor em seu contexto. Nosso objetivo é apenas mostrar um *panorama* filosófico desse período, procurando rastros das idéias de certos filósofos no discurso de Serafim da Silva Neto.

Pode-se entender a **filosofia** que abrange o período de produção de Silva Neto como **contemporânea**. Chauí (2002) explica que a **Filosofia contemporânea** é aquela que

abrange o pensamento filosófico que vai de meados do século XIX e chega aos nossos dias. Esse período, por ser o mais próximo de nós, parece ser o mais complexo e o mais difícil de definir, pois as diferenças entre as várias filosofias ou posições filosóficas nos parecem muito grandes porque as estamos vendo surgir diante de nós [...] (p. 58).

Até onde pudemos apurar, de todas as correntes filosóficas desse período, a que mais se relaciona com o pensamento de Silva Neto é a filosofia idealista de Benedetto Croce.

1.2.1 Benedetto Croce

Filósofo e escritor italiano Benedetto Croce (1866-1952) fundou em 1903 a revista *La Critica*, em que publicou a maioria de seus escritos. A revista foi publicada até 1943. Croce interessou-se primeiramente por história e, mais tarde, após conhecer as obras do filósofo Giambattista Vico (1668-1744), passou a interessar-se por filosofia.

Por sugestão de seu amigo, professor de história da filosofia Giovanni Gentile¹¹ (1875-1944), passou a estudar a obra do filósofo idealista alemão G. W. H. Hegel, e escreveu um livro sobre seu pensamento: *Lo vivo y lo muerto de la filosofía de Hegel* (1943 [1907])¹². Além de escrever vários artigos sobre Hegel na revista *La Critica*, de acordo com o *Ensayo de Bibliografía Hegeliana*, publicado nas páginas finais do livro supra referido.

Croce elaborou sua própria filosofia chamada de filosofia do espírito. Por conta disso, seus comentadores consideram-no, junto com Giovanni Gentile,

¹¹ Gentile foi um dos ideólogos do fascismo italiano, chegando mesmo a ser Ministro da Instrução Pública no governo de Benito Mussolini entre 1922 e 1925, foi autor de importante reforma do ensino. Membro do grande conselho fascista, permaneceu fiel a Mussolini até que foi assassinado por um *partigiani* fiorentino, como eram chamados os membros da resistência antifascista, em Florença (1944).

¹² Maiores detalhes, conferir referência bibliográfica do nosso trabalho.

pertencentes à corrente filosófica denominada neo-hegelianismo ou espiritualista (cf. Aranha & Martins, 1999, p. 375)¹³. A exposição destas idéias foi feita de forma sistemática, em quatro volumes que tratam de estética, lógica, ética e filosofia da história. Estes livros foram publicados entre 1902 e 1917. Um deles bastante difundido em nosso meio acadêmico é o *Breviário de estética*.¹⁴

Croce parecia conhecer profundamente a filosofia de Hegel. No já referido livro *Lo vivo y lo muerto de la filosofía de Hegel*, em que o filósofo italiano reflete sobre o pensamento hegeliano, encontramos os seguintes comentários que, mais adiante serão retomados neste trabalho:

En el sistema hegeliano, en cambio, donde lo infinito y lo finito se funden en uno el bien y el mal forman un proceso único, la historia es la realidad misma de la idea, el espíritu no es nada fuera de su desenvolvimiento histórico (op. cit., p. 67).

Seguindo as “pistas” deixadas por Silva Neto, não será desarazado afirmar que esse filólogo era conhecedor da filosofia de Croce, seja por via direta, seja por intermédio de Karl Vossler, cuja obra havia sido influenciada pelos princípios idealistas do pensamento de Croce. Silva Neto, em um dos textos que compõem o livro *Língua, Cultura e Civilização* (1960), refere-se a ambos, quando dá a impressão de que era bastante conhecedor de suas obras. Assim, diz o filólogo:

Karl Vossler, em quem convergiam as influências de Schuchardt e de Croce, destruía os últimos fundamentos filosóficos dos néogramáticos. Em seu livro histórico, *Positivismus und Idealismus in der Sprachwissenschaft* o Mestre alemão diz que a Filologia

¹³ Arantes (1999) afirma que foi sobretudo na Itália que o hegelianismo de orientação “direitista” ou moderada “deitou raízes mais profundas. Inúmeros foram os representantes desse neo-hegelianismo, cabendo destaque especial a Giovanni Gentile (1875-1944) e a Benedetto Croce” (1866-1952) (p. 19).

¹⁴ CROCE, Benedetto. *Breviário de estética* – Aesthetica in nuce. Trad. por Rodolfo Ilari. São Paulo: Ática, 1997.

Românica, preocupada exclusivamente com os fatos, parecia uma ceifeira agachada, incapaz, portanto, de apreciar, com a vista perdida nos largos horizontes, a beleza da seara (p. 46) (Grifos do autor, sublinhamos).

Silva Neto afirma que na obra de Vossler convergia a influência de Croce, a saber, o princípio filosófico idealista. É bem provável que Silva Neto conhecesse essa influência, como já dissemos, seja por via direta, seja por via indireta, por intermédio dos textos do próprio Vossler, a quem Silva Neto se referia como “Mestre”.¹⁵ Dizia o autor a respeito de Vossler:

Karl Vossler foi um revolucionário na Ciência da Linguagem. Nos fins do século XIX, com a preocupação de reconstituir o indo-europeu e com o dogma das leis fonéticas inflexíveis, a Ciência da Linguagem ameaçava estagnar-se. Foi quando, em 1904 e 1905, apareceu o jovem Karl Vossler, com dois livrinhos de combate: *Positivismus und Idealismus in der Sprachwissenschaft* (Positivismo e Idealismo na Linguagem).

[...]

Espírito crítico dos mais agudos, temível debatedor de idéias [...] Mestre acatado e respeitado.

[...]

Coube-lhe [...] trazer de novo a Ciência da Linguagem para o sentido espiritualista (EFP, 1956, p. 151-152, grifos do autor, sublinhamos).

De qualquer forma, chamamos a atenção para o fato de, nesse contexto filosófico, esses dois autores terem, de uma maneira ou de outra, feito com que Silva Neto mantivesse contato com o pensamento hegeliano, cujo foco irradia uma concepção filosófica idealista e que serve como ponto de referência para doutrinas filosóficas posteriores, de natureza espiritualista.

No próximo item, procuraremos demonstrar influência da filosofia de Hegel, mesmo que indireta, no trabalho filológico de Serafim da Silva Neto.

Por ora, diremos apenas que, se, por um lado, no campo filosófico, podemos filiar diretamente o pensamento de Serafim da Silva Neto a pelo

¹⁵ Também abordaremos, em nosso trabalho, a influência de Karl Vossler exercida sobre Silva Neto, no capítulo 3 dessa dissertação.

menos uma das correntes que tenham se desenvolvido nesse período, como a filosofia de Benedetto Croce, por exemplo, por outro lado, embora pertencentes ao mesmo contexto histórico (meados do século XX), é possível afirmar que existam traços de outras correntes filosóficas nas obras de Silva Neto.

1. 2. 2 Especulações sobre o pensamento hegeliano na visão de mundo de Serafim da Silva Neto: possibilidades

Todavia, se não encontramos muitas influências diretas de representantes da filosofia contemporânea ao autor, é possível dizer, pelas interpretações de pistas deixadas no discurso, que sofreu influência de Hegel, especialmente no que diz respeito à interpretação do mundo pelo viés da história.

Antes, porém, gostaríamos de esclarecer que uma coisa é dizer que, lingüisticamente, as idéias do autor vinculam-se àquelas que vêem a língua como “a história dos homens que a falam”, isto é, que dela se servem¹⁶. Outra coisa é afirmar que, filosoficamente, estas idéias estão ligadas às do filósofo alemão, do século XIX, Georg Wilhelm Hegel, para quem a História é o modo de ser da razão e da verdade. Isso porque entendemos que toda influência surge primeiro no campo filosófico, que, por sua própria natureza reflexiva, é

¹⁶O ponto de partida de nossa análise, nesse sentido, é a frase que finaliza o capítulo de introdução da obra *História da Língua Portuguesa*, como podemos verificar na seguinte passagem: “O objetivo desta obra é, pois, o de esboçar, tão clara e documentadamente quanto possível, a formação da língua portuguesa e sua história como instrumento de uma coletividade humana. O que vale dizer, *a história da língua como história dos homens que a falam* (1986a [1957] p. 54, grifamos)”. Também, podemos perceber essa influência, no campo da língua, a começar pela citação da frase de Jacob Grimm (1785-1863), que aparece em epígrafe na *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*: “A nossa língua é também a nossa história” (1986b [1950], p. 13), isto é, a história dos homens que dela se servem.

sempre mais abrangente, para depois, sim, atingir outras áreas do saber humano, estas mais específicas. Vejamos, então, como poderiam dar-se tais relações.

Conforme diz Chauí (2000), em referência a esse pensador, o século XIX é, na Filosofia, o grande século da descoberta da História ou da historicidade do homem, da sociedade, das ciências e das artes.

É particularmente com o filósofo alemão Hegel que se afirma que a História é o modo de ser da razão e da verdade, o modo de ser dos seres humanos e que, portanto, *somos seres históricos* (op. cit., p. 59) (Grifamos).

Convém ressaltar que fundamentamos as nossas conjecturas, sobre a possível influência hegeliana no pensamento do autor, naquilo que Auroux (2006) denomina *horizonte de retrospectão*. Segundo Auroux, *horizonte de retrospectão* é um conjunto de conhecimentos que possuímos, e que são antecedentes a qualquer atividade cognitiva que este venhamos a desenvolver. Diz o autor (op. cit.):

L'acte de savoir (le production de connaissance) *n'est pas lui-même sans rapport à la temporalité*. Pour simplifier, imaginons un sujet S dans son activité cognitive. Il dispose de compétences acquises et développées au cours de sa formation. Quand il s'attache à résoudre un problème, il dispose également de connaissances; or, ces connaissances ont nécessairement été produites *avant* l'activité cognitive en question. Nous nommons *horizon de rétrospection l'ensemble de ces connaissances antécédentes* (Auroux, 1987). Un horizon de rétrospection peut être structuré de multiples façons. Les connaissances peuvent figurer de façon indistincte comme connaissances communes. Mais elles peuvent aussi être indexées, avec des auteurs, voire des dates. L'existence des horizons de rétrospection témoigne de ce que la connaissance a nécessairement rapport au temps: il n'y a pas de connaissance instantanée, ce qui ne signifie pas que l'objet de la connaissance ou sa valeur soient temporelles, comme le soutient le relativisme¹⁷ (Auroux, 2006, p.107-8) (Grifamos).

¹⁷ Traduzimos: O ato de saber (a produção de conhecimento) não é ele mesmo sem relação à temporalidade. Para simplificar, imaginem um assunto S na sua atividade cognitiva. Você dispõe de competências adquiridas e desenvolvidas durante a sua formação. Quando se une a

Para Auroux (op. cit.), não se pode abordar seriamente a questão da história das ciências sem estudar a constituição e a estrutura dos “horizontes de retrospectão”, assim como a maneira pela qual os domínios de objetos são afetados pela temporalidade, o que se pode chamar, segundo ele (op. cit., p. 110), os “modos de historicização”, isto é, os modos de os objetos estarem na “história real”. Auroux diz ainda que essa abordagem evita que venhamos a considerar a história da ciência por meio de uma temporalidade idealista, que se daria de modo universal e fora do espaço. Ao contrário, a temporalidade dos conhecimentos lingüísticos é remetida aos espaços, ou seja, é ligada aos lugares específicos em que ocorreu (idem).

Direcionando essas considerações para o nosso trabalho, sabemos que a filosofia hegeliana foi a tentativa de criação de um sistema filosófico completo. Isto é, a filosofia de Hegel procurou considerar o universo como um todo sistemático. Hegel tentou demonstrar que era pela história que a razão se processava e se constituía. Assim, esta concepção historicista da razão, que era legada ao homem, se fazia refletir na sociedade, nas ciências e nas artes.

Como já dissemos, é Hegel quem afirma que a História é o modo de *ser* da razão e da verdade, o modo de ser dos seres humanos e que, portanto, *somos seres históricos*. Partindo dessa concepção, a língua, para Silva Neto,

resolver um problema, você dispõe igualmente de conhecimentos; ora, estes conhecimentos necessariamente foram produzidos antes da atividade cognitiva em questão. Nomeamos horizonte de retrospectão o conjunto desses conhecimentos antecedentes (Auroux, 1987). Um horizonte de retrospectão pode ser estruturado de diferentes formas. Os conhecimentos podem figurar de modo indistinto como conhecimentos comuns. Mas eles podem também ser indexados, com autores, até mesmo com datas. A existência dos horizontes de retrospectão é um testemunho de que o conhecimento tem necessariamente relação com o tempo; não há conhecimento instantâneo, o que não significa que o objeto do conhecimento ou seu valor sejam temporais, como sustenta o relativismo (Auroux, 2006, p.107-8).

só é vista como uma entidade histórica porque é própria do homem, este sim, segundo ele, um ser histórico. É o que depreendemos da seguinte afirmação do autor, retirada de *História da Língua Portuguesa*:

As palavras só têm história porque a coletividade as repete. E, assim, chegamos ao fato verdadeiro: não há, na realidade, história de palavras, senão *história dos homens*" (1986a [1950], p. 48, grifamos).

A Filologia Românica¹⁸, que é o campo de estudo do autor, havia surgido no mesmo período da filosofia de Hegel como disciplina que estudava a linguagem sob uma orientação eminentemente histórica. Acreditamos que a orientação histórica dada a esta disciplina tem como fundamento a filosofia hegeliana. Todavia, sabemos que não basta apontar as marcas da filosofia de Hegel no discurso de Silva Neto, é preciso estabelecer relações causais entre os dois discursos. Porque, de acordo com Auroux (op. cit.),

si je découvre (c'est-à-dire si je construis une représentation ad hoc) que la connaissance X de Y, [...] possède une «ressemblance frappante» avec la connaissance A de B [...] je n'explique rien si je dis que X est le «précurseur» de B: je ne fais que répéter d'une autre façon qu'il y a une «ressemblance frappante» entre Y et A. *Le travail d'historien, c'est d'expliquer pourquoi X est construite comme elle est et de voir s'il y a (ou pas) une ligne causale entre Y et B.* Ainsi, je ne gagne rien, du point de vue de l'explication, si remarquant que les premières grammaires de l'islandais présentent les «lettres» de cette langue à partir de différences phonétiques minimales en les exemplifiant sur des paires de mots en opposition, j'affirme simplement que ces grammairiens ont été les «précurseurs» de la phonologie. Je vais déjà plus loin si je remarque que leur problème est de présenter des tableaux selon la classification aristotélicienne d'emboîtement de catégories séparées par des différences spécifiques. Il faudra, en outre, suivre cette représentation, tester éventuellement sa stabilité au cours du temps et, finalement, voir si elle a une relation causale avec la phonologie¹⁹ (p. 106).

¹⁸ Conforme salienta Ilari (2007, pp. 17-18), "o nome 'Filologia Românica' [...] é significativo do contexto intelectual em que se deu seu aparecimento [...]. Esse estudo, [...] por razões óbvias, só podia ser histórico".

¹⁹ Traduzimos: Se descubro (ou seja, se construo uma representação *ad hoc*) que o conhecimento X de Y [...] possui uma "semelhança impressionante" com o conhecimento A de B [...], não explico nada se digo que X é o "precursor" de B: não faço mais que repetir de uma outra maneira que há uma "semelhança impressionante" entre Y e A. *O trabalho de*

Adaptando estas considerações em benefício da nossa pesquisa, cabe não só afirmar (e demonstrar) que existem semelhanças entre o pensamento de Silva Neto e o de Hegel, mas de observar também que seu “problema” consiste em apresentar um quadro para a concepção de língua, tal qual Hegel, na filosofia, apresentava para a concepção de “razão”. Isto é, de forma análoga à concepção hegeliana de razão histórica, Silva Neto “enxerga” na língua semelhante historicidade.

Para seguir as “trilhas” dessa representação, a fim de provar sua estabilidade através do tempo, até, finalmente, chegar a Silva Neto para verificar se há uma relação causal de suas idéias com o pensamento hegeliano, devemos atentar para o seguinte:

1º. Silva Neto pode ter sido influenciado pelo pensamento hegeliano²⁰ por intermédio de autores, como Benedetto Croce e Karl Vossler²¹, que, como já nos referimos, serviam de base para algumas de suas fundamentações lingüísticas e que, de uma forma ou de outra, estariam ligados à filosofia de Hegel, por isso são considerados neo-hegelianos (cf. Aranha & Martins, 1999, p. 375);

historiador é explicar porque X é construído como é, e de ver se há (ou não) uma linha causal entre Y e B. Assim, não ganho nada, do ponto de vista da explicação se, observando que as primeiras gramáticas do islandês apresentam as "cartas" desta língua a partir de diferenças fonéticas mínimas as exemplificando sobre pares de palavras em oposição, afirmo simplesmente que estas gramáticas foram as "precuroras" da fonologia". Já vou mais longe se observo que seu problema consiste em apresentar quadros de acordo com a classificação aristotélica de ajuste de categorias separadas por diferenças específicas. Será necessário, além disso, seguir esta representação, provar eventualmente a sua estabilidade através do tempo e, finalmente, ver se tem uma relação causal com a fonologia.

²⁰ É Evidente que não se trata, aqui, de teorias lingüísticas propriamente ditas, mas de concepções filosóficas de mundo, que poderiam tê-lo influenciado em suas teorias lingüísticas.

²¹ Trataremos da influência desses autores quando nos referirmos às concepções lingüísticas de Silva Neto, no Capítulo 3 desta dissertação.

2º. Por hora, não falaremos da possível influência, para Silva Neto, das idéias lingüísticas de Wilhelm Humboldt (1767-1835), contemporâneo da filosofia idealista de Hegel, sendo considerado por muitos o precursor do idealismo na lingüística²² (Miazzi, 1976, p. 75 e Coseriu, 1980 [1977], p. 154), por considerarmos esta influência, justamente, mais ligada a um aspecto lingüístico do que propriamente filosófico. Por isso, ela será abordada no capítulo 3 deste trabalho, no qual trataremos das concepções lingüísticas do autor.

Pode-se dizer, então, que *o trabalho filológico-lingüístico de Silva Neto estaria ligado em um nível filosófico, mesmo que indiretamente, às idéias de Hegel²³, cujo pensamento, como já dissemos, fez parte do que ficou conhecido como idealismo alemão.*

Essa nossa hipótese, de que Silva Neto foi influenciado pela filosofia hegeliana, mesmo que os autores estivessem separados por séculos de distância, é reforçada pelo que diz Auroux (2006) ao se referir à separação temporal entre autores. Isto é, Auroux diz que a distância temporal entre autores não implica que não se viva o conhecimento como uma entidade histórica. É nos seguintes termos que se expressa o autor:

²² Sobre este período, na intelectualidade alemã, devemos levar em consideração as seguintes palavras de Dilthey (1944, p. 253): "La religión y el arte alcanzan la solución al poner en acción la totalidad de las *fuerzas espirituales*, tratando de generar así la verdad como un todo. Herder, Schiller, Humboldt y Goethe habían reclamado esto del conocimiento supremo: Hegel trató de hacerlo posible en la filosofía mediante su método" (Grifamos). O próprio Serafim fala a respeito deste "espiritualismo", nos estudos da linguagem se referindo a boa parte destes autores, embora não faça menção nominal a Hegel: "Coube-lhe [a Vossler] [...] o papel de ter sido o grande revolucionário de nossos estudos. A sua preocupação máxima era enquadrar a língua na história da Cultura e, conseqüentemente, trazer de novo a Ciência da Linguagem para o sentido *espiritualista* que lhe davam [...] *os grandes precursores Herder, Humboldt, Fichte, Grimm e Rask*" (1956, p. 152) (Grifamos).

²³ Também não é nosso objetivo abrir um espaço para a discussão filosófica das idéias de Hegel num sentido verticalizado, o que fugiria do foco do nosso trabalho.

Quel que soit S (je veux dire Grec, Indien, savant de la Renaissance ou notre contemporain), il sait bien qu'il y a d'autres auteurs que lui, autrement dit, il a conscience d'entrer dans un ensemble, de lui appartenir; il sait bien aussi que certains de ces auteurs sont morts et, même, parfois que plusieurs siècles les séparent. Cela n'implique pas qu'il vive la connaissance comme une entité historique (op. cit., p. 108, grifamos)²⁴.

1. 2. 3 A Filosofia de Hegel

Quando Hegel aborda na sua *Introdução à História da Filosofia*, dentre outros assuntos, o "Conceito da História da Filosofia", procura aí refletir sobre as contradições existentes nos próprios termos "história" e "filosofia", admitindo que história é um fluxo e lida com questões que se passaram, enquanto a filosofia trata do que é *imutável*, a própria *razão*, e do que pretende ser o critério para o estabelecimento da verdade. Nesse sentido, Hegel nega a idéia de uma história da filosofia como "galeria de opiniões" e insiste que, mesmo na diversidade de opiniões, os caminhos percorridos por diferentes filosofias compõem a Filosofia. Para Hegel (1999²⁵),

a primeira idéia que em nosso espírito surge ao tratar a história da filosofia é que o objeto desta contém já uma interna contradição, visto que a Filosofia [para Hegel a própria razão] se propõe compreender o que é imutável, eterno, em si e por si: o seu fim é a verdade. A história, pelo contrário, aspira a contar aquilo que existiu num tempo, e noutro tempo deixou de existir, por ter dado lugar a qualquer outra coisa. De fato, verificamos ser eterna a verdade; não cai no âmbito do que passa e, por isso não tem história. Mas, se, por outro lado, tem história, uma vez que esta história não é mais do que a representação duma série sucessiva de formas passadas do conhecimento, a verdade não pode

²⁴ Traduzimos: Independentemente de S (quero dizer Grego, Indiano, cientista da Renascença ou nosso contemporâneo), sabe-se que há outros autores que, em outros termos, tem consciência de entrar num conjunto, pertencer-lhe bem; sabe-se também que alguns destes autores morreram e, mesmo, que às vezes vários séculos o separa. Isso não implica que não se viva o conhecimento como uma entidade histórica.

²⁵ No original, em alemão, os trabalhos de Hegel foram publicados em 19 volumes, de 1832 a 1887.

encontrar-se nesta sucessão histórica, porque a verdade não é coisa que passa (p. 387).

Para resolver essa contradição, diz Hegel (em crítica voltada aos inatistas e aos empiristas) que a razão não é nem exclusivamente razão objetiva (a verdade está nos objetos) nem exclusivamente subjetiva (a verdade está no sujeito), mas é a unidade necessária do objetivo e do subjetivo. Ela é o conhecimento da harmonia entre as coisas e as idéias, entre o mundo exterior e a consciência, entre o objeto e o sujeito, entre a verdade objetiva e a verdade subjetiva. De acordo com Chauí (2000, p. 99), a razão para Hegel seria, em síntese:

1. o conjunto das leis do pensamento, isto é, os princípios, os procedimentos do raciocínio, as formas e as estruturas necessárias para pensar, as categorias, as idéias – é razão subjetiva;
2. a ordem, a organização, o encadeamento e as relações das próprias coisas, isto é, a realidade objetiva e racional – é razão objetiva;
3. a relação interna e necessária entre as leis do pensamento e as leis do real. Ela é a unidade da razão subjetiva e da razão objetiva.

Chauí (op. cit.) diz também que a razão para Hegel é **histórica**. Sua historicidade ocorre porque a unidade ou harmonia entre o objetivo e o subjetivo, entre a realidade das coisas e o sujeito do conhecimento, não é um dado eterno, algo que existiu desde todo o sempre, mas é uma conquista da razão e essa conquista da razão realiza-se no tempo.

Embora longa, a citação a seguir ajuda-nos a melhor compreender o conceito de *razão histórica* em Hegel. Vejamos o que diz Chauí (op.cit.):

Os inatistas começaram combatendo a suposição de que opinião e verdade são a mesma coisa. Para livrarem-se dessa suposição [...] disseram que a opinião pertence ao campo da experiência sensorial, pessoal, psicológica, instável e que as idéias da razão são

inatas, universais, necessárias, imutáveis. Os empiristas, no entanto, negaram que os inatistas tivessem acertado, negaram que as idéias pudessem ser inatas e fizeram a razão depender da experiência psicológica ou da percepção. Que diz Hegel? Que *esses conflitos filosóficos são a história da razão buscando conhecer-se a si mesma e que, graças a tais conflitos, graças às contradições entre as filosofias, a Filosofia pode chegar à descoberta da razão como síntese, unidade ou harmonia das teses opostas ou contraditórias. Em cada momento de sua história, a razão produziu uma tese a respeito de si mesma e, logo a seguir, uma tese contrária à primeira ou uma antítese. Cada tese e cada antítese foram momentos necessários para a razão conhecer-se cada vez mais. Cada tese e cada antítese foram verdadeiras, mas parciais. Sem elas, a razão nunca teria chegado a conhecer-se a si mesma.* Mas a razão não pode ficar estacionada nessas contradições que ela própria criou, por uma necessidade dela mesma: precisa ultrapassá-las numa síntese que una as teses contrárias, mostrando onde está a verdade de cada uma delas e conservando essa verdade. *Essa é a razão histórica* (p. 100) (Grifamos).

Com a metáfora da flor, que continuamente se transforma até chegar à forma de fruto, fala Hegel (2000 [1807]) da necessidade do método dialético na abordagem dessa razão que, para ele, como acima já ressaltamos, é histórica. Dizia ele:

O botão desaparece no desabrochar da flor, e poderia dizer-se que a flor o refuta; do mesmo modo que o fruto faz a flor parecer um falso ser-aí da planta, pondo-se como sua verdade em lugar da flor: essas formas não só se distinguem, mas também se repelem como incompatíveis entre si. Porém, ao mesmo tempo, *sua natureza fluida faz delas momentos da unidade orgânica, na qual, longe de se contradizerem, todos são igualmente necessários.* E essa igual necessidade que constitui unicamente a vida do todo. *Mas a contradição de um sistema filosófico não costuma conceber-se desse modo; além disso, a consciência que apreende essa contradição não sabe geralmente libertá-la — ou mantê-la livre — de sua unilateralidade; nem sabe reconhecer no que aparece sob a forma de luta e contradição contra si mesmo, momentos mutuamente necessários* (p. 22, Grifamos).

No final da metáfora, como se vê, Hegel criticava quem não concebia a diversidade dos sistemas filosóficos como desenvolvimento progressivo da verdade, i. é, da razão, no seu percurso histórico, e que pelo contrário, só via

na diversidade a contradição, e não este movimento dialético, “momentos mutuamente necessários”.

1. 2. 4 O horizonte de retrospectão de Silva Neto

A influência da filosofia hegeliana no pensamento lingüístico de Silva Neto, conforme já ressaltamos, pode até não se fazer por via direta. No entanto, é possível percebê-la como uma noção incutida, herdada pelo autor através da geração de filólogos e lingüistas que tanto o influenciaram. De modo que estaríamos, aqui, diante de um *horizonte de retrospectão* (Auroux, 2006), pois o pensamento hegeliano pode ser avistado aí, nas concepções do filólogo, mesmo que figurando de maneira indistinta, como um *conhecimento comum*. Conforme diz Auroux (op. cit.): “L’absence de référencement ne signifie pas nécessairement une absence totale dans l’horizon de rétrospection ; certains éléments peuvent figurer dans l’anonymat de la *connassaince commune*²⁶” (p. 113, grifamos).

Enfim, vejamos as correlações entre o pensamento de Hegel e alguns postulados de Silva Neto.

Observando a filiação de Silva Neto a uma visão de mundo hegeliana, vemos na sua *História da Língua Portuguesa* (1986a [1957]), no item 10 da introdução (História de uma Língua), como preparação teórico-metodológica à obra, uma concepção da história da língua, cuja semelhança com o pensamento de Hegel se faz flagrante, diz o autor:

²⁶ Traduzimos: A ausência de referência não significa necessariamente uma ausência total no horizonte retrospectão; certos elementos podem figurar no anonimato do conhecimento comum.

A história de uma língua não é um esquema rigorosamente preestabelecido [...]. A evolução, repetimos, é complexa e melindrosa, relacionada com mil e um acidentes, cruzada, recruzada e entrecruzada – porque não representa a evolução de uma coisa feita e acabada, mas as vicissitudes de uma atividade em perpétuo movimento (p. 52) (Grifamos).

Em primeiro lugar, só o uso do vocábulo *evolução* já mostra o quanto está presente no discurso do autor a idéia de *melhora, aperfeiçoamento*, da língua. O que se explica, em parte, como algo herdado deste contexto científico ainda fortemente marcado pelo positivismo. Ao mesmo tempo, podemos afirmar que essa concepção é encontrada na dialética de Hegel. Para Hegel o ser necessariamente está em constante mudança, *evolução*, na direção do eterno, isto é, do Absoluto, que é uma das designações de Hegel para Deus.

Já para Silva Neto, dentre outras considerações, a língua estava em “perpétuo movimento”, embora os falantes pertencentes a uma mesma sincronia não o percebessem. Dizia ele em outra obra, em crítica aos neogramáticos:

Igualmente falaciosa é a noção de período da língua, tão cara aos néo-gramáticos: na verdade a evolução é contínua, e cada período já traz implícito o período seguinte. Só o repouso é perceptível mas só o movimento é real (LCC, 1960, p. 42) (Grifamos).

Vemos nessas concepções de *perpétuo movimento*, e de *evolução contínua* da língua, na qual diz o filólogo ser *só o repouso perceptível mas só o movimento real*, uma forma correlativa à concepção da história hegeliana, que, segundo Janicaud (1979 [1968] p.227), está apoiada no eterno, isto é,

“[...]’o *repouso* translúcido e simples’ corresponde [...] à necessária eternidade do *movimento* dialético”.

O próprio Hegel (2000 [1807]) assim se expressa no prefácio de sua *Fenomenologia do Espírito*:

§ 11 – [Es ist übrigens] Aliás, não é difícil ver que nosso tempo é um tempo de nascimento e *trânsito* para uma nova época. O espírito rompeu com o mundo de seu ser-aí e de seu representar, que até hoje durou; está a ponto de submergi-lo no passado, e se entrega à tarefa de sua *transformação*. Certamente, *o espírito nunca está em repouso, mas sempre tomado por um movimento para a frente* (p. 26) (Grifamos).

Já em *Introdução ao Estudo da língua Portuguesa no Brasil* (1986b [1950], p. 189), defendia Silva Neto a idéia de que “A língua é uma sucessão de fases, de continuidades: cada fase é resultante das anteriores”, o que pode ser equiparado ao movimento dialético, cujo exemplo Hegel apresentou de forma bastante expressiva com a metáfora da flor. Lá, vimos que o filósofo dizia ser fluida a natureza das formas, e que essa fluidez, apresentava-se como momentos de uma unidade orgânica, que, longe de se contradizerem, eram todos igualmente necessários.

Há em todas essas passagens, como podemos notar, a visão da língua em uma perspectiva histórica, que, de uma forma ou de outra, se relaciona com o pensamento dialético de Hegel, para quem a razão é vista não sua complexa evolução de um estado para outro, querendo atingir a perfeição, isto é, o Absoluto hegeliano.

1. 2. 5 Noção Cumulativa

Hegel, diz Chauí (2000, p.104), considera que a razão, na batalha interna entre teses e antíteses, vai sendo enriquecida, vai *acumulando conhecimentos* cada vez maiores sobre si mesma, tanto como conhecimento da racionalidade do real (razão objetiva), quanto como conhecimento da capacidade racional para o conhecimento (razão subjetiva).

Guardada as devidas proporções, a mesma noção de acúmulo pode ser encontrada no pensamento lingüístico de Serafim da Silva Neto, pela a noção de *herança social* – que pode ser entendida, no conjunto de sua obra, como *cultura* somada à língua – idéias, conhecimentos, instituições, técnicas, etc. Assim se expressa o autor:

Chama-se herança social à soma da língua, idéias, conhecimentos, instituições, técnicas, etc. Está claro que ela cresce por *processo cumulativo*: avoluma-se pela *adição de novos conhecimentos*, novas maneiras de comportamento, que são transmitidas de uma geração a outra (IELPB, 1986b [1950], p. 191) (Grifamos).

Vemos aqui uma correlação com o movimento dialético hegeliano, pois Serafim da Silva Neto concebe a cultura e a língua como herança social. A noção de que a *herança social* se faz pelo processo *cumulativo* é análoga à noção que se faz presente no sistema filosófico hegeliano, no qual a razão vai sendo enriquecida, vai *acumulando conhecimentos* cada vez maiores sobre si mesma.

Cumpre-nos, novamente, esclarecer que nossa intenção aqui é apenas a de tentar aproximar (o que não é tão simples) a teoria de Silva Neto da

dialética hegeliana, demonstrando que o autor desenvolveu para a sua concepção de língua uma noção semelhante à que Hegel desenvolveu na filosofia. Isto é, de forma análoga à concepção hegeliana de razão histórica, queremos mostrar que Serafim da Silva Neto também “enxergava” na língua semelhante historicidade. E o que é mais importante: há semelhanças entre ambos os modelos. Isto sem falar na concepção espiritualista – o que já é bastante óbvio – presente no pensamento dos dois.

A concepção espiritualista de Hegel está no fato de que, para ele, tudo está voltado para um *dever*, que se faz mediante a idéia, o conceito. Enfim, para Hegel, tudo é um movimento do Espírito, em direção ao Absoluto, no retorno a Deus, que se dá não antes, porém, de o espírito conhecer a si mesmo. Diz Hegel:

Este ser consigo mesmo do Espírito, este vir a si próprio, pode ser considerado como seu fim mais elevado e absoluto; só isto ele quer e nada mais. Tudo o que desde a eternidade acontece no céu e na terra, a vida de Deus e quanto se opera no tempo, visa apenas a que o espírito se conheça a si próprio, se faça a si mesmo objeto, se encontre, devesse por si mesmo, se recolha a si próprio; desdobrou-se, alienou-se, mas somente para se poder encontrar e para poder voltar a si próprio (1999, p. 397).

É na *Fenomenologia do Espírito* que Hegel mostra cada fase desse movimento do *ser-em-si* (entendido como espírito) até sua chegada a Deus, o *ser-para-si*. Ou seja, é na *Fenomenologia* que o filósofo alemão apresenta como a mente humana originou-se de uma mera consciência, passando por uma autoconsciência, razão, espírito e religião para alcançar o conhecimento absoluto.

Já Silva Neto, mostra-se espiritualista na medida em que afirma ser a língua um produto social, ou uma atividade do espírito humano. Em várias de suas obras é possível verificar essa ligação entre língua e homem, língua e história, língua e cultura, em uma clara concepção de que a atividade lingüística estava relacionada à espiritualidade humana. Vejamos algumas dessas referências:

Mas a verdade é que a língua, longe de ser um organismo, é um produto social, é uma *atividade do espírito humano*. Não é assim, *independente da vontade do homem*, porque o homem não é uma folha seca ao sabor dos ventos veementes de uma fatalidade desconhecida e cega (IELPB, 1986b [1950], p. 18).

O idioma é repositório da cultura e, por isso, está fortemente *agregado ao espírito humano* (Idem, p. 60, grifamos).

E, assim, chegamos ao fato verdadeiro: não há, na realidade, história de palavras, senão história dos homens. *E como o homem não é só matéria, mas também espírito*, há que concordar com Spitzer quando diz que história de língua é história de almas (HLP, 1986a [1950], p. 48, grifamos).

A língua é uma expressão da cultura, e a sua história é parte integrante da história da cultura, isto é, da herança social. Se representa, como é óbvio, a *cultura espiritual*, e não a material, esta muitas vezes lhe é indispensável como esclarecimento (IEFP, 1976 [1956], P. 15, grifamos).

Aos trabalhos aqui reunidos atribui o autor certa unidade. Quando outra, porém, não tivessem, mostrariam a *sua atitude* constante em face do material: a de considerar a linguagem uma criação indissolúvelmente ligada ao *espírito humano* e à sociedade (EFP, 1956, p. 10-11, grifamos).

Quais são, portanto, as tendências da Filologia Românica no século XX? [...] Em primeiro lugar, ela desalgebrizou-se e aproximou-se definitivamente do Homem, a quem as línguas soberanamente servem [...] Qualquer estudo lingüístico tem, por isso, de levar em conta o *Espírito* (LCC, 1960, p. 47-48).

Como bem observou Porzig, os fenômenos lingüísticos valiam para os positivistas como *fatos*; mas valem para os novos filólogos, porque, além de serem *fatos*, têm uma significação, um conteúdo semântico. Onde os néo-gramáticos só viam carne e ossos, nós vemos, carne ossos e *Espírito* (Idem, p. 49).

Como vemos, em todas essas passagens, colhidas nas mais diversas obras do autor, sua visão espiritualista na abordagem lingüística não é uma noção que se encontra isolada em um livro ou outro, mas é, antes de tudo, uma teoria sistematizada que foi construída de forma coerente, ao longo de suas atividades. Notamos que a orientação espiritualista na concepção lingüística de Silva Neto foi um dos pontos-chave de sua análise. Afinal, nos vários trechos acima, vemos que para o autor o homem não é nada fora da sua ligação espiritual. Ou seja, *o homem não é só matéria, mas é também espírito*. A mesma definição foi dada por Hegel em um discurso proferido por ocasião de sua aula inaugural na Universidade de Heidelberg, em 28 de outubro de 1816:

A coragem da verdade, a fé no poder do espírito é a condição primordial da filosofia. *O homem, por ser espírito*, pode e deve julgar-se digno de tudo quanto há de mais sublime. *Da grandeza e do poder do seu espírito* nunca pode formar um conceito demasiado altivo, e animado por esta fé não se negará a desvelar o seu segredo (1999, p. 377, grifamos).

Outra similaridade que se nota entre o sistema filosófico hegeliano e as concepções lingüísticas de Serafim da Silva Neto encontra-se no seguinte ponto a ser comentado. Para Hegel (op. cit., p. 397), a mudança, isto é, o desenvolvimento do espírito, consistia em que o seu "extrinsecar-se e o seu cindir-se" seriam "simultaneamente o vir a si mesmo". Ou seja, para Hegel, cada coisa só é na medida em que, a todo o momento de seu ser, algo que ainda *não é* vem a ser, e algo que agora é, passa a não ser. E que tudo já

estaria contido ali mesmo, dentro do próprio espírito. Isto é, ao espírito, o princípio da mudança lhe seria algo inerente, e dentro dele já haveria um caminho a ser percorrido, determinado em vir-a-ser a si mesmo. Silva Neto empregava noção similar para se referir às mudanças na língua. Segundo o filólogo, a língua já encerrava em si mesma certas possibilidades de mudanças, que seguiam em uma certa direção, em um curso que lhe era próprio. Para denominar tal fenômeno, Silva Neto recorreu ao conceito de *deriva* do lingüista norte-americano Edward Sapir, observemos nas passagens seguintes como ele se referiu a ele:

Meio de comunicação e expressão, a língua é um instrumento vivo: *move-se pelo tempo em fora num curso que lhe é próprio*. Para empregar expressiva imagem do lingüista Eduard Sapir tem uma deriva, isto é, determinada direção, que já encerra uma série de possibilidades (IELPB, 1986b [1950], p. 115) (Grifamos).

Não se pode esquecer que a ação dos aloglotas consiste, de modo geral, em precipitar a *deriva* da língua, isto é, as tendências já contidas no sistema. A evolução opera-se no sentido de tendências pré-existentes, que então irrompem e se difundem (op. cit, idem, p. 126).

Nas duas citações acima, é possível notar as semelhanças, conforme apontamos, entre a noção de mudança na língua, que, para Silva Neto ocorria dentro da própria estrutura lingüística, devido a tendências pré-existentes, e a noção de mudança no espírito, a que Hegel dizia já estar tudo contido ali mesmo, dentro do próprio espírito.

1. 2. 6 O método dialético na concepção da história da língua portuguesa no Brasil

Além dessas semelhanças, entre Silva Neto e Hegel, o que também chama a atenção é o fato de que a *dialética hegeliana* - levando-se em conta os três momentos que a compõem, isto é, a tese, a antítese e a síntese - pode ser aplicada sem nenhuma dificuldade ao pensamento lingüístico de Silva Neto, quando o autor trata do português do Brasil.

No primeiro momento, representando a *tese* da dialética, estaria o que Silva Neto considerou como a primeira fase do Português *no* Brasil: a chegada em terras brasileiras, da língua portuguesa, de feição quinhentista, que se misturou às línguas indígenas e, depois, às africanas. O que para ele reduziu a língua, nesse período, a um crioulo ou semicrioulo. Diz Silva Neto:

No Brasil os colonizadores encontram-se em presença de populações indígenas, e logo depois vêm-se forçados, pelas exigências dos trabalhos, a importar escravos de África. [...] É natural, portanto, que no decorrer deste primeiro século de colonização se tenha formado entre estes índios negros e mestiços, uma linguagem rude de gente inculta, denominada *crioulo* ou *semicrioulo* pela lingüística moderna (IELPB, 1986b [1950], p.113).

Em um segundo momento, representando a *antítese* da dialética, a língua portuguesa ganhava, segundo Silva Neto, novo espaço devido a vários fatores, dentre eles, o prestígio da cultura portuguesa, o que segundo ele, representava a melhor forma de civilização:

Mas os brancos, certos de sua superioridade, logo procuraram difundir os próprios padrões de cultura. Entre eles conta-se a língua, que os missionários (os educadores de então) procuraram alastrar entre os meninos da taba. [...] No entanto a fala dos senhores, o idioma oficial e literário - com o prestígio duplo de língua escrita e língua dos dominadores - irradiava-se, tomando aqui alguns aspectos próprios que, sem fugir à estrutura lingüística comum que constitui o mesmo domínio lingüístico, o distinguem do português europeu (Idem, pp. 31 e 73).

E, finalmente, representando a *síntese* da dialética hegeliana, estaria a terceira fase, que se inicia em 1808, com a vinda da família real portuguesa ao Brasil e que se entenderia até os dias de hoje:

O século XIX começa, para o Brasil, em 1808 com a chegada do Príncipe Regente. Esse fato auspicioso, que transformava o Rio de Janeiro em capital do mundo português, teve as mais profundas conseqüências na vida colonial (Ibidem, p. 79).

De lá pra cá, para o filólogo, exceto algumas diferenças justificáveis como de pronúncia e estilo entre Portugal e Brasil, além da própria diversidade vocabular, que se devia às coisas novas que a língua portuguesa no *mundo novo* encontrou e que teve de nomear, houve um *reaportuguesamento* que, de modo geral, *planificou* todas as diferenças, principalmente nas cidades, nos primeiros cinquenta anos do século XX. Assim dizia Silva Neto:

Deve-se reconhecer, no entanto, que essa linguagem, [o antigo crioulo] sobretudo nos últimos cinquenta anos, tem sofrido influências planificadoras que se irradiam das cidades e se manifestam através dos jornais, do rádio e do ensino escolar. Nas cidades foi muito mais intenso esse *reaportuguesamento*. É claro que elas têm sido, pelo menos a partir de 1808, os centros de cultura do país. Com a chegada do Príncipe Regente afluíram para o Rio de Janeiro os principais potentados do interior. Daí o desenvolvimento da linguagem urbana, sensivelmente aproximada à língua padrão. Nas cidades concentra-se o esforço das escolas e dos institutos de cultura. Nas cidades estão as sedes do Poder Central (Ibidem, p. 133).

Acreditamos que essa planificação das diferenças dos falares, devido ao processo de *reaportuguesamento*, a que o autor de *Introdução ao Estudo da*

Língua Portuguesa no Brasil se refere, seria a *síntese*, de acordo com método dialético de Hegel, da língua portuguesa aqui usada.

Como se nota, Silva Neto dialogou com a filosofia hegeliana, e a aplicação do método dialético para explicar a “evolução” do português do Brasil é um exemplo disso, pois, mostra-nos, como vínhamos afirmando, a co-presença desse conhecimento filosófico no seu *horizonte de retrospectão*.

1. 3. O contexto científico e a dimensão política

Quanto ao contexto científico, pode-se dizer que em um aspecto mais amplo, nas décadas de 30, 40 e mesmo 50, havia, ainda alguns, resquícios do positivismo do final do século XIX, bem como as concepções sobre eugenia, a partir das teorias de raça. Sobre isso, pronuncia-se:

O pressuposto do determinismo racial é o princípio do racismo. Nessa escola, não se discute mais o indivíduo, mas sim o grupo. Existem, na verdade, quatro máximas do determinismo racial, que correspondem às suas diferentes faces. A primeira afirma que a raça constitui um fenômeno essencial. Dizia com isso que havia, por exemplo, entre o branco e o negro a mesma diferença que existia entre o cavalo e a mula. [...] O termo eugenia [...] quer dizer “boa geração”. Esse conceito, que implicou uma política social, estabelecia que só havia uma maneira de lidar com o fenômeno da diferença: era “cuidar da raça” (Schwarcz, 1996, pp. 168-169).

Especificamente nas ciências da linguagem imperava o método histórico-comparativo das línguas, sob uma perspectiva filológica. Apesar de, nessa época, já se ter conhecimento sobre a lingüística estruturalista praticada na Europa e nos EUA, no Brasil, ainda, imperavam programas de investigação segundo as tradições da Filologia Clássica e Românica unidas à Dialetoлогия, introduzida, aqui, por Serafim da Silva Neto nos anos 50. Tais

práticas científicas coincidiam com a criação das Faculdades de Filosofia, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro (Altman, 1998; Coelho, 1998).

Já na dimensão política, vivia-se, no Brasil, o governo de Getúlio Vargas. Este período pode ser dividido em três fases: **governo provisório** (1930-1934); **governo constitucional** (1934-1937); e **governo ditatorial**, este último conhecido como **Estado Novo** (1937- 1945).

Nos anos 30, o Brasil não seguiu rumos muito distintos dos que estavam sendo trilhados pelos países europeus e que eram objeto da atenção dos brasileiros ilustrados. Mussolini chegou ao poder na Itália em 1923; Hitler, com sua ascensão à Chancelaria em 1933, acabou de desintegrar a República de Weimar; Salazar, em 1929, chegou a primeiro-ministro de Portugal; a Espanha se encontrava, entre 1936 e 1939, banhada no sangue de uma guerra civil (Oliveira, 1982, p. 7).

Partindo dessas observações, procuraremos articulá-las ao nosso propósito que é o de demonstrar como o contexto científico e o político no qual estava inserido Silva Neto, também, tiveram grande influência nas formulações de suas idéias, isto é, não há como negar que na construção de teorias sobre o português do Brasil, o discurso de Silva Neto é também afetado pelo contexto científico e político. Cabe ressaltar que Silva Neto é “um homem de seu tempo”, portanto, não podemos abordar suas concepções lingüísticas, ignorando o ambiente em elas que foram desenvolvidas. Isso justifica, então, o conceito de parâmetro espacial de Auroux (2006). Nele o teórico francês afirma que *a temporalidade dos conhecimentos lingüísticos é remetida aos espaços*, ou seja, é ligada a lugares específicos em que ocorreram. O autor (op. cit., p. 106) afirma que um “*paramètre spatial*” [parâmetro espacial] pode surpreender nas investigações, pois, corresponde

evidentemente ao fato de os acontecimentos serem situados em um aqui-agora. Nas palavras do autor:

L'existence d'un paramètre spatial peut étonner; il correspond évidemment au fait que les événements sont situés dans un ici-maintenant.²⁷

O conceito corresponde ao que se compreende comumente por contextualização, que, como sabemos, é de fundamental importância em um trabalho historiográfico. Ou seja, através dessa abordagem, podemos entender porque certas afirmações feitas por Silva Neto, hoje tidas por nós como preconceituosas e intolerantes na época não incomodavam a quem as ouvia. Partimos do pressuposto de que no “ambiente” em que circulavam estas afirmações não havia discurso nem postura anti-racista e antipreconceituosa que a ela se opusessem. Pelo contrário, o que imperava nessa época eram, ainda, as opiniões dos *homens de ciencia*, cujo conceito de “raça”, embutido em seus discursos, havia surgido “como um conceito negociado, um conceito construído em finais do século XIX” (cf. Schwarcz, 1996, p. 172), e que permaneciam, para muitos, embora no século XX, incontestáveis. Isto evidencia, pois, o *clima de opinião* da época. Ou seja, nessa perspectiva, podemos afirmar que Silva Neto partilhava, em certos aspectos, valores comungados por um grupo social dominante, que os faziam passar por indiscutíveis. Todavia, devemos reconhecer que Silva Neto

²⁷ Traduzimos: A existência de um parâmetro espacial pode surpreender; ele corresponde evidentemente ao fato de que os acontecimentos são situados em um aqui-agora.

também avançou em muitos outros aspectos em relação à sua época. Um desses avanços diz respeito ao caráter social da língua.

1. 3. 1 Teorias de raça

Em *Introdução ao Estudo da Língua portuguesa na Brasil* (1986b [1950]) não é difícil encontrarmos resquícios do conceito de raça herdados destes modelos do final do século XIX e início do XX. Vejamos os seguintes exemplos:

No entanto a pesquisa de qualquer possível influência ameríndia só poderá dar resultados seguros à luz do seguinte método: 1) é preciso determinar a natureza e origem da população estudada, a maior ou menor percentagem de *raças*, desde o início até nossos dias.

[...]

[...] os dados antropológicos também poderão lançar luz sobre homogeneidade ou heterogeneidade local. As características dos hititas – cabeças pequenas, nariz grande, fronte reduzidas – corroboraram os dados lingüísticos de que esse antiqüíssimo povo indo-europeu estivera em contato íntimo com um *povo de raça diferente* [...] (p. 106, grifamos).

Nos princípios do século XIX, por toda parte há tribos de índios, ora *puro*, ora em *diversos graus de cruzamento*, incorporados a povoações do interior (p. 83).

Já em *Introdução ao Estudo da Filologia da Língua Portuguesa* (1976 [1956], p.134-135), através de uma citação que Silva Neto faz ao lingüista Maurice Grammont²⁸, é possível percebermos suas ponderações a respeito da influência da raça, no que diz respeito às chamadas leis fonéticas:

²⁸ Maurice Grammont foi um importante lingüista comparatista, indo-europeista, foneticista e dialectólogo francês, nascido a 15 de Abril de 1866, em Damprichard (Doubs), morto em 17 de Outubro de 1946 em Montpellier. Em 1904 -1905, fundou o Laboratório de fonética experimental da Universidade de Montpellier. Segundo Miazzi (1976, p.100) "Grammont merece referência [...] por haver criado [dentre outras coisas] um novo campo, a *fonética geral*, não mais histórica ou fisiológica apenas".

1. *Influência de raça*

Citemos, primeiro, a *raça*, fator que tem sido exagerado por uns e acerbamente combatido por outros.

Para encurtar razões ouçamos ao *precipitado lingüista*: “*Les qualités de la race peuvent donc jouer un rôle dans la transformation des phonèmes qui lui sont difficiles.*”

Certaines populations articulent mollement et indistinctement, d’autres fermement et nettement ; *le caractère de la race peut en être le point de départ.* Dans le premier cas les voyelles tendent à se diphtonguer et les consonnes à perdre de leurs qualités spécifiques ; dans le deuxième tendance à le monoptongaison et maintien des consonnes”²⁹. (Traité de Phonétique, 175) (Silva Neto, op. cit) (Grifo nosso).

Nesse espaço, embora Silva Neto critique as formulações feitas por Grammont, a quem se refere como precipitado, sobre as várias causas da “evolução fonética” – dentre elas a influência da raça –, percebemos que a oposição ao lingüista francês refere-se somente às dificuldades que se teria em exemplificar sua afirmação, em nenhum momento há oposição à teoria. Portanto, não se discutia o modelo, que estava por suposto correto; só a dificuldade em exemplificá-lo.

Tal influência puramente antropológica é, porém, extremamente difícil de exemplificar-se (IEFP, 1976 [1956], p.135).

Portanto, parecia ser *comum* nos estudos lingüísticos utilizarem-se argumentos baseados nas teorias de raça, o que levava evidentemente, a posições como, por exemplo, a distinção entre “línguas de cultura” e aquelas que não transportavam nenhuma “civilização” nem eram consideradas

²⁹ Traduzimos: As qualidades da raça podem, por conseguinte, desempenhar um papel na transformação dos fonemas que lhe são difíceis. Certas populações articulam suave e indistintamente, outras firme e claramente; o caráter da raça pode ser o ponto de partida. No primeiro caso, as vogais tendem a se tornar ditongos e as consoantes a se perderem das suas qualidades específicas; na segunda tendência à monotongação e manutenção das consoantes.

supostamente sofisticadas o bastante para expressarem as culturas ocidental-européias. Como é possível notar no trecho abaixo, este era para Silva Neto, o destino do português do Brasil, que seguia o exemplo do francês:

Decerto esse falar-padrão há de ser constantemente vivificado pela linguagem falada, e isso não é senão o destino das grandes *línguas de cultura*, como, por exemplo, o francês (IELPB, 1986b [1950], p. 90) (Grifamos).

Tal postura reflete a suposição, como já dissemos, comum na época, de que algumas populações eram menos evoluídas biológica e culturalmente do que outras. Portanto, vemos que nessa época tornou-se habitual falar de línguas primitivas, da mesma maneira que algumas “raças” foram consideradas evolutivamente inferiores a outras. Encontrar referências como essas no discurso do autor é mais uma prova de que este era o *ambiente* intelectual e científico no qual ele vivia.

Passemos, então, ao próximo item, em que abordaremos o surgimento das Faculdades de Filosofia, na era Vargas, em sua relação com a atuação profissional de Silva Neto.

1. 3. 2 O surgimento das Faculdades de Filosofia, a era Vargas e discurso da construção nacional

Pretendemos abordar, neste item, a partir do que já expusemos sobre a biografia do autor, a possível influência que Silva Neto poderia ter recebido do ambiente intelectual e político no qual estava inserido. Até onde pudemos apurar, não existem obras que apresentem o perfil político do autor, de modo que revelem suas tendências político-ideológicas explícitas. Também não tivemos acesso a arquivos pessoais que, por ventura, nos mostrassem claramente alguma relação com os meios intelectuais e políticos que na época atuavam no Brasil, do qual, talvez, fizesse parte. Todavia, seguiremos “pistas” deixadas no próprio discurso do autor, a fim de estabelecermos sua relação com esse meio. Além disso, perseguiremos os dados já revelados na sua trajetória acadêmica, tendo em vista a possibilidade de articulá-los aos acontecimentos recentes da história do Brasil, o que foi estudado por pesquisadores ligados a centros de referências em ciências políticas e sociais, tais como o CPDOC/ FGV³⁰.

Conforme afirmam Altman (1998, p. 70) e Coelho (1998, pp. 83-84), a criação das primeiras Faculdades de Filosofia em São Paulo e no Rio de Janeiro simbolizou o fim do autodidatismo em matéria de linguagem e marcou, na percepção das gerações que se seguiram, o início da carreira do profissional de Letras. No início dos anos 30, diz Coelho (op. cit.), ainda inexistiam as chamadas Faculdades oficiais e, por conseguinte, também os cursos de Letras:

Esta situação apenas foi alterada em 1934, quando, juntamente com a Universidade de São Paulo, foi fundada a sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. No ano seguinte por iniciativa de Anísio

³⁰ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas.

Teixeira (1900-1971), organizou-se a Universidade do Distrito Federal, que fundia uma Faculdade de Filosofia e Letras, uma de Educação e um Instituto de Artes (Coelho, op.cit, idem).

Ainda segundo a autora, devido ao caráter progressista excessivo para o período e, conseqüentemente, ao choque inevitável com a política repressora do governo Vargas, durante o Estado Novo, essa Faculdade foi dissolvida no ano de 1938. Portanto, já em 1937, o próprio governo Vargas havia criado a Universidade do Brasil que incluía, sempre de acordo com a autora (op. cit.), a Faculdade Nacional de Filosofia. Isso permitiu que, no segundo semestre de 1939, no início das atividades da Faculdade Nacional, tanto professores quanto alunos da Faculdade do Distrito Federal, outrora dissolvida, fossem transferidos para o novo espaço acadêmico, que, para os governantes, deveria servir de modelo para o resto do país.

Chamamos a atenção para esse contexto, no qual surgiram as Faculdades de Filosofia e Letras, porque será nele que ocorrerá a atuação profissional de Silva Neto, e, portanto, constituía o lugar discursivo de onde falava o filólogo. Ou seja, compreender o *ambiente* ideológico-discursivo no qual estava inserido o autor será de grande valia para que possamos entender por que Silva Neto falava de um jeito e não de outro.

Como vimos, Silva Neto integrou, a partir de 1942, o corpo docente, composto por professores-fundadores da Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde lecionou Filologia Românica, e, mais tarde, ocupou a tão prestigiada e disputada cátedra de Filologia Românica na Faculdade Nacional de Filosofia da referida Universidade do Brasil. Há de se notar que, nesse

período, ambas as instituições representavam o que havia de mais conservador em matéria de instituição educacional no país.

De acordo com Salem (1982), foi através da revista *A Ordem* (1921) e do *Centro Dom Vital* (1922) que os católicos vinham se organizando, desde a década de 1920, para atuarem de forma mais marcante no processo decisório nacional: em um primeiro momento sobre a educação, em um segundo, sobre a política.

Sob a liderança do arcebispo dom Sebastião Leme do padre Leonel Franca e de *Alceu Amoroso Lima*, articulou-se, segundo Salem (op. cit.), um movimento em nome da educação superior católica. Em 1929, foi fundada a Associação dos Universitários Católicos; em 1932 o Instituto de Estudos Superiores; e em 1933 a Confederação Católica Brasileira de Educação. Em 1934, realizou-se no Rio de Janeiro o I Congresso Católico de Educação. Todas essas medidas culminaram na fundação da Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Alceu Amoroso Lima, um dos líderes supracitados, incomodado com o surgimento da Universidade do Distrito Federal, na época um centro de ensino superior de orientação laica, com uma perspectiva política de esquerda, fez frente a Anísio Teixeira, idealizador da Instituição. Após a implantação da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937, Amoroso Lima foi nomeado reitor da UDF e patrocinou o desmonte da estrutura criada por Anísio Teixeira³¹.

Não será despropositado afirmar aqui, que, compondo Silva Neto o corpo de professores fundadores da Universidade Católica, poderia ter havido

³¹ De acordo com Salem (1982), nota 52.

entre ele e os membros responsáveis pela implantação dessa Universidade – dentre os quais Amoroso Lima – alguma afinidade política ou mesmo ideológica. Observemos abaixo o discurso desse grupo de educadores católicos:

a universidade - enquanto locus especializado de geração e socialização das camadas dirigentes - tinha de ser católica. Alertando para que a missão de uma universidade não era a de preparar técnicos, mas sim "ensinar os mais aptos para dirigir os outros" (Franca, 1954, p. 194 apud Salem, 1982, p. 133) (grifamos).

De fato, por Silva Neto pertencer ao mesmo grupo desses fundadores da antiga Universidade Católica, o discurso acima se assemelha, sob certo aspecto, ao discurso do próprio filólogo, quando este tratava das questões lingüísticas relacionadas à “elite” do país. A título de comparação, vejamos o que dizia o autor: “É necessário e imperioso elevar o nível lingüístico, estabelecendo uma *norma culta brasileira*, índice da sociedade mais educada” (I.E.L.P.B, 1986b [1950], p. 231) (Grifos do autor, sublinhamos). Idéia similar é encontrada nas seguintes linhas de sua *Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa*:

*De certo é obrigação elementar de todo homem bem educado falar e escrever corretamente a sua língua. A linguagem classifica socialmente os indivíduos: *cumpro, portanto, que as classes mais bem dotadas, cômnicas de suas responsabilidades, cultivem a língua vernácula* (1976 [1956], p 13) (grifamos).*

Embora os discursos estejam tratando de objetos distintos, afinal o discurso dos fundadores da Universidade Católica fala de política religiosa, enquanto o de Silva Neto, de política lingüística, cumpre ressaltar que ambos

se dirigem a uma elite social brasileira, como é facilmente observado na comparação dos dois discursos:

1º. *A universidade - enquanto locus especializado de geração e socialização das camadas dirigentes - tinha de ser católica e sua missão não era a de preparar técnicos, mas sim ensinar os mais aptos para dirigir os outros.*

2º. *A linguagem classifica socialmente os indivíduos: cumpre, portanto, que as classes mais bem dotadas, cômicas de suas responsabilidades, cultivem a língua vernácula.*

A mesma atitude elitista relacionada às questões educacionais brasileiras pode ser observada nas seguintes páginas de *IELPB*, na qual o autor apela por uma reforma *da mentalidade brasileira*. Vejamos:

Para a reforma *da mentalidade brasileira* o primeiro passo é difundir a instrução primária, com o *aproveitamento imediato de todos aqueles que revelem aptidões notáveis*. Assim, para além da terra conhecida, descobriríamos um outro Brasil (*IELPB*, 1986b [1950], p. 192) (Grifamos).

Chamamos a atenção, também, para uma possível afinidade das atividades acadêmicas de Silva Neto, e, por conseguinte, de seu discurso, com o do Estado Novo de Getúlio Vargas, pois, como havemos de apontar mais adiante, a idéia de uma política lingüística, com o intuito de nivelar as diversas manifestações do português do Brasil, em uma única variante culta é notada no discurso de Silva Neto, apelando a todo o momento para a justificativa da língua portuguesa como *patrimônio nacional, meio superior de manifestação e comunicação, poderoso vínculo de unidade nacional, expressão do mais alto e perfeito meio de cultura e civilização etc.*, em

detrimento de outras variantes consideradas, por ele, menos valorizadas socialmente. Justamente o mesmo discurso do regime político implantado por Vargas.

Em novembro de 1937 instaura-se no país um regime político que afirma inaugurar uma excelência única na história do Brasil. Assim, o Estado Novo, ou o Estado Nacional, procura articular uma política ideológica que assinale toda a grandeza de sua inovação e que legitime seu formato político-institucional perante todos os atores relevantes do sistema. Com este objetivo mobiliza uma série de recursos específicos que asseguram a produção e a divulgação de um certo conjunto de idéias que conformam seu projeto político (Castro Gomes, 1982, p. 109).

Por isso, Vargas criou para o regime *aparelhos ideológicos*³² que promovessem a produção e a divulgação das idéias que o sustentassem e o justificassem. Dentre eles estava o D.I.P.³³, que era o órgão responsável por inúmeras revistas publicadas no período, que se destinavam a propagandear o regime, como *Cultura Política, Ciência Política, Estudos e Conferências, Dos Jornais* e outras mais efêmeras, como *Brasil Novo* e *Planalto* (cf. Velloso, 1982, p.73). Dessas revistas, sabemos que pelo menos uma, a *Cultura Política*, não só era do conhecimento de Silva Neto como também era usada por ele em suas pesquisas. É possível verificar isso em uma informação de nota rodapé sobre o tráfico de escravos para o Brasil, na *Introdução aos Estudos da Língua Portuguesa no Brasil*. Vejamos:

A propósito podem ler-se: Agostinho Marques Perdigão Malheiro, *A Escavidão no Brasil*, São Paulo, 1933; Nina Rodrigues, *Os Africanos no Brasil*; [...] Arthur Hehl Neiva, in *Cultura Política*, XV [...] (Silva Neto, 1986b [1950], nota nº 15, p. 37, grifos do autor, sublinhamos).

³² Cf. ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa/ São Paulo: Presença/ Martins Fontes, s.d.

³³ Departamento de Imprensa e Propaganda.

Tivemos acesso ao exemplar³⁴ citado pelo filólogo, que é de maio de 1942. Nele pudemos observar, em primeiro lugar, que o título completo do artigo citado é *Evolução da Política Migratória no Brasil (XIV) – A obra de Pero Magalhães Gândavo*, o texto vai da página 80 a 97 da revista *Cultura política*. Diga-se de passagem que quase todos os artigos contemplam no título o termo *evolução*, em correspondência ao perfil mesmo da publicação, pois, conforme enuncia o seu subtítulo, configura-se uma revista de “estudos brasileiros”, cuja proposta, segundo Velloso (1982, p. 74-5), “era a de ‘defender’ e ‘esclarecer’ o rumo das transformações do país”. Em segundo lugar, observando melhor a revista, toda ela era voltada com a finalidade de construir uma imagem positiva de Getúlio. O primeiro texto, escrito pelo seu, então diretor, e um dos ideólogos do regime, Almir de Andrade, intitula-se *Getúlio Vargas e a doutrina brasileira de Governo*, só o título já nos dá a medida do teor ideológico desse mensário. Andrade, em um tom propagandista, queria passar a falsa idéia de que o Brasil vivia uma democracia:

O governo Getúlio Vargas conseguiu realizar uma concepção de vida pública, que estava de há muito em geração no coração brasileiro: uma forma de democracia política [...]. Não há mais classes dirigidas, não há mais governados, porque é o próprio povo que se serve do governo para exprimir e realizar as suas necessidades e aspirações (*Cultura Política*, 1942, nº 15, p. 8-9).

Supomos que o estreitamento de laços, entre o filólogo e o Estado Novo, pode ter existido não somente em função do contexto histórico comum, mas principalmente por afinidades ideológicas, que são notadas por meio da

³⁴ Disponível no site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/ FGV), totalmente digitalizada, através do endereço eletrônico: <http://www.fgv.br/cpdoc/digital/>

análise do discurso desses órgãos de propaganda do regime, os quais Silva Neto, mantinha contato.

Há, no entanto, um fato mais contundente que poderia revelar as afinidades do filólogo com o governo: a própria criação da Faculdade Nacional de Filosofia que, inegavelmente, também era um meio de divulgação e um instrumento de legitimação do regime. Schwartzman (1984) afirma que a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP obedeceu a procedimentos muito mais acadêmicos e que, por isto, deram melhor resultado do que a Faculdade Nacional. Enquanto no Rio de Janeiro o processo de indicações nas áreas sociais e humanas era submetido a um crivo ideológico estrito, e os canais oficiais eram utilizados para a seleção de professores.

Como vimos antes, Serafim da Silva Neto manteve estreitas relações com esta instituição antes mesmo de nela ingressar, como catedrático, em 1957. Foi lá que se tornou assistente de Língua e Literatura Latinas de Ernesto de Faria, e mais tarde, doutorou-se em Letras.

Poderíamos lançar mão de uma outra possível prova de sua relação com o governo Vargas: a publicação da 1ª edição, em 1950, de *Introdução aos Estudos da Língua Portuguesa no Brasil*, pelo Instituto Nacional do Livro, o I. N. L.³⁵. No entanto, ficamos com a seguinte evidência de seus possíveis laços com o Estado Novo. Segundo Schwartzman (op. cit.):

³⁵ O Instituto Nacional do Livro foi criado em dezembro de 1937 por iniciativa do ministro Gustavo Capanema. Estavam previstas como suas atribuições a edição de obras literárias julgadas de interesse para a formação cultural da população, a elaboração de uma enciclopédia e um dicionário nacionais e, finalmente, a expansão, por todo o território nacional, do número de bibliotecas públicas. Cf site da Fundação Getúlio Vargas: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>

Uma Exposição de Motivos de Capanema ao presidente da República em 1944 deixa claro que *a nomeação de professores para a universidade era feita por autorização do presidente, ouvida a seção de Segurança Nacional* (p. 218) (Grifamos).

Expusemos, até o momento, indícios de uma possível relação de Silva Neto com o Estado Novo. A partir de agora, faremos uma análise comparativa do discurso do autor com o que pregava o regime estadonovista. De acordo com Gonçalves (1988):

Os ideólogos da "nacionalidade" ou da "etnicidade" dedicam especial atenção ao problema do *patrimônio cultural*. No contexto dos chamados movimentos étnicos, assim como nos Estados nacionais, é considerada como fundamental a elaboração e implementação de políticas culturais - entre as quais se situam as políticas de patrimônio - visando a construção e comunicação de uma identidade nacional ou étnica. (Gonçalves, 1988, p. 266) (Grifamos).

Como se sabe, o Estado Novo de Getúlio Vargas não poupou esforços para que se realizasse uma política cultural que visasse à construção de uma identidade nacional. Vargas recorreu a vários estratagemas a fim de relacionar sua imagem de estadista a essa (re)construção. E o idioma, entendido como patrimônio cultural, era objeto de atenção.

Não será por menos que a Academia Brasileira de Filologia, cujo 2º secretário, como já dissemos, era Silva Neto, manteria uma relação próxima e amistosa com este círculo do poder. Segundo Chediak (1999), na sessão de instalação da Academia Brasileira de Filologia, realizada em 16 de setembro de 1944, Getúlio Vargas havia sido aclamado presidente de honra da entidade. O autor afirma que, empossada a diretoria da ABRAFIL, o presidente, professor Sousa da Silveira, formulou uma proposta no sentido de ser conferido o título de *"Presidente de Honra ao Sr. Presidente Getúlio*

Vargas, em sinal de reconhecimento aos beneméritos serviços de S. Ex^a., em favor da cultura nacional e da unidade da Língua” (Chediak, 1999, p.8) (grifamos). Essa proposta, segundo Chediak, foi aprovada por aclamação e com vibrante salva de palmas pelos acadêmicos.

Exemplos como os seguintes são também amostras de como o discurso de Silva Neto se aproximava da ideologia do Estado Novo. Enquanto neste reivindicava-se o *caráter nacionalista brasileiro* por intermédio de um *patrimônio cultural*. Silva Neto, por sua vez, dizia que a Língua Portuguesa era um *patrimônio cultural*, demonstrando evidente corroboração à ideologia estado-novista. Londres (2001), recorrendo a Le Goff (1990), explica que só é possível falar de *patrimônio cultural* abordando a questão da memória coletiva que, por sua vez, se refere a dois tipos materiais: os documentos e os monumentos. Segundo a autora (op. cit.), “monumentos e documentos são, portanto, materiais da memória e fruto de uma seleção que depende tanto das condições do desenvolvimento de uma sociedade quanto da ação específica daqueles agentes que se dedicam à “ciência do tempo que passa” (p. 85).

Sendo assim, o que caracteriza um monumento, e portanto, um *patrimônio cultural*, é o sentido que lhe é atribuído de *feito para lembrar*. A memória é uma das funções do espírito e precisa de suportes para sua perpetuação. Para Londres (op. cit.), a capacidade de um grupo para construir e preservar esses suportes é fator fundamental para a manutenção de uma identidade coletiva e, portanto, de um patrimônio cultural.

Nesse sentido, dizia o filólogo que a língua portuguesa era “sobretudo, *patrimônio cultural* dos dois povos, Portugal e Brasil” (IELPB, 1986b [1950], p. 24) (Grifamos). Ainda referindo-se à língua como patrimônio, afirmava o autor em defesa da tradição escrita: “Teremos dessarte enriquecido o *patrimônio* que se nos confiou...” (IELPB, 1986b [1950], p. 20, grifamos). Em outra obra, acreditamos que ainda sob o impacto desse discurso nacionalista, afirmava o autor que a língua era:

um poderoso vínculo da *unidade nacional*: é um símbolo que une e estreita fortemente os grupos humanos que se comunicam por seu intermédio. É fenômeno conhecido aos que estudam as Ciências Sociais que a *desnacionalização* de um povo começa pelas infiltrações estrangeiras *no idioma nacional*, cujo sistema pouco a pouco se vai desorganizando (IEFP, 1976 [1956], p 13) (grifamos).

Por isso, o autor pregava que era “urgente e indispensável incutir em nossas massas o espírito de sacrifício e devotamento necessário à grande *reconstrução nacional*” (op. cit, idem, p. 192).

De acordo com Reis (1988, p. 191), a *construção da nação enquanto ideologia política do moderno Estado nacional envolve uma representação ideal de como a sociedade deve ser organizada*. Como se vê pelo excerto acima, e pelos demais exemplos, a questão lingüística para o filólogo estava ligada a esta representação ideal da sociedade, que para ele, era a mais civilizada e detentora de um nível cultural superior em relação aos negros e índios, que por sua vez, pertenciam, segundo o autor, a uma cultura inferior, semicivilizada, de fala xacoca etc.

Enfim, com esses exemplos gostaríamos de assinalar o que já havíamos dito no início deste item, isto é, que o contexto científico e político em que Silva Neto atuou, influenciou-o nas suas formulações metalingüísticas sobre o português do Brasil.

E se, para Silva Neto, conforme observamos, a sociedade ideal era a mais civilizada e a detentora de um nível cultural superior em relação aos negros e índios que, segundo ele, pertenciam a uma cultura inferior ou semicivilizada, isso se fará mediante o atrelamento, por sua parte, dos conceitos de cultura e civilização ao conceito de língua. Esse é o tema que abordaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

VISÃO ANTROPOLÓGICA E ETNOGRÁFICA EM OBRAS DE SERAFIM DA SILVA NETO

Este capítulo justifica-se porque conceitos como *cultura* e *civilização* encontram-se constantemente empregados, quando não, atrelados, nas obras do autor aqui estudado. Sobretudo nos trabalhos que fazem parte do *corpus* que analisamos. Em um deles, como já se viu, o autor chega mesmo a dar-lhe o título de *Língua, Cultura e Civilização* (1960), o que nos leva a crer, no mínimo, que para Silva Neto os conceitos são interrelacionados.

Sendo assim, é mister que dediquemos nesse trabalho um espaço no qual se aborde o que, efetivamente, hoje, se entende por cultura e civilização, e, como o autor entendia cada um desses conceitos, relacionando-os com a língua.

2. 1 Cultura e civilização

Entendemos os termos *cultura* e *civilização* a partir da distinção feita por Elias (1994), para quem a diferença de significado e de uso de ambos os conceitos já se inicia na forma como estes são empregados, de um lado, por franceses e ingleses, e de outro, por alemães.

Segundo Elias (op. cit.), o conceito de *civilização expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo*. Este é o ponto fundamental de toda sua análise. Para o autor, o conceito de civilização se refere a uma grande variedade de fatos, que vai desde o nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, passando pelas idéias religiosas e costumes, além de referir-se ao tipo de habitações ou à maneira

como homens e mulheres vivem juntos, bem como à forma de punição determinada pelo sistema judiciário, ou ao modo como são preparados os alimentos. Disto surge, conforme explica, a dificuldade de colocar em poucas palavras tudo que se pode descrever como civilização. Diz Elias:

Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Ele [o conceito] resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas "mais primitivas". Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou visão do mundo, e muito mais (1994, p. 23).

Conforme já nos referimos, o autor fundamenta sua discussão no resgate do desenvolvimento do conceito de *cultura* e *civilização* para alemães, ingleses e franceses, a que ele chama de sociogênese da diferença entre "kultur" e "civilization" no emprego alemão e "civilização", "civilizado" no emprego inglês e francês.

O que podemos notar, de acordo com Elias (op. cit.), é que o termo civilização não significa a mesma coisa em todo o Ocidente. Enquanto para franceses e ingleses esta palavra resume o orgulho que estes sentem de seus países, e o que isso representa para o desenvolvimento do restante do mundo ocidental. Contrariamente, os alemães julgam esta mesma palavra como referente aos estereótipos, superficialidades, sendo que, a palavra que melhor expressa o orgulho nacional alemão, segundo Elias, é "Kultur". O autor esclarece, ainda, que estes conceitos estão cercados por acontecimentos históricos, emocionais e tradicionais, e que, só se pode entendê-los apenas quando se convive com eles.

Palavras como “civilização” em francês ou inglês, ou o alemão *Kultur*, são inteiramente claras no emprego interno da sociedade a que pertencem. Mas a forma pela qual uma parte do mundo está ligada a elas, a maneira pela qual incluem certas áreas e excluem outras [...] torna difícil defini-las para um estrangeiro (Elias, 1994, p. 24).

Elias afirma que o conceito francês e inglês de civilização pode se referir a “*fatos políticos ou econômicos, religiosos ou técnicos, morais ou sociais. O conceito alemão de **Kultur** alude basicamente a fatos intelectuais, artísticos e religiosos [...]*”. Este último, apresenta, segundo o autor, a tendência de traçar uma linha divisória nítida entre fatos intelectuais, artísticos e religiosos, por um lado, e fatos políticos, econômicos e sociais, por outro. De modo que, para Elias, “*Civilização*’ [no sentido francês e inglês do termo] *descreve um processo ou, pelo menos, seu resultado. Diz respeito a algo que está em movimento constante, movendo-se incessantemente ‘para frente’*”. Já o conceito alemão de *kultur*, no emprego corrente, prossegue o autor, “*implica uma relação diferente com o movimento. Reporta-se a **produtos humanos** que são semelhantes a ‘flores do campo’, a obra de arte, livros, sistemas religiosos ou filosóficos, nos quais se expressa a individualidade de um povo*” (p. 24-5) (Grifamos).

Ainda quanto aos contrastes relativos ao conceito alemão de *Kultur* e o conceito francês e inglês de civilização, afirma o autor que o conceito de *Kultur* dá ênfase especial a diferenças nacionais e à identidade particular de grupos. “*Enquanto o conceito de civilização inclui a função de dar expressão a uma tendência continuamente expansionista de grupos colonizadores*” (op. cit., p. 25).

Diz também Elias que o conceito de *Kultur* reflete a consciência de si mesma de uma nação, no caso a alemã, “que teve de buscar e constituir incessante e novamente suas fronteiras, tanto no sentido político como espiritual, e repetidas vezes perguntar a si mesma: Qual é, realmente, nossa identidade?” (ibidem).

Principalmente em virtude disso, afirma o autor, o conceito de *Kultur* adquiriu em campos como a pesquisa etnológica e antropológica uma significação muito além da área lingüística alemã e da situação em que se originou o conceito. Para nós este dado será de fundamental importância quando fizermos, no item **3.1** deste capítulo, uma análise da influência que a antropologia exerceu sobre os trabalhos de Silva Neto.

Para Elias (1994, p. 67), durante a Idade Média buscou-se utilizar a Cruz (justificar ações por teorias religiosas) e também a “civilização” para guerrear, colonizar e expandir. Neste sentido surge o termo *civilité* no segundo quarto do século XVI, encontrado em um tratado de Erasmo de Rotterdam, *De civilitate morum puerilium*, cujo conceito já se constituía como a “expressão e símbolo de uma formação social que enfeixava as mais variadas nacionalidades [...] a situação, a auto-imagem e as características dessa sociedade encontram expressão em **civilité**”.

Elias debruça-se sobre a obra *De civilitate morum puerilium* (Da civilidade em crianças) do pensador humanista, cuja abordagem recai sobre o comportamento humano na sociedade, para mostrar como Rotterdam discorre sobre maneiras ditas “bárbaras” ou “incivilizadas”, do portar-se, do agir, da postura, das atitudes, de situações da vida social e de convívio, ou para

resumir: da conduta humana. O que Elias conclui sobre este tratado é que os hábitos que achamos corretos ou “civilizados” são na verdade um eterno processo de transição sem início, meio ou fim, processo em que nós mesmos estamos incluídos, o que gera uma interminável transformação denominada por ele “processo civilizador”, o qual não segue uma linha reta, tendo em vista os muitos fatores influenciadores deste processo.

Segundo o sociólogo, o processo de civilização, deve sempre ser observado em longo prazo, uma vez que é impossível notar as mudanças dos hábitos e condutas, já que estes não ocorrem em um período pequeno de tempo.

Diante do que expusemos até o momento, só podemos pensar no conceito *civilização* como:

- 1º.** Um conceito que nasce *no* e *para* o próprio Ocidente;
- 2º.** Existem já na sua sociogênese diferenças de significados e de usos, que podem ser notados pelo modo como, de um lado, franceses e ingleses o empregam, e, de outro, como alemães o empregam, dando-lhe um caráter, muitas vezes até oposto na forma como ambos a utilizam;
- 3º.** Como um processo ou, pelo menos, seu resultado, que diz respeito a algo que está em mudança constante, movendo-se incessantemente ‘para frente’, e por último, embora não menos importante;
- 4º.** O conceito de *civilização expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo*, e não a de outros povos. O que equivale dizer que, quando utilizado

para “enquadrar” outros grupos, não ocidentais, o conceito pode ser empregado de forma equivocada.

Vejamos, então, como entendia Serafim da Silva Neto os conceitos *cultura* e *civilização*.

2. 1. 2 O conceito de cultura e civilização para Serafim da Silva Neto

No *Manual de Filologia Portuguesa* (1952, p. 223-226), Serafim da Silva Neto dá uma visão do que compreendia por cultura e civilização, bem como da relação que se poderia estabelecer entre ambos os conceitos. Embora encontremos nas suas obras, aqui e ali, referências a estes dois conceitos, é no livro supra referido que o autor melhor delinea os limites de cada um.

Para o filólogo, a palavra *cultura* pode ser compreendida de várias maneiras, no entanto, adverte que a empregará especificamente para designar “o conjunto de ideias, conhecimentos, técnicas e artefactos, padrões de comportamento e atitudes que caracteriza um grupo humano” (idem, p. 223). Para ele, cultura exprime, em suma, a “herança social” (ibidem) (Grifamos). O autor a subdivide em:

1. Conhecimentos, técnicas e artefactos (utensílios, ferramentas, armas) exigidos pela obtenção, produção, transformação e conservação de alimentos, vestes, habitações e meios de transportes.
2. Uma série de padrões de comportamento – costumes, tradições, convenções, usos, lei, ritos e etiquetas – decorrentes dos contactos entre os membros do grupo (idem, p. 224, grifamos).

Para deixar mais claro o conceito adotado pelo autor, transcrevemos o seguinte trecho:

Daí a divisão, que se costuma estabelecer, em cultura *material* e cultura *não material*: aquela estuda as coisas; esta abrange todas as maneiras de sentir, pensar e agir socialmente aprovadas: é o estudo dos hábitos, das lendas, das mèzinhas, das canções populares, dos provérbios e adivinhas, enfim, do saber transmitido pela tradição oral (op. cit., p. 225).

Embora não faça menção alguma a teorias ou correntes antropológicas, é possível entrever, já nessa definição de cultura, a base da teoria funcionalista construída por Malinowski (1941), em *Teoria científica da cultura*. Nela, Malinowski define cultura fazendo a divisão entre uma *parte material*, uma parte humana e uma *parte espiritual*, que segundo explica, *permeiam a cultura como um todo*. O excerto abaixo é a transcrição de uma passagem da referida obra de Malinowski. Nele se notará que, apesar de pequena diferença, a teoria desse antropólogo poderia ter sido uma das fontes a que Silva Neto recorreu para sua definição de cultura. Vejamos:

De início será acertado olhar o panorama da cultura, em todas as suas manifestações, a vôo de pássaro. Ele é, obviamente, o *todo global* consistente e implementos e bens de consumo, de cartas constitucionais para os vários agrupamentos sociais, de idéias e de ofícios humanos, de crenças e costumes. Quer consideremos uma cultura muito simples ou primitiva, ou uma extremamente complexa e desenvolvida, deparamo-nos com uma vasta aparelhagem, em *parte material*, em parte humana, em *parte espiritual* [...] (op. cit., p. 41, grifamos).

O antropólogo polonês afirma que cada costume, cada objeto material, cada idéia e cada crença preenchem uma *função* vital na vida humana, isto é,

cada uma delas têm uma certa tarefa a efetivar. Em outras palavras, existe um caráter funcional, orgânico da cultura. Diz Malinowski:

Em primeiro lugar, é claro que a satisfação das necessidades orgânicas ou básicas do homem e da raça é uma série mínima de condições impostas a cada cultura. Os problemas apresentados pelas necessidades nutritivas, reprodutivas e higiênicas do homem devem ser resolvidos. Eles são solucionados pela construção de um novo ambiente, secundário ou artificial. Este ambiente, que não é nem mais nem menos do que a cultura propriamente dita, tem de ser permanentemente reproduzido e administrado (idem, p. 44).

A observação desse caráter funcional, para o antropólogo, era uma das primeiras observações que deveria ser feita por qualquer teoria que tencionasse explicar a cultura. Vejamos abaixo suas palavras:

É claro, julgo eu, que qualquer teoria da cultura tem de começar a partir das necessidades orgânicas do homem, e se ela consegue relacionar as necessidades mais complexas, indiretas, mas talvez plenamente imperativas, tais como as dos tipos que chamamos espirituais ou econômicas, ou sociais, ela nos fornecerá uma série de leis gerais como as que necessitamos numa teoria científica segura (op. cit., p. 75).

Observando o trecho, antes citado, em que Silva Neto estabelece a subdivisão para o conceito de cultura, é possível notar em **1.** a noção do funcionalismo de Malinowski, quando o filólogo se refere às *exigências* pela *obtenção, produção, transformação e conservação* de alimentos, vestes, habitações e meios de transportes, imposta ao homem. Ou seja, é pelas necessidades orgânicas do homem que o filólogo brasileiro iniciava sua definição de cultura. Exatamente como orientava o antropólogo polonês.

Como se disse, Silva Neto não cita Malinowski, mas como se vê, é possível notar a teoria deste figurando no seu conceito.

Em *LCC* (1960), estabelecendo a relação que deveria existir entre os estudos lingüísticos e as ciências do homem, Silva Neto esboçava, mais uma vez, o traços de definição da cultura e, de igual maneira, até onde pudemos apurar, não citava nenhuma fundamentação teórica. Também aqui se notará forte semelhança entre sua definição e a do antropólogo polonês. Vejamos o que dizia Serafim da Silva Neto, na referida obra, a respeito da cultura:

Dessa maneira, os estudos lingüísticos encontravam o seu verdadeiro e adequado lugar como parte integrante da história da cultura: *da cultura como um todo que abrange desde as manifestações transmitidas apenas oralmente, até as mais altas criações do gênio humano* (op. cit., p. 47, grifamos).

Comparando ambas as definições, é possível notar melhor as semelhanças. Observe a tabela a seguir:

Cultura é para	
Malinowski	Silva Neto
✓ <i>o todo global</i> consistente e implementos e bens de consumo, de cartas constitucionais para os vários agrupamentos sociais, de idéias e de ofícios humanos, de crenças e costumes [...] Quer consideremos uma cultura muito simples ou primitiva, ou uma extremamente complexa e desenvolvida, deparamo-nos com uma vasta aparelhagem (Malinowski, 1941, p. 41).	✓ <i>um todo que abrange</i> desde as manifestações transmitidas apenas oralmente, até as mais altas criações do gênio humano (<i>LCC</i> , 1960, p, 47).
✓ em <i>parte material</i> , em parte humana, em <i>parte espiritual</i> (<i>idem, ibidem, p. 41</i>).	✓ cultura <i>material</i> e cultura <i>não material</i> (<i>MFP</i> , 1952, p. 225).
✓ qualquer teoria da cultura tem de começar a partir das necessidades orgânicas do homem, e se ela consegue relacionar as necessidades mais complexas, indiretas, mas talvez plenamente imperativas, tais como as	✓ conhecimentos, técnicas e artefactos (utensílios, ferramentas, armas) <i>exigidos pela obtenção, produção, transformação e conservação</i> de alimentos, vestes, habitações e meios de transportes. [...] Uma

dos tipos que chamamos espirituais ou econômicas, ou sociais, ela nos fornecerá uma série de leis gerais como as que necessitamos numa teoria científica segura (idem, ibidem, p. 75).

série de padrões de comportamento – costumes, tradições, convenções, usos, lei, ritos e etiquetas – decorrentes dos contactos entre os membros do grupo (op. cit., p. 224).

Além da definição de cultura, que supostamente é filiada à teoria de Malinowski, Silva Neto, também se propõe a definir o que compreende por *civilização*, fazendo clara oposição deste conceito ao conceito de cultura. Assim, Silva Neto entende que “à cultura, que tem um sabor *particularista* e *regional*, contrapõe-se a civilização, que é *universalista* e *urbana*” (1952, p. 224) (Grifos do autor).

O autor apresenta, em paralelo, ambos os conceitos, assegurando ser esta uma forma “melhor do que qualquer definição imperfeita” (idem, p. 225). Lê-se o seguinte no quadro comparativo:

<i>Cultura</i>	<i>Civilização</i>
rural	urbana
isolada	em contato com o mundo
Provinciana	cosmopolita
Fixa	móvel
pre-letrada	letrada
Costumes uniformes e	Novos problemas para os
cristalizados transmitidos	quais não há solução nos
oralmente	costumes anteriores
Máximo de estabilidade	Mínimo de estabilidade
social	social
Mínimo de mudança	máximo de mudança
falares	língua comum

Depois da apresentação desses paralelos entre *cultura* e *civilização*, o autor conclui a exposição dos conceitos da seguinte maneira:

É nos termos desses contrastes que falamos em cultura e civilização portuguesa, conceitos que, aliás, de certa maneira se interpenetram. É que apresentam uma característica comum: a língua, único instrumento capaz de estabelecer, solidamente, comunicação entre os membros de um grupo. Só a língua, falada no caso da *cultura*, escrita e falada no caso da *civilização*, torna possível a experiência dos mais velhos (ibidem).

Nota-se, nesse trecho acima, a relação que Silva Neto estabelece entre cultura/ língua falada, de um lado, civilização/ língua escrita, de outro. Como se verá mais adiante, será nesses termos que o autor entenderá o domínio da cada uma delas.

Fazendo, então, uma avaliação das palavras do filólogo, podemos observar que os conceitos de cultura e civilização que adota aproximam-se mais da forma como ingleses e franceses os entendem. A apresentação de *cultura* e *civilização* feita em paralelo, como mostramos acima, facilita o cotejamento deste com os estrangeiros. Se bem podemos notar, *civilização*, na visão de Silva Neto, será sempre de maior abrangência que o de cultura.

O que se conclui dessa noção é que a cultura está em um estágio anterior (e inferior) à civilização, seguindo, dessa forma, aquela idéia de que há um sentido, um mover incessante 'para frente', ou seja, uma *evolução* do homem que se inicia na cultura, mas que culminará na civilização.

Outro dado bastante preponderante nesse trabalho de conceituação de *cultura* e de *civilização* feito pelo filólogo é o que ilustra os conceitos, utilizando como exemplo a própria cultura e civilização portuguesa. Aí vemos claramente as noções de civilização ligadas ao conceito francês do termo, sobretudo na afirmação do autor de que a civilização portuguesa só havia começado a *florir* devido à influência da *Provença*, uma região, como se sabe, localizada justamente no sul da França. A explicação de Silva Neto para o surgimento da civilização portuguesa é a seguinte:

Se a cultura portuguesa tem raízes muito fundas, anteriores mesmo ao Estado, *a civilização começa a florir* nos alvares do século XIII, com a arquitetura e com as cantigas trovadorescas, em parte de espontânea inspiração nacional, *em parte devidas a influências da Provença* (1952, p. 225, grifamos).

De acordo com esta acepção, Portugal detinha uma cultura como qualquer outro grupamento humano. No entanto, só passou mesmo a ser *civilização*, a ter civilidade, quando adquiriu características que assim o definiam, como por exemplo, a arquitetura (urbanização) e as cantigas trovadorescas (literatura), em partes por influência francesa. Aqui, podemos notar que, para o filólogo, as cantigas eram, no século XIII, um sinônimo de civilização, porque, embora surgissem da espontânea inspiração nacional, também recebiam influências da Provença, região sul da França, que, em tese, era um lugar civilizado diferentemente de Portugal, naquele estágio de desenvolvimento.

Ademais, é mister reconhecermos o contexto político e social em que se dava essa manifestação literária trovadoresca, que, como poderemos

observar, estava ligada à própria gênese do conceito de *civilização* para o Ocidente. Abdala Jr. e Paschoalin (1985) historiando a literatura portuguesa afirmam que:

A figura do trovador nos faz retomar algumas características do cavaleiro medieval: defensor do senhor feudal, deveria ter coragem, lealdade e generosidade. A nível religioso, deveria ser obediente e casto. A nível social, deveria ser cortês, humilde. O cavaleiro não possuía direitos, só deveres. Tais atitudes, que lhe permitiriam ascender socialmente, tornavam-no honrado e digno (p. 17, grifamos).

Conforme vimos, um dos pontos de partida para a construção do conceito de *civilização*, na acepção francesa e inglesa do termo, foi o conceito *civilité* ligado, na Idade Média, à figura dos cavaleiros cruzados, exatamente como ilustrado no excerto abaixo, sobre o que diz Elias no seguinte trecho (op. cit., p. 67):

Em nome da Cruz e mais tarde da civilização, a sociedade do Ocidente empenha-se, durante a Idade Média, em guerras de colonização e expansão. E a despeito de toda a sua secularização, o lema "civilização" conserva sempre um eco da Cristandade Latina e das Cruzadas de cavaleiros e senhores feudais (Grifamos).

Observando, em primeiro lugar, o paralelo estabelecido por Silva Neto entre cultura e civilização, e, em segundo, seu exemplo sobre as condições de surgimento da civilização portuguesa, que, em parte, teve início com as influências literárias vindas da França, é possível entender que, para o autor, os grupos sociais indígenas e africanos, que contribuíram em conjunto com os portugueses para formação da língua portuguesa no Brasil, são considerados semicivilizados em relação a estes, quando não, de civilização inferior. Vejamos o que diz Silva Neto, no trecho a seguir, sobre os indígenas e os africanos do Brasil:

Como se vê, há muitas semelhanças entre o português dos índios e o português dos negros. Isso é, aliás, bem natural, pois tanto *índio como negro, em atrasado estágio de civilização*, aprenderam o português como *língua de emergência*, obrigados pela necessidade (IELPB, 1986b [1950], p. 36, grifamos).

Da citação acima, consideraremos, por ora, apenas a referência ao conceito de civilização, que diante do exposto, fica claro, na visão de Silva Neto, que índios e negros não atingiram o estágio a que o homem português atingiu, nessa movimentação social constante e incessante *para frente*, tão característico da civilização. Esses povos eram considerados não-civilizados porque não possuíam literatura, não eram urbanos e não tinham contacto com todo o mundo, no sentido cosmopolita do termo.

Passemos, então, a examinar as referências à *cultura* e à *civilização* feitas pelo filólogo nas suas relações com a língua.

2. 1. 3 Língua, Cultura, e Civilização no discurso de Silva Neto: a suposta inferioridade cultural de índios, negros e mestiços em relação à superioridade cultural portuguesa.

Historiando o contato e a interação lingüística que os primeiros colonizadores portugueses tiveram com índios e negros no Brasil (IELPB, 1986b [1950], pp. 91-126), Silva Neto explica que os colonizadores tiveram de lidar com o “problema” da língua. O autor inicia seu texto dizendo que, no Brasil, os colonizadores encontravam-se na presença de populações indígenas e, logo depois, se viram forçados, pelas exigências dos trabalhos, a importar escravos da África. Diz o filólogo (op. cit.):

Um novo problema assim se põe diante de nós: a assimilação destes indivíduos e a sua incorporação na cultura portuguesa. É natural, portanto, que no decorrer deste primeiro século de colonização, se tenha formado entre estes índios e negros e mestiços, uma linguagem rude de gente inculta, denominada *crioulo* ou *semicrioulo* [...] (p. 113, grifos do autor, sublinhamos).

Note-se que, ao falar do contato e interação dos grupos, o autor, fazendo uso do *nós* inclusivo, inclui a si mesmo e os brasileiros que conhecem a tradição escrita, no grupo português, isto é, no grupo da língua e cultura portuguesas, em claro distanciamento de uma possível identidade com os grupos culturais africanos e indígenas e seus descendentes, que já tinham a língua portuguesa como língua materna. Essa postura torna-se ainda mais clara quando o filólogo diz ser um “novo problema” a assimilação “destes indivíduos e a sua incorporação na cultura portuguesa”. Ou seja, esses *indivíduos* teriam deixado suas línguas e culturas para assimilar aquela que “representava – segundo Silva Neto – o mais alto e perfeito meio de civilização: o português” (p. 67). A esse respeito, afirma também que isso provocou um intenso fenômeno de *aculturação*³⁶. É o que se nota da seguinte passagem:

A formação de nossas povoações do interior processou-se diferentemente do litoral, onde inicialmente se desenvolveu a civilização européia e onde se verificou a concentração dos elementos brancos. No *hinterland*, pelo contrário, o povoamento se fez de um amálgama de brancos, negros e índios, em povoações variáveis de lugar para lugar, o que se provocou intenso fenômeno de *aculturação* (IELPB, 1986b [1950], p. 106).

³⁶ Wachtel (1979, p. 113) diz que os estudos de aculturação respondem inicialmente aos problemas de situação colonial e comportam a idéia de uma supremacia da cultura européia. Assinala o autor, ainda, que na linguagem corrente, o adjetivo ‘aculturado’ equivale a ‘evoluído’, como se o processo correspondesse a um progresso no decorrer do qual o indivíduo ou a sociedade se aproximassem do modelo ocidental. É o que se vê nas afirmações de Silva Neto.

No trecho acima, vemos não somente a referência à aculturação, que por si só, já traz a idéia de que negro, índio e mestiço deixavam suas culturas para assumir a cultura portuguesa, supostamente superior, como também a concepção, para o autor, de que a *civilização* estava ligada somente ao elemento branco-europeu. Nota-se pelo trecho citado que, para Silva Neto, os grupos que se formaram pelo interior, segundo ele, em “um amálgama de brancos, negros e índios”, o conceito não é aplicado; figura-se, apenas, a designação “povoações”.

De fato, como vemos abaixo, o autor acreditava que no Brasil havia a extensão da língua e, portanto, da cultura portuguesa, na qual aquela estava atrelada. Em *Ensaio de Filologia Portuguesa*, diz Silva Neto:

Le noyau de base de la population brésilienne représente la continuation de la langue et de la culture portugaises, c'est-à-dire, représente une culture transplantée qui s'est imposée, ici, incorporant dans des degrés d'avancement progressif, des masses démographiques de culture différentes³⁷ (p. 58) (Grifamos).

No reconhecimento de que a língua falada no Brasil diferenciava-se da falada em Portugal, Silva Neto afirmava que isto era “*fato indiscutível e natural, porque a língua corrente varia de acordo, não só com os lugares, como também com as pessoas, as épocas, e até com as circunstâncias*” (IELPB, 1986b [1950], p. 19). No entanto, de acordo com seu argumento, também existia a *língua escrita*, que segundo ele, “como superior produto de intercomunicação, refinado pelos esforços de gerações sucessivas”, seria o

³⁷ Traduzimos: O núcleo básico da população brasileira representa a continuação da língua e da cultura portuguesas, ou seja, representa uma cultura transplantada que se impôs, aqui, incorporando em graus de adiantamento progressivo, massas demográficas de cultura diferentes.

poderoso “reflexo de civilização e mantenedor da unidade” e que ao mesmo tempo seria disciplina e seleção e que, por isso, não poderia apresentar-se com a gama infinita da língua falada. Logo em seguida, em parágrafo isolado, afirmava o filólogo que dependia de nós o Português no Brasil: “depende de nós, portanto, o futuro da língua portuguesa no Brasil” (ibidem).

Essas palavras de Silva Neto deixam em evidência sua preocupação em não misturar as diferentes modalidades da língua, bem como os diferentes registros. Mas o que queremos apontar, aqui, é sua convicção de que não se podia *macular* aquilo que a língua, e portanto, a cultura portuguesa tinha legado. Como se vê, para Silva Neto, a língua é inseparável da cultura, ambas encontram-se atreladas.

É necessário fazermos aqui uma pequena observação. Em certos momentos há na obra de Silva Neto a equivalência entre os conceitos de cultura e civilização, mas somente quando o autor se refere à cultura e civilização portuguesa, tida por ele como superiores. Essa equivalência ocorre eventualmente nesse contexto. Em outros, como já dissemos, na distinção que faz entre ambos os conceitos, o autor ressalta o estágio anterior, (e inferior) da cultura em relação à civilização.

O próximo excerto é mais uma prova desse atrelamento, feito pelo autor, entre língua e cultura, que nesse emprego específico, será sinônimo de civilização. Vejamos:

Há porém, um dos mais fortes traços da cultura, a respeito o qual não se tem ainda falado, que eu saiba. Trata-se da língua (IELPB, 1986b [1950], p. 77) (Grifamos).

Dez anos depois, em *LCC* (1960), repetia o filólogo a mesma idéia na seguinte frase: “A *língua constitui, sem dúvida possível, o mais importante traço da cultura*” (p. 21).

Diante da observação feita, qual seria, então, para o autor, a cultura admissível na configuração da língua portuguesa do Brasil? Ou para sermos mais fiéis a sua própria expressão: qual a cultura admissível na configuração da língua portuguesa *no* Brasil³⁸? Pelo o que passaremos a evidenciar, para ele, só poderia ter sido a cultura portuguesa.

Pelas idéias defendidas na obra citada, vê-se explicitamente enunciada a tese de que a língua falada no Brasil é a mesma de Portugal, com modificações devidas à sua prática em outro espaço, em outro contexto e por falantes de formação diferente da portuguesa. Diz Silva Neto: “podemos exaltá-la [a língua], como superior meio de expressão que é, podemos aperfeiçoá-la cada vez mais, tornando-a dúctil e maleável”. E se assim fizéssemos, segundo o autor, teríamos, “enriquecido o *patrimônio* que se nos confiou...”. Ou, ao contrário, dizia ele, poderíamos “pelo descaso e pela incúria, abastardá-la e rebaixá-la a um mísero e tosco meio de comunicação”, e se assim fizéssemos, indagava o filólogo, será que nossa civilização teria esborado e desmoronado? É o que podemos conferir no seguinte trecho:

Podemos, pelo descaso e pela incúria, abastardá-la e rebaixá-la a um mísero e tosco meio de comunicação: será que a nossa civilização se esborou e desmoronou...[?]” (idem, p. 20).

³⁸ Observa-se que só a preferência pelo uso da expressão “*no Brasil*” em vez de “*do Brasil*”, referente à língua aqui falada, já demonstra sua posição teórica. Qual seja: a de que a língua aqui falada é a portuguesa, isto é, a língua que veio transplantada de Portugal para novas terras e aqui é falada.

A pressuposta superioridade cultural portuguesa frente às outras culturas pode ser traduzida na seguinte expressão do autor:

Mas, como superior produto de intercomunicação, refinado pelos esforços de gerações sucessivas, existe a *língua escrita*, poderoso reflexo de civilização e mantenedor da unidade. Ela é, ao mesmo tempo, disciplina e seleção – não pode apresentar-se com a gama infinita da língua falada (IELPB, 1986b [1950], p. 19-20).

Nota-se, tanto pelo trecho acima, como pelos exemplos que vimos comentando em boa parte ao longo deste item, que, para Silva Neto, há uma forte ligação entre a tradição escrita da língua e a civilização. Essa perspectiva o leva a uma valorização da modalidade escrita da língua em detrimento da falada. Sobretudo a falada pelos grupos que se afastavam demais do padrão escrito, cujo modelo servia de parâmetro aos falantes cultos, tanto portugueses quanto brasileiros. É o que podemos perceber da citação abaixo:

Se assim é na língua *falada* [devido as variáveis dessa modalidade], importa acentuar que na língua escrita os fatos são muito diferentes. Esta graças ao seu caráter conservador e tradicional, e à dependência do ensino gramatical, está acima de todas as variedades sociais e regionais, dominando e absorvendo tudo.

Ela é uma seleção, uma escolha para a qual concorrem as pessoas mais finas e mais cultas da sociedade luso-brasileira (idem, p. 21).

Por isso, segundo Silva Neto, em relação à *língua culta falada*, empregada na sua terminologia, às vezes, como *língua comum*³⁹, outras vezes, como *linguagem corrente falada*⁴⁰, havia a preocupação por parte do

³⁹ É claro, todavia que temos de levar em conta a existência de um padrão culto brasileiro que, embora dentro da língua portuguesa, difere do de além-mar. Isso quer dizer que a *língua comum*, que é um tipo superior de expressão, apresenta, no domínio português duas variedades: a européia e a americana (IELPB, 1986b [1950], p. 20).

⁴⁰ Linguagem corrente falada – é a linguagem correta, praticada entre pessoas da classe média, dotadas de certa instrução, quer adquirida diretamente, quer pelo convívio nesse meio – e então se distingue pelo uso de expressões menos policiadas. É o que podemos chamar

falante em aproximá-la do padrão da norma escrita, especialmente da tradição da língua literária. É o que se depreende, por exemplo, do seguinte excerto:

Quanto mais cultos e instruídos são os indivíduos mais se aproximam dela [da língua literária]: é um meio de expressão superior, para cuja beleza, flexibilidade e encanto concorrem as pessoas mais notáveis, os literatos mais castigados de ambos os países (idem, p. 24).

Para o autor, como podemos observar, tanto portugueses, quanto brasileiros instruídos procuravam, na fala, se aproximar de uma norma escrita da língua. O próximo trecho é mais um exemplo desse tipo de concepção.

Vejamos o que afirma Silva Neto:

Os dois primeiros [matizes de fala corrente: tensa e familiar] são a fala usual da classe média: recebem, mais ou menos, influência da linguagem culta.

É claro que, para o filólogo, isso acontecia devido à superioridade cultural portuguesa que tinha uma tradição cultural escrita, a qual os brasileiros, que eram cultos, tinham herdado. E, nesse sentido, é notória sua posição sobre o *status* das modalidades em consideração, isto é, de um lado, a modalidade falada pelos usuários cultos, que procuravam, como já dissemos, se aproximar o máximo possível da *norma* do padrão escrito, e por isso, considerada superior, e de outro, a modalidade falada pelos grupos culturais africano, indígena e mestiço, sem a tradição escrita, e portanto, considerada inferior. E, nesse sentido, Silva Neto reiterava a unidade da tensa e distensa (idem, p. 19).

língua escrita no Brasil e em Portugal, quando afirmava: “*Os nossos intelectuais têm reconhecido a unidade da língua escrita luso-brasileira, sempre que desapaixonada e meditadamente pensam no assunto*” (IELPB, 1986b [1950], p. 23).

A ideologia da superioridade da cultura portuguesa sobre as demais culturas é ainda melhor flagrada na fala do autor quando, em tom de advertência, refuta a mistura que se fazia entre a modalidade escrita e falada da língua. Para o filólogo, se assim procedêssemos, seria um sinal de que tínhamos perdido a “noção de valor” ao substituímos a “*língua comum*” por uma, segundo ele, *fala popular ou original*. Vejamos suas palavras:

Será então que se perdeu a noção de valor, e à *língua comum* – abandonada e desprezada – se substituiu uma fala popular ou original (IELPB, 1986b, [1950], p. 20).

Nesse ponto, há uma crítica indireta a Mário de Andrade que, no contexto do movimento literário modernista brasileiro, defendia a idéia de uma língua brasileira, a qual tentou sistematizar na sua *Gramatiquinha*⁴¹. As considerações de Silva Neto a respeito do estilo e, conseqüentemente, das idéias do autor de Macunaíma não são das mais cordiais, afinal de contas, era Mario de Andrade que queria abolir o uso normativo do português europeu, o que ia de encontro às teses defendidas pelo filólogo. As críticas a Mário são bastante claras como podemos notar na seguinte passagem de *EFP* (1956). No capítulo denominado “Arcaísmo na Língua e na Literatura”, o autor faz duras críticas tanto a Rui Barbosa quanto a Mário de Andrade. De Rui dizia ser

⁴¹ Pimentel Pinto, Edith. *A Gramatiquinha de Mário de Andrade – texto e contexto*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

sua língua calcada nos grandes modelos dos séculos XVI e XVII, e que por isso, parecia uma criação desligada da realidade. Quanto a Mario de Andrade, dizia ser a língua do autor modernista a antítese daquela de Rui Barbosa, pois sua língua escrita queria ser uma utilização fiel da língua falada à sua roda. O filólogo conclui a crítica da seguinte maneira:

O primeiro [Rui Barbosa], quando muito, apenas conseguiu ser um avatar de Vieira; o segundo [Mário de Andrade], afinal de contas, só conseguiu uma língua artificial, que não é nem falada, nem língua escrita literária (op. cit., p.03) (Grifamos).

Essa fala popular ou original a que se refere o filólogo na crítica à Mário estava (está) na boca dos brasileiros negros e mestiços de baixo ou quase nenhum nível de escolaridade. É o que podemos notar neste pequeno trecho: “[...] a língua portuguesa assim se estropiava e abastardava na boca de gentes *brutas e toscas*” (op. cit. p. 69, grifamos). Embora o autor, aqui, ainda não tenha se referido, abertamente, a estes falantes como detentores de culturas e civilizações menores, inferiores, ou mesmo semicivilizados (como ele o faz em outros lugares, o que mais adiante apontaremos), não se pode deixar de notar sua ideologia diante dessas considerações, ou seja, a sua visão de que a cultura portuguesa era superior às culturas indígena, africana e mestiça.

Em outro ponto (IELPB, 1986b [1950]), ao abordar a questão do contato lingüístico, a partir das influências exercidas entre as classes sociais, Silva Neto, que dizia haver em toda massa falante um jogo permanente de interações em sentidos opostos, afirma que “na variegada sociedade colonial

brasileira, o cume da pirâmide social estava exposto [...] às influências das classes sociais inferiores". E que por isso, diz ele, "naturalmente a *elite* brasileira nunca esteve isenta da influência da massa". Aqui, como podemos notar na citação abaixo, pelo esclarecimento, entre vírgulas, "*não por si próprios*", o autor justificava mais uma vez a inferioridade dos indivíduos, pela inferioridade cultural⁴², neste caso, dos negros em relação aos portugueses.

Dizia Silva Neto:

Em nossos escritores, mormente a partir dos Românticos, se têm notado salpicos de influência do falar plebeu. Não é nossa intenção, pois, subestimar a grande influência que os negros, *não por si próprios, mas por via do seu status cultural e social, exerceram sobre os brancos* (IELPB, 1986b [1950], p. 99) (Grifei).

É claro que Silva Neto entendia essa influência como um aspecto negativo a ser considerado. A concepção de superioridade/ inferioridade cultural no discurso do autor torna-se ainda mais evidente, quando, na página seguinte, ele dizia que "[...] nas cidades, onde era maior o número de brancos e mais significativa a sua *civilização*, foi mais fácil planizar a fala dos negros e, de *geração em geração, aperfeiçoar-lhes a primitiva algaravia*" (idem, p. 100). Note-se que, embora se afastando das noções de superioridade/inferioridade *racial*, Silva Neto reproduz, em parte, as mesmas noções para a idéia de cultura. Quando o autor fala do aperfeiçoamento feito de *geração em geração* na fala dos negros, é possível ver embutida aí a idéia de, diríamos, "branqueamento", tão típica aos adeptos da eugenia, como já havíamos ressaltado no capítulo anterior, só que neste caso, o

⁴² Algumas páginas antes, no mesmo capítulo intitulado *Contato e Interação Lingüística no Brasil Colonial*, diz o autor: "Não há no negro ou no índio, nenhuma *incapacidade orgânica* para aprender o português [...]. Se negros e índios falavam, nos primeiros tempos da colônia, um português *deturpado*, simplificado ao máximo em suas formas, era em virtude de *condição social ínfima e de mínima cultura* (IELPB, 1986b [1950], p. 91) (Grifei).

“branqueamento” se traduz na forma de “aperfeiçoamento” lingüístico e cultural.

Em outro exemplo, Silva Neto, deixa novamente transparecer sua concepção da inferioridade cultural de negros e índios frente aos portugueses. Dizia o autor que “se negros e índios falavam, nos primeiros tempos da colônia, um português deturpado simplificado ao máximo em suas formas, era em virtude de *condição social ínfima e de mínima cultura*” (IELPB, 1986b [1950], p. 91) (Grifamos).

Não há como negar que exista nessas idéias lingüísticas de Silva Neto, além de toda a influência às quais já nos referimos no capítulo anterior, também a influência da antropologia cultural evolucionista. Vejamos, no próximo item, como esta relação poderia ter-se dado.

2. 2 A influência da antropologia evolucionista cultural

É importante notar que, conforme o que vimos linhas acima, para Elias (1994), no final do século XVIII e no princípio do XIX, o termo germânico *Kultur* era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, isto é, significava algo profundamente ligado à expressão da individualidade de um povo, enquanto a palavra francesa *Civilization* referia-se principalmente às realizações materiais de um povo, ou às “boas maneiras” da vida cortesã, em uma atitude, segundo o ponto de vista alemão, puramente superficial.

No entanto, ambos os termos foram sintetizados por Edward Tylor (1822-1917) no vocábulo inglês *Culture*. Considerado por muitos o pai da antropologia evolucionista cultural, Tylor (2005 [1871]) dizia que:

Cultura ou civilização, tomada em seu mais amplo sentido etnográfico, é aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem na condição de membro da sociedade (p. 69).

Apoiado muito mais nas idéias filosóficas de Herbert Spencer, do que na teoria darwinista da evolução das espécies⁴³, o *evolucionismo cultural* tendia a empobrecer e simplificar as diversidades culturais humanas, afirmando que as diferenças entre as culturas eram de fato a constatação de estágios históricos de um mesmo caminho evolutivo de toda a humanidade (Castro, 2005). Para os fundadores da antropologia, que se iniciava sob esta *orientação evolucionista*, todas as sociedades conhecidas encontravam-se em uma única escala evolutiva ascendente, através de vários estágios. No caso brasileiro, isso tinha início na selvageria dos índios brasileiros, passava pela barbárie das tribos africanas, e desembocava no grau mais alto do estágio, representado pela civilização branco-cristã-ocidental. Castro (op. cit.) afirma que:

O postulado básico do evolucionismo em sua fase clássica era, portanto, que, em todas as partes do mundo, a sociedade humana teria se desenvolvido em estágios sucessivos e obrigatórios, numa trajetória basicamente unilinear e ascendente. [...] Toda a

⁴³ Castro (2005) entende que embora tivesse tido enorme impacto sobre as mais diversas áreas do saber, inclusive a nascente antropologia, o livro *On the Origins of Species...*, de Charles Darwin (1809-1882) não exerceu tanta influência sobre aqueles que, nas décadas de 1860 e 1870, se dedicaram a estudar a história do *progresso humano* – Johannes Bachofen, Henry Maine, John Ferguson Mc Lennan, Lewis Henry Morgan e Edward Burnett Tylor – como a obra do filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903).

humanidade deveria passar pelos mesmos estágios, seguindo uma direção que ia do mais simples ao mais completo, do mais indiferenciado ao mais diferenciado (p. 28).

Sabemos, através da análise do *corpus* desse trabalho, que Silva Neto mantinha contato com os estudos Etnográficos e Antropológicos, que na época vigoravam no Brasil. Tendo esses estudos como parâmetro, afirmava o autor, que sua obra *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil* estava inserida no âmbito dos estudos etnográficos. Assim dizia ele na introdução do referido livro: “A modesta obrinha que agora apresentamos faz parte, de fato, de campo muito mais vasto do que a simples lingüística: a *Etnografia brasileira*” (IELPB, 1986b [1950], p. 13, grifos do autor). Na página seguinte da *Introdução*, como que para reforçar sua tese, o autor afirmava o mesmo: “A matéria de história da língua portuguesa no Brasil há de investigar-se na *etnografia* e na *evolução histórico-social* do povo brasileiro (idem, p. 14, grifamos). Aqui já é possível notar, a começar pelo uso do vocábulo *evolução*, a influência das teorias da clássica antropologia evolucionista.

Devemos observar, segundo Silva Neto, que essa investigação etnográfica irá demonstrar que a *vitória* do português sobre as chamadas populações aloglotas, deu-se porque “pouco a pouco, entretanto, se ia impondo o mais elevado equipamento cultural dos invasores. Fixava-se e firmava-se o *espírito português, mais rico de comodidades e expressões de vida*” (idem, p. 191, grifos do autor, sublinhamos).

Já em *Língua, Cultura e Civilização*, especificamente no artigo *Problemas do Português da América*⁴⁴, Silva Neto defendia que fossem

⁴⁴ Pela nota bibliográfica final sabemos que o texto é a transcrição de uma comunicação apresentada pelo autor no *II Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, realizado

estabelecidas nas Faculdades de Filosofia “ligações entre os investigadores da língua e os investigadores da *antropologia social*” (LCC, 1960, p. 274, grifamos).

Essa defesa das ligações entre os investigadores da língua e os investigadores da antropologia social feita por Silva Neto, como podemos observar no excerto acima, demonstra igualmente a influência que a antropologia cultural evolucionista exerceu sobre ele. Sabemos que a Antropologia Social nasceu como uma ramificação da Antropologia, ainda nesse período [evolucionista] clássico de formação da disciplina, e que teve como seu fundador em âmbito mundial, o escocês James George Frazer (Castro, 2005). Frazer (1854-1941) iniciou suas atividades na Universidade de Liverpool em 14 de maio de 1908, com a palestra *The Scope of Social Anthropology*, considerada o marco inaugural da *antropologia social*.

Em 1908 [...] Frazer aceitou um convite para mudar-se para a Universidade de Liverpool [...]. Em Liverpool, ele teria a condição de *Professor* de antropologia social, a primeira cadeira a ser criada com esse título numa universidade, em todo o mundo (Castro, 2005, p. 22).

O contato do autor de *Língua, Cultura e Civilização* com a Antropologia e a Etnografia fazia surgir parcerias. Prova disto é a criação, por Silva Neto, do *Centro de Estudos de Dialetoologia Brasileira*, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1953. De acordo com Coelho (1998), o mesmo Museu também abrigaria, a partir de 1958, um Centro de Estudos Lingüísticos, organizado por Mattoso Câmara. Sabe-se que este centro, ainda hoje, mantém suas

em São Paulo em 1954.

atividades com o nome de Setor de Lingüística, ligado ao Departamento de Antropologia do Museu Nacional (UFRJ)⁴⁵. Em relação à criação do Centro de Estudos de Dialetoologia Brasileira, Silva Aragão (2004) confirma a informação de que o autor havia o fundado no Museu Nacional:

O professor Serafim da Silva Neto, um desses pioneiros, iniciou seus cursos de Dialetoologia em 1951, na Universidade de Minas Gerais. Em 1953, fundou no Museu Nacional do Rio de Janeiro, o Centro de Estudos de Dialetoologia Brasileira e, em 1954, ministrou curso de Dialetoologia na Universidade do Rio Grande do Sul [...] (p. 43, Grifamos).

Em corroboração a estes dados, de acordo com o *Noticiário*, de uma das publicações organizadas pelo filólogo, tem-se a seguinte informação:

No dia 14 de novembro de 1953, na 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada no museu Nacional, fundou-se por proposta de Serafim da Silva Neto (votada unanimemente), o Centro de Estudos de Dialetoologia Brasileira . [...] (Revista Brasileira de Filologia 1955 (1), p. 83, "Noticiário", *apud* Coelho, op. cit., p. 103).

No entanto, depois de criado o *Centro*, suas atividades não se desenvolveriam efetivamente. Todavia, o que queremos registrar aqui é o fato de ter havido a aproximação, por parte de Silva Neto das atividades antropológicas que na época vigoravam no Brasil. Aproximação que se fazia através de instituições como o Museu Nacional, por exemplo, que chegava

⁴⁵ De acordo com o *site* do Setor, que é possível ser acessado pelo endereço eletrônico www.museunacional.ufrj.br/linguistica/historico.htm, sua fundação contou com a participação dos professores Luís de Castro Farias, Darcy Ribeiro, além de Joaquim Mattoso Câmara Jr., conforme já mencionamos. Ainda, de acordo com o *site*, ali se tem por objetivo a documentação e a análise das línguas indígenas brasileiras e das variantes do português do Brasil. Foi o primeiro espaço acadêmico no Brasil voltado para o estudo de línguas indígenas, tendo aí se originado o primeiro programa de pós-graduação e pesquisa em Lingüística no país.

mesmo a abrigar em suas dependências um *Centro de Estudo* voltado à filologia.

Embora, nesse período, a antropologia brasileira começasse a fazer mudanças nas suas orientações teóricas, o que ainda se via eram trabalhos que seguissem o modelo evolucionista-cultural. Decisivamente estes estudos exerceram grande influência sobre o trabalho do filólogo brasileiro.

No primeiro capítulo de *IELPB*, em conformidade com o conceito evolucionista de *civilização*, Serafim da Silva Neto propõe que imaginemos a seguinte situação:

Imaginemos severos professores de Medicina, Direito, Engenharia, lançando, do alto da cátedra, entre jóias do saber universitário, os *pru mode*, que no grande poeta popular tão saborosos nos parecem!

Quando tal coisa acontecesse não teríamos só rebaixado a língua que herdamos: ter-nos-íamos rebaixado nós mesmos à face do mundo civilizado... (op. cit. , 1986b [1950], p. 20) (Grifos do autor, sublinhamos).

Ou seja, nessa avaliação do autor, como se nota, estava-se no topo da escala civilizatória, devido à língua (portuguesa) que havíamos herdado dos portugueses e que, portanto, não poderíamos misturá-la à fala que representava cultura e civilização inferiores, como a dos negros e mestiços, representadas no exemplo pela expressão *pru mode*, com o risco de rebaixarmo-nos (nós mesmos e a língua herdada), a face do mundo civilizado, isto é, de descermos no nível da escala civilizatória.

Tão cara aos primeiros antropólogos esta noção de que a civilização estava no topo da evolução pode ser notada no seguinte trecho de *A Sociedade Antiga* de Morgan (2005 [1877]):

Esse conhecimento [sobre a antigüidade humana] muda substancialmente as idéias que prevaleceram a respeito das relações dos selvagens com os bárbaros e dos bárbaros com os homens civilizados. Pode-se afirmar agora, como base em convincente evidência, que *a selvageria precedeu a barbárie em todas as tribos da humanidade, assim como se sabe que a barbárie precedeu a civilização*. A história da raça humana é uma só – na fonte, na experiência, no progresso (p. 44, grifamos).

Em outro passo, o antropólogo americano afirmava que seria feita uma tentativa de apresentar na sua obra, acima referida, evidência adicional da rudeza da condição primitiva da humanidade, da evolução gradual de seus poderes mentais e morais através da experiência e, de sua prolongada luta com os obstáculos que se encontrava em sua marcha o caminho da civilização. O exemplo a seguir, mostra pela análise do discurso, a forte ligação que Silva Neto mantinha com esta concepção antropológica evolucionista. Vejamos:

Como se vê, há muitas semelhanças entre o português dos índios e o português dos negros. Isso é, aliás, bem natural, pois tanto *índio como negro, em atrasado estágio de civilização*, aprenderam o português como *língua de emergência*, obrigados pela necessidade (IELPB, 1986b [1950], p. 36, grifamos).

É possível notar, aqui, a referência feita pelo filólogo à *língua de emergência*. O autor, que recorreu a Hugo Schuchardt⁴⁶ para estudar o assunto, aplicou o conceito de crioulo ao português falado por negros e índios no Brasil. Embora, fundamentando-se em Schuchardt, Silva Neto tenha acrescentado ao conceito sua maneira particular de “enxergar” os fatos, devido mesmo à sua concepção de *civilização e cultura*.

⁴⁶ Cf. Silva Neto (1986a [1957], pp. 434-442).

Para Schuchardt, os falares de emergência surgiam devido à necessidade do contato entre povos diferentes. No Brasil, quem retomou as idéias do filólogo alemão sobre a questão do contato de línguas foram Taralo e Alkmin (1987), esses dois estudiosos referindo-se aos trabalhos do autor, dizem que

o lingüista alemão observa que situações de contato entre povos diferentes podem gerar 'línguas intermediárias'. Tais línguas são ditadas pela necessidade de comunicação imediata e podem, por isso, ser chamadas de 'línguas de necessidade ou de exigência'. Dessas, alguma surgiram em contextos comerciais e teriam preenchido, sobretudo, a função de auxiliar o comércio (daí línguas de comércio ou *trade languages*); outras nasceram de contextos mais específicos para a comunicação entre senhores brancos e escravos, como, por exemplo, entre europeus e africanos na América (Haiti, Martinica, Jamaica, etc.) (op. cit., 111).

Como se nota, na definição de Schuchardt, comentada pelos autores acima, não há referências ao estágio superior ou inferior da civilização ou cultura dos povos envolvidos no processo de criação desses falares. Schuchardt, segundo eles (1987, p. 112), propõe que os próprios europeus teriam "mutilado" suas línguas. Ou seja, as "mutilações" que uma língua sofre, afirmam os autores, parafraseando Schuchardt, são o resultado da ação de seus próprios falantes, e que, portanto, não foram os "estrangeiros" (os africanos, por exemplo) que "deturparam" a língua do grupo superior. Nota-se que aqui, a referência a superior, quer dizer "na situação social em questão", isto é, entre senhores e escravos. Observemos as palavras de Schuchardt citadas por Serafim da Silva Neto:

Tanto senhor como os escravos tinham por objetivo o fazerem-se compreender: aquele eliminou tudo de extraordinário da língua européia, este deteve tudo de extraordinário dela. Encontraram-se assim numa linha intermediária [...] O branco era o professor do

preto: o discípulo repetiu o mestre. (apud Silva Neto, 1986a [1957], p. 434).

Onde, porém, uma língua influi na outra, sucede que nem sempre o faz na forma externa, mas sim no espírito. Nós alemães, freqüentemente, quando começamos a aprender o inglês, colocamos em vez do artigo o nosso próprio, que apresenta três formas. Semelhantemente, os Angóleses, quando tentam falar o português, dizem: *mu-corpo* e *ri-homem*, porque as palavras correspondentes na sua língua soam: *um-cutu* e *ri-ala*" (idem, ibidem, p. 438-9).

Como podemos observar nas citações acima, em nenhum momento o lingüista alemão se refere ao caráter superior/ inferior da cultura ou civilização dos grupos envolvidos na criação dos falares de emergência. Se assim o fizesse, de acordo como o seu segundo exemplo, estaria considerando a sua própria cultura, a alemã, como atrasada e inferior em relação à cultura inglesa. Todavia, não podemos ignorar que, no caso do Brasil, o *status* dos falantes era desigual e, por isso, as situações só podem ser comparadas pelo ângulo do contato de línguas diferentes em situações de emergência. É provável que tenha sido, justamente, essa diferença de *status* entre os falantes, no Brasil, que levou Silva Neto a acrescentar, na definição de crioulo, sua concepção de *civilização* e *cultura*. De qualquer forma, até onde pudemos apurar, isso Schuchardt não o faz. Silva Neto, sim, acrescenta à definição do estudioso alemão as noções de superioridade/ inferioridade dos grupos envolvidos. Vejamos como se expressou o filólogo brasileiro:

Falares de emergência, com caracteres definidos e vida própria, que consistem na deturpação e simplificação de uma língua, quando imperfeitamente transmitida e aprendida por gente de *civilização inferior* (Silva Neto, 1986 [1957], p. 436). (Grifamos).

A concepção do filólogo acerca de *crioulo* desenvolveu-se, então, a partir dessa visão sobre as diferenças civilizatória entre o branco-português-europeu, de um lado, e negros e índios, de outro, que estariam, segundo ele, num estágio civilizatório inferior. Essa concepção sustenta a reação do autor às teses indianófilas e, principalmente, africanófilas referentes ao Português do Brasil, que eram defendidas tanto por Renato de Mendonça (1933), quanto por Jacques Raimundo (1933). Esses autores, segundo Lucchesi (2001, p. 98), chegavam a atribuir à influência das línguas africanas a motivação de praticamente todas as características que distinguem o português do Brasil do português europeu, o que, todavia, era fortemente combatido por Silva Neto (cf. Coelho, 1998).

Além de Silva Neto, afirma Lucchesi (2001, p. 98), Gladstone Chaves de Melo (1946) e Sílvio Elia (1979), embora admitissem a formação de crioulos e semicrioulos decorrentes do aprendizado imperfeito do português por falantes africanos, negavam uma influência maior das línguas africanas e das indígenas na constituição do PB. Tal posição se justifica, como já observamos, devido à imagem que Serafim da Silva Neto e, também esses autores, tinham formado sobre a unidade e conservadorismo do PB, parte disso, como já vimos, se devia à visão de superioridade cultural e civilizatória do colonizador branco em relação aos ditos aloglotas, por parte desses autores.

Silva Neto reconhecia, como uma das fases do português falado no Brasil, a formação de um crioulo ou semicrioulo. Basta reproduzir sua citação a um famoso viajante francês do século XIX, para reconhecermos sua concepção. Diz o filólogo:

Saint-Hilaire, tão cuidadoso em tudo que se refere ao Brasil, notara que os negros conservam *qualquer coisa de infantil em seus modos, linguagem e idéias* (...) o que é um dos característicos [sic] dos falares crioulos (IELPB, 1986b [1950], p. 98) (Os grifos são do autor).

Como se viu, na definição de Schuchardt não há menção à questão da superioridade/ inferioridade da cultura ou civilização (embora, conforme já dissemos, no caso do Brasil, o *status* dos falantes era desigual, ou seja, havia aqui um contexto bem diferente do estudado na Europa pelo autor alemão). Por isso, Silva Neto completa a fundamentação de sua tese sobre os falares de emergência, na definição do lingüista Rudolf Lenz⁴⁷. Esse autor define o crioulo da seguinte maneira: "*Se llama language criollo um idioma formado por voces europeas com gramática de pueblo salvaje o semi-civilizado*" (Lenz, 1910 *apud* Silva Neto, 1986 [1957], p. 437-8) (grifamos). Silva Neto o reconhecia como um "grande lingüista" que havia enriquecido os estudos sobre crioulo, e, por isso, classificou sua obra como "esplendida". Vejamos como se expressou Silva Neto sobre esse autor:

Ainda em 1910 escreveria o grande lingüista Rodolfo Lenz, que mais tarde enriqueceu esse tipo de estudos como uma esplêndida obra sobre o papiamento (op. cit., p. 437).

⁴⁷ Rudolf Lenz Danziger foi um lingüista, filólogo, lexicógrafo e folclorista alemão naturalizado chileno (Cf. site da Universidade do Chile: <http://www.anales.uchile.cl/6s/n5/doc2.html>)

Encontramos nas obras do filólogo brasileiro, de modo geral, muitas referências às concepções de pidgins e crioulos. No entanto, os lugares que ele mais reservou espaço para este tema foram nas seguintes obras:

- ✓ História da Língua Portuguesa (1986a [1957]) – No capítulo “Expansão da Língua”, o autor dedica três itens ao assunto, somando-se ao todo dez (10) páginas. São eles: Que é falar crioulo?, A Formação dos Crioulos e A Teoria dos Falares Crioulos.

- ✓ Língua, Cultura e Civilização – Estudos de Filologia Portuguesa (1960) – No capítulo “O Crioulo de Surinam”. Nele, o autor transcreve e comenta o vocabulário português, constante de um manuscrito (1778) de C. L. Schumann e de um artigo do antropólogo norte-americano, M. J. Herskovits (1931).

- ✓ Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil – No capítulo “Contato e Interação Lingüística no Brasil Colonial”. É nesse capítulo que Silva Neto defende, com maior ênfase, a tese de que, nos primeiros anos da colônia, falava-se um crioulo ou semicrioulo, que tinha como língua-base o português.

Enfim, nas palavras do autor, os crioulos seriam:

Falares de emergência, com caracteres definidos e vida própria, que consistem na deturpação e simplificação de uma língua, quando imperfeitamente transmitida e aprendida por gente de *civilização inferior* (Silva Neto, 1986 [1957], p. 436). (Grifamos).

Como se vê, há no conceito de crioulo a idéia de que este era a *deturpação* de uma língua, imperfeitamente transmitida e aprendida por “gente de *civilização inferior*”.

Nota-se, a partir dos comentários de Silva Neto na abordagem dos estudos sobre crioulos, que suas afirmações estavam marcadas pela concepção de que o povo que os falavam eram “selvagens”, “semicivilizados”, ou de “civilização inferior”. Essa concepção, conforme se viu, foi uma tese legada pelos antropólogos evolucionistas, estes, por sua vez, diziam que todos os grupamentos humanos se encontravam em uma única escala evolutiva ascendente, através de vários estágios, em um constante e incessante movimento *para frente*, até atingir o ápice da civilização.

Enfim, essa visão de que havia inferioridade cultural e, portanto, civilizatória de negros e índios frente à superioridade de portugueses, é encontrada largamente nos trabalhos do filólogo brasileiro. O excerto a seguir denota, mais uma vez, a visão do autor de que, o crioulo era uma condição inferior de comunicação, devido à cultura de quem os falava, isto é, dos negros, índios e mestiços. Falantes esses que, para o autor, dependendo de uma política de idioma, deixariam de usar o crioulo em favor de um língua mais padrão, que, como vimos, na terminologia do autor seria a *língua comum*:

Os falares crioulos são bastardos, irremissivelmente identificados com a mísera situação dos falantes. Existirão enquanto se prolongar a triste ignorância e o baixo padrão de povos infelizes. Serão, porém, substituídos por uma *língua comum*, à proporção que os governos esclarecidos se ocuparem com a elevação do nível da massa. Haverá, então, *progressiva ascensão* lingüística (HLP, 1986a [1957], p. 435) (grifamos).

Pela análise desse último trecho, fica mais uma vez patente que, para o autor, o termo *civilização*, como vimos ao longo deste capítulo, significa um mover constante e incessante *para frente*, e que, a língua também, a depender dos usuários, estaria mais ou menos evoluída. Daí a expressão “*progressiva ascensão lingüística*” utilizada pelo autor para dizer que diante de um novo padrão (superior) de cultura e civilização, os crioulos poderiam dar lugar à língua comum, esta superior em relação a aquele.

Diante de tudo o que vimos, ao longo desse capítulo, acerca das considerações entre língua, cultura e civilização, presentes nos trabalhos do autor. No próximo capítulo, passaremos a analisar quais foram as principais bases teóricas lingüísticas que fundamentaram as suas teses.

CAPÍTULO III

CONCEPÇÃO DE LÍNGUA

Levando em consideração as análises que antecedem este capítulo, é necessário centrarmo-nos, a partir de agora, no exame dos fundamentos teóricos que sustentam o conceito de língua de Serafim da Silva Neto.

Nosso principal objetivo será o de analisar o conceito de língua para Silva Neto na sua relação com os seguintes aspectos: língua como atividade do espírito humano e como fato social. Conforme já afirmamos, em várias das obras do autor é possível notar essas ligações em relação à língua. Nos capítulos anteriores procuramos mostrar alguns fundamentos teórico-filosóficos sobre os quais está fundamentado o pensamento crítico do autor a respeito da língua portuguesa do Brasil, agora, procuraremos analisar quais foram as influências mais diretas que o autor sofreu no que diz respeito à concepção de língua.

Embora importantes, não faremos uma análise detida dos conceitos de variação, mudança e norma lingüística no pensamento lingüístico do autor. Esse não é o nosso objetivo. Todavia, eles aparecerão no desenvolvimento deste capítulo, apenas de forma secundária, visando sempre expor as suas relações com o conceito central aqui estudado, isto é, com o conceito de língua atrelado à cultura e civilização, conforme já se afirmou.

Serafim da Silva Neto era conhecedor dos mais atualizados estudos lingüísticos. Homem de grande erudição, como já dissemos, o autor foi um filólogo bastante versátil, que soube discorrer sobre os mais diversos temas

da lingüística de seu tempo, como também soube dialogar com os mais diversos teóricos. É o que trataremos nesse capítulo.

3. 1 Língua portuguesa *no* Brasil

Segundo Matos e Silva (1987, p. 03) “o termo *língua*, na terminologia da ciência da linguagem, é, sem dúvida, um conceito chave, cuja definição pode delinear o objectivo de uma teoria lingüística”. Essa observação torna-se bastante relevante, quando a relacionamos com o tema do nosso trabalho, pois, como vimos, ao contrário do que defendiam alguns autores, para Serafim da Silva Neto não havia uma língua brasileira. E foi essa sua concepção, de que não havia uma língua brasileira própria, exclusiva, que se diferenciava da portuguesa, que acabou por delinear toda a sua obra.

Para Silva Neto, então, não havia a língua portuguesa do Brasil, ou o português brasileiro separado do europeu, para ele havia o português. Isso foi expresso na própria designação usada por ele para se referir ao português do Brasil. Enquanto autores de sua época se referiam à língua portuguesa daqui como “Língua Nacional”, “Língua Brasileira”, “Idioma Nacional”, “Português do Brasil” etc, o autor intitulou a obra na qual desenvolve seu pensamento crítico como “Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa *no* Brasil”. Nota-se que, sutilmente, Silva Neto já no título, apontava sua preferência, quando usou a contração “no” no lugar de “do”, ou seja, a língua é a mesma da de Portugal, só que usada *no* Brasil. O título deixa claro, principalmente, que Serafim da Silva Neto não aceita a hipótese de que no Brasil se fala outra língua, ou que haja dúvida sobre a denominação da língua aqui praticada.

Haveria variações locais, que, contudo, não comprometeriam a unidade lingüística. Além disso, a língua apresentaria variações internas e específicas tanto em Portugal quanto no Brasil, o que não justificava a hipótese de uma língua brasileira:

Em resumo: a língua portuguesa é falada em Portugal e no Brasil. Tanto de um lado como de outro há diferença de lugar e de classe social para classe social. Temos os falares do português de Portugal e os falares do português do Brasil (Silva Neto, 1986b [1950], p. 133).

A diferença das variedades, para Silva Neto, se estabelece no que diz respeito ao português popular, o escrito é uno. Observamos no desenvolvimento de seu pensamento crítico sobre o português do Brasil (PB) a preocupação em definir certos conceitos lingüísticos dos quais faz uso, conceitos que contribuíram para a argumentação do que chamou *a unidade na diversidade e a diversidade na unidade* do português. Para isso, o autor respaldou-se nos grandes nomes tanto da filologia românica e clássica como da lingüística. Dentre os autores mais citados encontram-se: Karl Vossler, Hugo Schuchardt, Whitney, Eugênio Coseriu e Antoine Meillet.

Todavia, se há em partes da obra do filólogo, ausência de referências explícitas a um autor ou outro que, por ventura, o tenha influenciado, isso se deve ao fato de que algumas referências “saem” do domínio de co-presença do horizonte de retrospectão “en fonction des intérêts cognitifs du moment ou sous l’influence d’autre facteurs plus aléatoires (pertes de sources, par exemple)”, conforme o conceito de horizonte de retrospectão de Auroux (2006). No entanto, “*L’absence de référencement ne signifie pas*

nécessairement une absence totale dans l'horizon de rétrospection ; certains éléments peuvent figurer dans l'anonymat de la connaissance commune" (op. cit., p. 113, grifamos)⁴⁸. Nesse caso, procuraremos, pelo cotejamento do discurso, apontar as devidas influências que o autor sofreu de autores que fundamentaram seu pensamento teórico sobre o português do Brasil.

Passaremos, no próximo item, à análise do conceito de língua como manifestação do espírito humano, que, aliás, encontrou amparo no campo filosófico na filosofia hegeliana, conforme vimos.

3. 2 Língua como manifestação do espírito humano

Ao comparar o título do livro *Língua, Cultura e Civilização* (1960), de Silva Neto com o *Geist und Kultur in der Sprach* (Espírito e Cultura na Língua), de Karl Vossler⁴⁹ publicado em 1925, é possível verificar, em parte, as relações entre ambos os autores. Se Silva Neto entende o conceito "língua" atrelando-o ao conceito de *cultura* e de *civilização*, também Vossler compreende, no mínimo, como o título demonstra, a proximidade entre língua e cultura.

No entanto, a semelhança entre as obras dos autores não ocorre somente nos títulos. A proximidade das idéias de Silva Neto com às do filólogo alemão pode ser conferida pelas suas referências a este autor, que se

⁴⁸ Traduzimos: ...em função dos interesses cognitivos do momento ou sob a influência de outros fatores mais aleatórios (perdas de fontes, por exemplo). No entanto, a ausência de referenciação não significa necessariamente uma ausência total no horizonte retrospectivo; certos elementos podem figurar no anonimato do conhecimento comum.

⁴⁹ Cf . Silva Neto, 1956, p. 153.

revela de forma explícita nas páginas do artigo *A Renovação da Filologia Românica no Século XX* de LCC:

Para nós – acentua Vossler – *não é a língua com os seus sons que é autônoma, senão o Espírito, que a cria, modela e movimenta, e a condiciona em todos os seus mais pequenos pormenores. A tarefa da Filologia não pode, por conseguinte, ser outra senão a de fazer ressaltar o papel do Espírito, como única causa eficiente de tôdas as formas lingüísticas* (op. cit., 1960, p. 46-47, grifamos).

Embora haja, nesse trecho, clara delimitação entre a voz de Silva Neto e a de Vossler, marcada pelo mecanismo do discurso direto “– *acentua Vossler* –”, sua adesão às concepções lingüísticas do autor alemão é percebida quando, ao apropriar-se das palavras do outro, nos faz entender que também concebe a língua a expressão do espírito humano. A conclusão desse pensamento se dá da seguinte forma: “*Dessa maneira [o de ressaltar o papel do Espírito], os estudos lingüísticos encontravam o seu verdadeiro e adequado lugar como parte integrante da história da cultura*” (idem).

Em outro artigo intitulado “Karl Vossler”, do livro *Ensaio de Filologia Portuguesa*, de 1956, Silva Neto rende homenagem ao autor por ocasião de sua morte, ocorrida em 18 de maio de 1949. Silva Neto refere-se ao filólogo alemão como “um revolucionário da Ciência da Linguagem” em quem reconhece um continuador das concepções de Humboldt. Diz ainda o autor que Vossler dava continuidade *à linha espiritual* de Humboldt, e que tais “concepções, alias, já haviam encontrado eco no pensamento e na doutrina do eminente lingüista alemão Hugo Schuchardt” (p. 152, grifamos). Ao consultar

a já referida obra do autor alemão, *Geist und Kultur in der Sprach*⁵⁰, é possível verificar que ela tenha servido de inspiração para a conceituação de língua do filólogo brasileiro. Vossler refere-se à língua da seguinte forma:

Aproximadamente, todo mundo crê saber o que é a língua: um ruído prático e engenhoso, um estrondo social, um vaivém de signos que os homens produzem preferencialmente pela boca e percebem com o ouvido com a finalidade de compreender-se mutuamente, podendo intervir também os gestos, as mãos etc. Ninguém nega que por atrás deste dinâmico tecido de signos opera e anima alguma coisa denominada *força*, o sentido, a vontade, o *espírito* etc⁵¹ (Vossler, 1959 [1925], p. 35) (Grifamos).

Aqui Vossler nega a concepção de língua baseada somente pela apreensão mecânica, ressaltando o papel criador do espírito. Em outra passagem do livro, vemos a mesma concepção na qual Vossler diz que “[...] o conceito empírico das *línguas* dos povos e nações, formados por palavras e frases se funda em um conceito metafísico de falar”. Para ele, como verificamos, “o sujeito deste falar é [...] o *espírito humano* [...]” (Vossler, 1959 [1925], p.115) (Grifamos).

O trecho abaixo é um exemplo da filiação de Silva Neto a essa corrente idealista. Ao comentar o papel revolucionário de Vossler nos estudos lingüísticos, o autor deixa em evidência tanto a sua reação, quanto a desse autor, frente à teoria da evolução lingüística.

A sua preocupação máxima era enquadrar *a língua na história da Cultura* e, conseqüentemente, *trazer de novo a Ciência da Linguagem para o sentido espiritualista* que lhe davam, antes que o biologismo a invadissem, os grandes precursores Herder, Humboldt, Fichte, Grimm e Rask (EFP, 1956, p. 152, grifamos).

⁵⁰ Consultamos a tradução espanhola *Espíritu y Cultura en el Lenguaje* de Aurélio Fuentes Rojo, 1959.

⁵¹ Traduzimos.

Conforme apresentado, Silva Neto vale-se da concepção vossleriana de língua, como a manifestação do espírito humano. Os exemplos a seguir corroboram ainda mais essa afirmação. Antes, porém, segue-se uma pequena ressalva.

Como se sabe, Wilhelm Von Humboldt (1767-1835) foi o precursor dessa corrente chamada idealista, que considerava a língua como uma manifestação do espírito, e na qual se ressaltava o aspecto individual da linguagem (também não devemos esquecer, no campo filosófico, da grande influência da filosofia de Hegel exercida sobre esses autores, conforme procuramos demonstrar no capítulo um dessa dissertação). Dizia Humboldt⁵²: “*A língua não é um produto (ergon), mas uma atividade (energeia); é com efeito o trabalho do espírito que se repete eternamente.*” (Humboldt *apud* Miazzi, 1976, p. 75). De acordo com Faraco (2005), esta definição sugere que a língua é, ao mesmo tempo, *algo que permanece* (o *ergon* acumulado que cada geração recebe e que constitui, no seu conjunto, a visão de mundo da nação, o espírito do povo) e *algo transitório* (porque é inerentemente *energeia*, isto é, trabalho mental criativo contínuo, um verdadeiro ato artístico que opera permanentemente sobre o *ergon*, reconfigurando-o).

Analisando o *corpus* de nossa pesquisa, é possível afirmar que este discurso, que define a língua como uma atividade do espírito, é sistematicamente assumido por Silva Neto. No trecho seguinte de *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, em que criticava as teorias de

⁵² “*die Sprache ist kein Werk (‘ε’ργον), sondern eine Tätigkeit (‘ενέργεια); sie ist nämlich die sich ewig wiederholende Arbeit des Geistes*”.

Schleicher e Max Müller, por verem a língua como um organismo vivo, declara o filólogo: “Mas a verdade é que *a língua [...] é uma atividade do espírito humano*” (1986b [1950], p. 18, grifamos). Em outro trecho, retirado de *Ensaio de Filologia Portuguesa*, é possível verificar essa mesma posição:

Aos trabalhos aqui reunidos atribui o autor certa unidade. Quando outra, porém, não tivessem, mostrariam a sua atitude em face do material: *a de considerar a linguagem uma criação indissoluvelmente ligada ao espírito humano e à sociedade [...]* (1956, p. 10-11, grifamos).

Além da concepção de que a criação da língua estava ligada ao espírito humano, nota-se, na citação acima, uma outra característica considerada por Silva Neto: a referência ao aspecto social da língua (abordaremos este aspecto no item 1.4 deste capítulo).

Já na citação abaixo, extraída da *História da Língua Portuguesa*, é possível verificar semelhante idéia. Nela verifica-se o uso do vocábulo alma pelo filólogo para se referir ao espírito. Tal hipótese é reforçada pela forma como ambos os vocábulos (espírito–alma) se relacionam na frase. Desconhecido disso, o próprio comentário que segue deixa entrever uma referência indireta às concepções de Humboldt, quando o filólogo se refere ao *povo*, como grande artista, que embora, ignorado, era o criador máximo das belezas da língua. Vejamos:

E como o homem não é só matéria, mas também espírito, há de concordar [...] que [a] história da língua é a história das almas. Almas obscuras e desconhecidas, almas anônimas do povo, o grande artista ignorado, o criador máximo das belezas da língua. Almas luminosas e encantadas de escritores, que se eternizam no mármore da expressão, aí gravando as suas emoções, a sua poderosa riqueza verbal (HLP, 1986a [1957], p. 48) (Grifamos).

Nesse extrato, as considerações do autor acerca de como se faz a história da língua, dizem respeito à história da língua como a história das *almas*, já que para Silva Neto, o homem não seria apenas matéria, mas também espírito. Alma, aqui, pode ser tomada na acepção de *espírito criador* da língua, que para Silva Neto, como podemos notar na inscrição acima, teria tanto a contribuição anônima do povo quanto à dos escritores. Tais considerações levam a crer que as idéias de Humboldt estão diluídas nela. De acordo com Leroy (1971, p. 47), Humboldt acreditava que a forma interna da linguagem (*innere Sprachform*) era um constituinte fundamental do *espírito humano* e que cada forma de linguagem era uma *caracterização do povo que a fala*.

É possível verificar pela análise das idéias de Vossler (1959 [1925], p.114) essa mesma concepção, segundo qual a língua tem a característica do povo que a fala. Seguindo a tradição humboldtiana, Vossler diz que “*o mestre supremo de uma língua será aquele cuja fórmula lingüística própria é a mais alemã concebível, se é que se trata de um alemão; a mais francesa que se possa imaginar, se é que se trata de um francês.*” Ou seja, o mestre supremo de uma língua é aquele que melhor expressa o espírito do próprio povo que fala esta língua. E, insistindo nesse aspecto espiritual, diz: “o que a fórmula da identidade da natureza lingüística e o uso lingüístico pretendem expressar e logicamente incluir não é outra coisa senão *a energia espiritual* em virtude da qual se desenvolve uma dada língua [...]” (idem).

Como se vê, a influência direta de Vossler, e indireta de Humboldt no pensamento do autor, não se encontra só em títulos de obras e homenagem de Silva Neto ao primeiro, nem em vagas referências ao segundo, basta analisar alguns trechos de suas obras, para percebermos que tal influência também faz parte do horizonte de retrospectiva do autor.

O próximo item contempla a análise do conceito de língua como instrumento da cultura de um povo. Passemos a ele.

3. 3 Língua: instrumento da cultura de um povo

As idéias de Silva Neto também são tributárias às de Vossler no que diz respeito à consideração da língua como instrumento da cultura de um povo. Como demonstramos, além dos títulos *Geist und Kultur in der Sprach* (Espírito e Cultura na Língua) da obra de Vossler e *Língua, Cultura e Civilização* da de Silva Neto terem uma proximidade, pois em ambas encontram-se as palavras *língua* e *cultura*, Silva Neto refere-se a Vossler como o autor que havia colocado os estudos lingüísticos no seu verdadeiro lugar, como parte integrante da *cultura*. Observe: “*Dessa maneira, os estudos lingüísticos encontravam o seu verdadeiro e adequado lugar como parte integrante da história da cultura*” (LCC, 1960, p. 47). Em uma passagem de *Introdução* (1986b [1950]), essa concepção está bastante clara:

As transformações do latim [...] não se verificam tão somente porque ele se espalhou por vastíssima área, mas porque a *cultura*,

de que a língua é instrumento e expressão, se abastardou e esfacelou (IELPB, 1986b [1950] p. 19, grifamos).

Pode-se notar que para o autor *a língua é instrumento e expressão da cultura*. Aqui há outra concepção que não é mais a que entende a língua como produto do espírito.

Em outra frase encontrada no *LCC* (1960, p. 21), precisamente no ensaio *Ferdinand de Saussure e o seu tempo*, o autor afirma que “*A língua constitui, sem dúvida possível, o mais importante traço da cultura*”.

Ou seja, Silva Neto entende a língua como uma atividade que está condicionada ao espírito humano e que *expressa a cultura* (neste caso, também a civilização) dos homens que a falam. Seu discurso aqui está em conformidade com o de Vossler e o de Humboldt. Como vimos, Vossler diz que “*todo mundo crê saber o que é a língua: um ruído prático e engenhoso, um estrondo social, um vaivém de signos que os homens produzem [...]*”. Segundo Vossler, ninguém nega que “*por atrás deste dinâmico tecido de signos opera e anima alguma coisa denominada força, o sentido, a vontade, o espírito etc*”⁵³ (Vossler, 1959 [1925], p. 35) (Grifamos). Vossler também diz que “*estudo da língua é inseparável do da civilização, de que é expressão*” (*apud* Leroy, 1971, p. 135). Já Humboldt, como vimos, afirmava ser “*a língua não é um produto (ergon), mas uma atividade (energeia) do espírito que se repete eternamente*” (Humboldt *apud* Miazzi, 1976, p. 75).

Em uma só frase, é possível contemplarmos essas duas características que, como vimos até agora, estão ligadas a noção de língua do filólogo

⁵³ Traduzimos.

brasileiro: "O idioma [isto é, a língua] é repositório *da cultura* e, por isso, está fortemente agregado ao *espírito humano*" (IELPB, 1986b [1950] p. 60) (Grifamos).

Se até o momento as influências de Vossler e Humboldt estão presentes na concepção de língua do autor, enquanto manifestação espiritual e cultural de um povo, todavia, será no próximo item que veremos a influência de Whitney e Antoine Meillet nas considerações do filólogo de que a língua, também, era um fato social.

3. 4 O aspecto social da língua

Outra característica da *língua* na concepção de Silva Neto diz respeito ao seu caráter social. Sobre este aspecto, antes mesmo do que disse Saussure (2006) sobre o assunto, há de se considerar as formulações feitas por Whitney, que via a língua uma instituição social, o que opunha suas teses às teses naturalistas de Schleicher e Max Müller, imperativas no final do século XIX.

Reforçando a teoria de que a lingüística pertencia antes à ciência histórica do que à ciência natural, dizia Whitney: "*Os materiais da arqueologia são ainda mais físicos do que os da lingüística, e no entanto nunca ninguém se lembrou de lhe chamar uma ciência física*" (Whitney *apud* Mounin, 1973, p. 21). Nesse sentido, afirmava o lingüista norte-americano ser a linguagem não uma faculdade, mas sim "[...] *uma instituição de invenção humana*" (ibidem,

p. 22). Comparando essas idéias com o que afirma Silva Neto, vê-se que esse diz “*a língua, longe de ser um organismo, é um produto social [...]*”, e ainda que: “*as línguas seguem o destino dos que a falam, são o que delas fazem as sociedades que as empregam*” (IELPB, 1986b [1950], p. 18). Tal postura será muito mais franqueada na sua *HLP* (1986a [1957]). É nela que o autor diz:

Se a língua é um fenômeno social que só existe entre os homens e para eles, é imperativo e justo que se faça a história do instrumento através daqueles que a dominam (op. cit., p. 10. Grifamos).

Em outro lugar na mesma obra, ao delinear as linhas mestras de seu estudo, diz:

O objetivo dessa obra é, pois, o de esboçar, tão clara e documentadamente quanto possível, a formação da língua portuguesa e sua história como instrumento de uma coletividade humana. O que vale dizer, história da língua como história dos homens que a falam (idem, p. 54, grifamos).

O cotejo especialmente desses dois últimos trechos da obra de Silva Neto com a de Whitney mostra que, não obstante a falta de referência ao lingüista norte-americano, é possível notar sua influência no discurso de Silva Neto. Ou seja, é possível reconhecer, como já frisamos, na inclinação do filólogo às teorias que percebem a língua também por um viés social, as teses defendidas por Whitney. Embora tenhamos feito uso dessa mesma citação no primeiro capítulo do trabalho, na tentativa de explicá-la pelo viés do historicismo hegeliano, vale ressaltar que, nesse momento, o que está sendo frisado é o caráter social da língua e não o histórico, como lá o fizemos.

Vejamos mais uma passagem do autor norte-americano na qual o caráter social, isto é, coletivo da língua é reiterado:

A parte da sociedade na obra da linguagem é devida ao fato muito simples de *que a língua não é propriedade individual, mas coletiva* [...] Isto não significa negar a ação individual em matéria de linguagem, mas reconhecer *a sociedade como árbitro soberano* pelo qual se decide a questão de saber se uma inovação passará à língua [...] (Whitney *apud* Pimentel Pinto, 1978, p. LIII – Introdução) (Grifamos).

A filiação de Silva Neto às idéias do lingüista torna-se mais notória quando, a partir de uma citação, Silva Neto faz referência a Whitney em *LCC* (1960):

Language then, is neither an organism, nor a physical product; and its study is not a physical, but a moral science, a branch of the *history of human institutions*⁵⁴ (Grifamos).

No contexto da citação diz Silva Neto que “as línguas são o que fazem dela as sociedades que as empregam [...]”. Logo em seguida, em reconhecimento à atualidade do pensamento legado pelo autor, conclui: “A êste respeito são expressivas estas palavras do lingüista norte-americano Whitney, cujo pensamento é muito interessante e ainda hoje, em muitos aspectos, bastante actual” (Silva Neto, 1960, p. 20) (Grifamos).

Enfim, o caráter social, coletivo dado à língua também é notado pela referência explícita a Whitney, a quem Serafim dispensa todo o respeito, conforme se nota em seu comentário acerca do pensamento desse lingüista.

⁵⁴ Whitney, William Dwight, *Language and its estudy*, 1880, p 68; citado por Serafim da SILVA NETO em *Língua, cultura e civilização*, Rio de Janeiro, Acadêmica, 1960, p. 20. Traduzimos: “A língua então, não é nenhum organismo, nem um produto físico; e seu estudo não é um exame, mas uma ciência moral, uma filial *da historia de instituições humanas*”.

Atuando em uma época em que as ciências da linguagem voltavam-se para as teses naturalistas de Schleicher e Max Müller (século XIX), Whitney foi o primeiro a se opor às idéias desses autores, figurando, muitas vezes, como uma voz isolada em meio a toda corrente da época. Conforme já ressaltamos, Silva Neto também não poupou críticas a essa corrente naturalista, do final do século XIX. Talvez, venha daí sua grande admiração pelo lingüista norte-americano.

Ainda sob o aspecto social, é preciso reconhecer a figura do indo-europeísta francês Antoine Meillet, em quem Silva Neto direta ou indiretamente, também, recorre, a fim de estabelecer sua concepção de língua.

Meillet (1948) concebia a língua como um fato eminentemente social, localizava a lingüística entre as ciências sociais, considerando-a como parte da antropologia, num sentido amplo. Defendia uma linha de estudo que buscasse reconhecer as relações entre a mudança lingüística e os outros fatos sociais. Nas suas palavras:

[...] le langage est éminemment un fait social [...]; mais du fait que le langage est une institution sociale, il résulte que la linguistique est une science sociale, et le seul élément variable auquel on puisse recourir pour rendre compte du changement linguistique est le changement social dont les variations du langage ne sont plus souvent médiates et indirectes (p. 16-17)⁵⁵.

Antes de tudo Meillet foi um comparatista que, segundo Mounin (1973), alimentava sua reflexão teórica dessa imensa atividade. Meillet, afirma Mounin (op. cit.), "*marca em primeiro lugar o nascimento de uma disciplina*

⁵⁵ Traduzimos: [...] a linguagem um é fato eminentemente social [...], pelo fato da linguagem ser uma instituição social, resulta que a lingüística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da mudança lingüística é a mudança social cujas variações da linguagem não são mais freqüentemente imediatas e indiretas [...].

nova e distinta da velha filosofia da linguagem – disciplina por ele batizada, desde a sua lição de abertura no Collège de France, em 1906, de lingüística geral” (p. 44).

Silva Neto tinha vasto conhecimento das teorias de Antoine Meillet. Considerava-o “*um sábio de poderosa formação sociológica*” (HLP, 1986a [1957], p. 40). Só a título de ilustração, verificamos em uma de suas obras, *História da Língua Portuguesa*, de 1957, nada mais nada menos, que 66 citações, entre formas diretas e indiretas, passagens longas e curtas ou apenas pequenas menções feitas a este estudioso francês. Apesar de grande parte delas se referir a questões diretamente ligadas aos estudos comparativos do indo-europeu, é possível observar, também, questões voltadas ao caráter social da língua, como mobilidade social, substrato lingüístico etc.

3. 5 Variação e mudança

Reconhece Silva Neto que as línguas mudam. Para ele, a “evolução” explica-se, principalmente, pela descontinuidade da transmissão e pela própria constância do uso. Assim se expressava o autor:

As línguas estão, pois, em perpétua mudança, embora só o repouso seja facilmente perceptível. [...] Ao cabo de seu aprendizado, a criança fixa uma língua que não é exatamente a mesma das pessoas que lhe serviam de modelo. Essa diferença, imperceptível numa geração, vai-se acumulando aos poucos (HLP (1986 [1957], p. 15).

Fazendo menção à variação e mudança no latim, Silva Neto recorre novamente às idéias do lingüista francês Meillet, afirmando, em uma visão

totalmente preconceituosa, que, “na morfologia e na sintaxe o papel dos aloglotas seria *apenas negativo*” (HLP, 1986 [1957], p. 155) (Grifamos). Como recurso argumentativo, o autor faz questão de transcrever *in totum* o pensamento do francês, para dar maior credibilidade a sua tese. Convém reproduzi-lo:

[...] sans cesse, il y a par suite des groupes d’hommes qui changent de langue. Mais on ne sait jamais parfaitement une langue étrangère ; on n’en saisit pas toutes les finesses ; on n’en reproduit pas exactement tous les détails ; on n’en applique pas correctement tout le système. Chaque sujet qui emploie une langue étrangère apporte donc un trouble dans la communauté linguistique. Partout où il y a des populations d’origines diverses, la situation linguistique devient incertaine, et la liberté des enfants qui apprennent à parler s’accroît. Quand, ainsi qu’il arrive souvent, une population entière change de langue, il est inévitable que la langue nouvellement apprise, d’une part, ne soit pas en tous points conforme au modèle imité, et d’autre part, soit pendant un certain temps moins stable que n’est une longue tradition⁵⁶ (Meillet, 1948, p. 80, *apud* Silva Neto, 1986 [1957], p. 155, nota 134).

Transferindo esse mesmo pensamento para sua concepção sobre o português popular, falado no Brasil, temos que, para amparar suas teses acerca da variação, Silva Neto busca apoio em nomes como o de Meillet, com o intuito de ressaltar o aspecto social da mudança. No entanto, tais teses não deixavam de vir atravessadas pela concepção de mundo do autor, que via na mudança linguística somente a ação dos que estavam ligados às classes socialmente menos favorecidas, e isso é percebido quando o filólogo afirma, que, na morfologia e na sintaxe o papel dos aloglotas seria apenas negativo,

⁵⁶ Traduzimos: [...] de modo incessante, há conseqüentemente grupos de homens que mudam de língua. Mas nunca perfeitamente se sabe uma língua estrangeira; não se apreende todas as delicadezas; não se reproduzem exatamente todos os detalhes; não se aplica corretamente todo o sistema. Cada sujeito que emprega uma língua estrangeira traz por conseguinte uma perturbação na comunidade lingüística. Por toda a parte onde há populações de origens diversas, a situação lingüística torna-se incerta, e a liberdade das crianças que aprendem a falar aumenta. Assim como ocorre freqüentemente, quando uma população inteira altera de língua, é inevitável que a língua ultimamente aprendida, por um lado, não seja em todos os pontos conforme com o modelo imitado, e por outro lado, seja durante certo tempo menos estável que é uma longa tradição.

porque consiste em simplificar o material lingüístico, reduzindo-o apenas ao essencial. Nessa afirmação, o autor deixa entrever sua premissa de que negros e índios eram seres inferiores e que, no entanto, toda mudança ou variação lingüística atribuídas a eles eram consideradas ruins, isto é, maléficas à língua, na medida em que a estariam deturpando. O exemplo a seguir é mais uma amostra dessa visão negativa do autor em relação aos índios e negros, para ele em atrasado estágio de civilização, vejamos:

Como se vê, há muitas semelhanças entre o português dos índios e o português dos negros. Isso é, aliás, bem natural, pois *tanto índio como negro, em atrasado estágio de civilização*, aprenderam o português como língua de emergência, obrigados pela necessidade (IELPB, 1986 [1950], p. 36) (Grifamos).

A norma lingüística será outro conceito carregado dessas considerações sobre os diversos “estágios” de civilização. Observemos o item seguinte.

3. 6 Norma lingüística

Ao tratar da *norma* Silva Neto buscou apoio no eminente lingüista Eugênio Coseriu, a quem faz menção em nota de rodapé, citando sua obra *Sistema, Norma y Habla, Montevideo, 1952*, em versão espanhola. Silva Neto, entretanto, interpreta ao seu modo o conceito do lingüista, indo além das considerações feitas por este.

O lingüista romeno Eugênio Coseriu (1979), depois de desenvolver no referido ensaio uma detida revisão bibliográfica sobre o tema, fazendo, dessa forma, uma recensão aos diversos lingüistas que abordaram a dicotomia saussuriana *langue* (sistema) e *parole* (fala), propõe um modelo tripartido do esquema, ampliando, assim, a famosa dicotomia do mestre genebrino. Para

Coseriu, no lugar da dicotomia, o correto seria um modelo tricotômico, pois, para ele, entre o sistema e a fala, havia o filtro social da **norma**.

Os conceitos de norma e sistema são elaborados por Coseriu (op. cit.) com base no falar concreto, levando em conta, através da retrospectiva, as relações entre os atos lingüísticos considerados e seus modelos. Ou seja, para Coseriu os atos lingüísticos são, ao mesmo tempo, criações inéditas (acontecimentos) e atos de "re-criação" – eles se estruturam na base de modelos já elaborados, e os superam, de alguma forma (cf. Coseriu, 1979, p. 72) Tais modelos aparecem cristalizados numa "língua anterior". Assim, em certo momento, as estruturas, os acontecimentos lingüísticos são apenas normais e tradicionais numa comunidade; compõem, pois, a **norma**. É só num segundo momento que, dessa norma, se extraem elementos considerados essenciais, formando oposições funcionais – o que comporá o **sistema**. A concepção de Coseriu é representada por ele através de quadrados concêntricos: o mais exterior representa os **atos lingüísticos concretos**, o intermediário representa a **norma** (repetição de modelos anteriores no falar, excluindo-se o inédito, o ocasional), e o mais interior corresponde ao **sistema** (com exclusão, na norma, do que não é indispensável, funcional). Assim diz o lingüista romeno:

Sobre a base do próprio falar concreto, única realidade investigável da linguagem, devem ser elaborados, a nosso ver, os conceitos de **norma** e **sistema** [...]. Ou seja, o falante utiliza, para a expressão de suas intuições inéditas, modelos, formas ideias que encontra no que chamamos "língua anterior" (sistema precedente de atos lingüísticos) [...]. Num primeiro grau de formalização, essas estruturas são simplesmente normais e tradicionais na comunidade, constituem o que chamamos de **norma**; mas num plano de abstração mais alto, depreende-se delas mesmas uma série de elementos essenciais e indispensáveis de oposições

funcionais: o que chamamos **sistema** (1979, pp. 71-2, grifos do autor).

Para Coseriu o **sistema** da língua aparece não tanto como um conjunto de "imposições", mas como um conjunto de "liberdades", na medida em que o sistema teria um caráter "consultivo", proporcionando aos sujeitos meios para sua expressão inédita, e ao mesmo tempo compreensível aos usuários do mesmo sistema. O que, de fato, se impõe ao sujeito é a **norma**; dada a sua configuração, é ela que restringe as possibilidades que o sistema oferece: são imposições sócio-culturais.

Já para Silva Neto, como já se disse, numa interpretação própria do conceito elaborado pelo lingüista romeno:

A norma o que torna inteligíveis uns aos outros os membros de um grupo; é a regra, a diretiva susceptível de ser codificada em gramáticas e dicionários. Como se depreende, varia com os grupos sociais: oscila entre o ideal lingüístico almejado pelas pessoas mais bem dotadas – tido como o padrão, o modelo – e o tosco meio de expressão das classes mais baixas (H.L.P., 1986 [1957], p. 157) (Grifamos).

Como se nota há, no trecho acima, algumas confusões. No ponto em que o autor diz que a norma "*torna inteligíveis uns aos outros os membros de um grupo*", não haveria maiores problemas. No entanto, na segunda frase há uma confusão sobre o conceito de norma, isto é, para o autor, norma é só o que vai para os dicionários e a gramática. Todavia, sabe-se que tanto pelo modelo apresentado por Coseriu, como pelo atual conceito de norma isso não

se sustenta. Leite (1998) refletindo sobre os conceitos de *norma* e *uso* aplicados aos estudos do Projeto NURC-SP, recorreu aos atuais estudos de Rey e a Aléong para definir o que seja norma, vejamos o que diz a autora sobre o assunto:

Segundo Rey (1972), há a *norma* do falar objetivo, da língua efetivamente realizada nos diversos grupos sociais, chamada *norma objetiva*, segundo a qual entendemos que cada grupo social tem a sua própria *norma* e que, conseqüentemente, há tantas *normas* quantos grupos houver. [...] Ainda podemos falar sobre a *norma* segundo a perspectiva sócio-antropológica, adotada por Aléong (1983). Segundo esse ponto de vista, há uma *norma explícita*, codificada e divulgada por um aparelho de referência, integrado pela escola, gramáticas e dicionários. Há, ainda, as *normas implícitas* que são próprias de cada grupo social e, na medida do possível, tão mutáveis quanto estes (op. cit., p. 180-1) (Grifos da autora).

Analisando as afirmações do filólogo levadas em consideração com o atual conceito de norma, acima descrito, vejamos quais problemas estão nelas contidos. Há uma contradição na afirmação de Serafim da Silva Neto, e ela se dá na medida em que na primeira frase o filólogo diz ser a norma o que “torna inteligíveis uns aos outros os membros de um grupo”, o que seria condizente como as atuais noções desse conceito, mas logo em seguida, ao afirmar ser a norma “a regra, a diretiva susceptível de ser codificada em gramáticas e dicionários”, o autor faz confusão e não reconhece como norma, as *normas implícitas*, que, apesar de não serem codificadas e divulgadas por um aparelho de referência, existem. Dessa forma, o autor nega na segunda frase, o que afirmou na primeira.

No entanto, o problema não se revela só aí. Na terceira frase, apesar de, no discurso de Silva Neto, haver reconhecimento da variedade, e na

quarta, o reconhecimento da existência de mais de uma norma, o autor faz interpretação preconceituosa sobre a que não é a norma tradicional.

Tal postura se revela na sua concepção de que a norma das classes mais baixas seria um “tosco meio de expressão”. Esse tipo de comentário faz com que a definição seja comprometida, também, pelo juízo de valor expressado.

Como já se observou, ao longo da análise das idéias lingüísticas do autor, depreende-se que devíamos à língua, à cultura e à civilização portuguesa o legado de nossa língua, e da história que herdamos e que, por isso, segundo ele, não poderíamos “rebaixá-las” à face do mundo civilizado.

Imaginemos severos professores de Medicina, Direito, Engenharia, lançando, do alto da cátedra, entre jóias do saber universitário, os *pru mode*, que no grande poeta popular tão saborosos nos parecem! Quando tal coisa acontecesse não teríamos só **rebaixado a língua que herdamos**: ter-nos-íamos rebaixado nós mesmos à face do **mundo civilizado**... (IELPB, 1986 [1950], p. 20) (grifo nosso).

De acordo com tais idéias, para Silva Neto, os falantes cultos, como os “severos professores”, não deveriam misturar à variante de prestígio da língua uma variante considerada de menor valor, sobretudo porque os falantes dessa variante de menor valor não eram considerados civilizados e estariam, portanto, abaixo de outros grupos sociais, ditos civilizados.

CONCLUSÃO

Este trabalho visou a analisar alguns pontos das idéias lingüísticas do filólogo brasileiro Serafim da Silva Neto, sobre o português do Brasil. Tivemos como objetivo precípua examinar-lhe o conceito de língua na sua relação com a cultura e a civilização.

Para alcançar esse objetivo, no capítulo um, esforçamo-nos no sentido de contextualizar filosófica, científica e politicamente a época em que o autor atuou. Procuramos, dessa forma, investigar quais as bases teóricas em que o pensamento crítico de Silva Neto estava fundamentado. Nesse sentido, foi pela investigação de algumas referências do filólogo, feitas a Croce e a Vossler que procuramos aproximar suas idéias as da filosofia espiritualista de Hegel, que poderia tê-lo influenciado na sua visão de mundo e, desse modo, contribuído para a sua concepção espiritualista de língua.■

Pela aplicação do método dialético hegeliano, para exemplificar o “desenvolvimento” histórico do português no Brasil, segundo as premissas de Silva Neto, obtivemos a amostra de que a influência espiritualista figurava no *horizonte de retrospectão* do filólogo de modo indistinto como um *conhecimento comum*. Ainda nesse capítulo, viu-se a possível relação do autor com o Estado Novo, no que diz respeito à política de língua, nesse caso, entendida como patrimônio histórico, necessário à identidade do Estado Nacional.

Já no capítulo dois, procuramos mostrar por que, para Silva Neto, a língua estava atrelada à cultura e à civilização. Vimos que a influência da antropologia evolucionista cultural, em parte, foi responsável por essa concepção do autor. Além disso, Silva Neto usou o conceito de civilização, de acordo com a forma empregada por franceses e ingleses, que dentre outras especificidades, *expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo*. Nesse sentido, foram de grande valia as observações que buscamos nos estudos feitos pelo sociólogo Norbert Elias (1994). Para Silva Neto, o conceito de civilização era mais abrangente que o de cultura, e, por isso, entendia que nem sempre quem tinha cultura era civilizado. Além disso, ser civilizado era, para o autor, estar ligado à escrita, possuir uma literatura. Enquanto a cultura era vista como menos abrangente. Isso para o filólogo queria dizer que, se todos os homens possuíam uma cultura, nem todos eram civilizados. Dessa forma, para ele, negro e índio não atingiram o estágio a que o homem português atingiu, *"em um mover constante e incessante para frente"* tão característico da civilização porque, em parte, negro e índio não possuíam literatura, não eram urbanos e não tinham contacto com o mundo cosmopolita, estes, segundo o filólogo, alguns dos indícios dos civilizados.

Percebeu-se, na teorização do filólogo sobre o português do Brasil, que nem todas as culturas foram admitidas como contribuintes na formação histórica da língua portuguesa escrita. Isto é, a *cultura* admissível na configuração da língua portuguesa do Brasil, era maciçamente a *cultura* e *civilização* portuguesa, porque era a detentora de uma tradição escrita da

língua, e por isso, considerada a língua de uma civilização superior, que tinha sido legada a nós, brasileiros.

E, finalmente, no terceiro capítulo, analisamos a repercussão das teorias lingüísticas da época na concepção de língua do autor. Pudemos observar quais autores o influenciariam. Como vimos, autores como Karl Vossler, Hugo Schuchardt, Whitney, Eugênio Coseriu e Antoine Meillet e, até mesmo, Humboldt, serviram-lhe de referência.

Portanto, nosso principal objetivo nesse capítulo foi o de analisar o conceito de língua em Silva Neto e mostramos que ele a concebia como atividade do espírito humano, como fato social e, finalmente, como constituição do traço mais importante da cultura e da civilização.

Diante do que vimos, pode-se afirmar que Silva Neto, embora com traços preconceituosos, formulou e/ou adotou para o português no Brasil uma série de conceitos lingüísticos que persistem até os dias de hoje na pauta de discussões da lingüística brasileira. Sua concepção de língua se aproxima muito da dos sociolingüístas modernos, seja na percepção aguda da variação e da mudança, seja na formulação do conceito de crioulo. Sobre esse aspecto, há de se notar que Silva Neto talvez tenha se antecipado a umas das atuais teorias sobre a aquisição da linguagem, ao afirmar que a língua muda de uma geração para outra, justamente, no momento da sua aquisição pelos falantes.

Dessa forma, podemos afirmar que Silva Neto, apesar de não ter se percebido como lingüista, foi um dos maiores que o Brasil já teve, não só pelo fato de incorporar às discussões sobre o português no Brasil os conhecimentos lingüísticos de sua época, mas também por ter avançado, e dessa forma,

antecipado às muitas teorias lingüísticas que embasam as atuais discussões da lingüística brasileira.

Enfim, era necessário que se analisassem e se interpretassem, como procuramos fazer ao longo desse trabalho, as idéias lingüísticas de Silva Neto, em seu contexto, à luz da história para que, assim, se revelassem algumas de suas mais importantes bases.

Por isso, a opção pela orientação metodológica da historiografia lingüística foi de fundamental importância para nossa análise, na medida em que fizemos uma representação do passado para que, a partir da posse das respostas lá encontradas, fosse possível compreender o nosso presente.

Partindo desse ponto, é necessário reconhecer, como já havíamos afirmado, que se não pode fazer afirmações acerca das idéias de um determinado autor, sem antes lhe traçar o contexto, o percurso, as influências, bem como pesquisar e analisar as bases teóricas sobre as quais seu pensamento crítico foi sustentado, e estabelecer-lhe, assim, as relações com o presente. Foi o que este trabalho procurou fazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I – Fontes primárias

SILVA NETO, Serafim da. *História da Língua Portuguesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Presença, 1986a. [1ª ed. 1957].

_____. *Introdução ao estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Presença, 1986b. [1ª ed. 1950].

_____. *Ensaio de Filologia Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

_____. *Língua Cultura e Civilização*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

_____. *Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa*. 2ª ed. amp. rev. por Evanildo Bechara e J. Pinto de Lima. Rio de Janeiro: Editora Grifo, 1976 [1.ed. de 1956].

_____. *Manual de Filologia Portuguesa: história, problemas, métodos*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1952.

_____. *Fontes do Latim Vulgar (O Appendix Probi)*. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Filosofia/ Imprensa Nacional, 1946.

II – Estudos

ABDALA JR. Benjamin; PASCHOALIN, Maria Ap. *História Social da Literatura Portuguesa*. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1985.

ALTMAN, Cristina. *A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas-FFLCH-USP, 1998.

AUROUX, Sylvian. Les modes d'historicisation . In: *Histoire, Epistemologie, Langage*. Histoire des Idées Linguistiques et Horizons de Rétrospection. Tome XXVIII, Fascicule 1, 2006. pp. 105-116.

ARANHA, Maria Lúcia de A.; MARTINS, Maria Helena P. *Filosofando: introdução à filosofia*. 2ª. ed. rev. São Paulo: Moderna, 1999.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Vida e Obra [de Hegel]*. In: Hegel. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista (SP): Ed Universidade de São Francisco, 2001. 202p. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 05 Ago. 2008.

CASTRO, Celso. Apresentação. In: _____. (Org.) *Evolucionismo Cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Trad. Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTRO GOMES, Ângela M. de. O redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. (Política e Sociedade), pp. 109-144.

COELHO, Olga Ferreira. *Serafim da Silva Neto (1917-1960) e a Filologia Brasileira: um ensaio historiográfico sobre o papel da liderança na articulação de um paradigma em ciência da linguagem*. Dissertação de Mestrado em Semiótica e Lingüística Geral. São Paulo: FFLCH-USP, 1998.

COSERIU, Eugênio. *Teoria da Linguagem e Lingüística Geral*. Trad. Agostinho Dias Carneiro. Rev. Téc. Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro/ São Paulo: Presença/ EDUSP, 1979.

_____. *Tradição e Novidade na Ciência da Linguagem – estudos de história da lingüística*. Trad. Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro/ São Paulo: Presença/ Edusp, 1980.

COSTA E SILVA, Alberto da. *Portugal, de minha varanda*. In: VÁRIOS. *Via Atlântica*. Publicação da Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa / Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo – n. 2. São Paulo: Departamento, 1999. Anual. pp. 20-40. ISSN 1516-5159.

CROCE, Benedetto. *Lo vivo y lo muerto de la filosofía de Hegel*. Trad. para o espanhol por Francisco González Rios. Buenos Aires: Ediciones Imán, 1943.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

CHEDIAK, Antônio José. *Síntese Histórica da Academia Brasileira de Filologia* (1944-1949) – Primeira parte. Rio de Janeiro, 1999. [Mimeo]

DILTHEY, Wilhelm. *Hegel y el idealismo*. Versión y epílogo de Eugenio Imaz. Fondo de Cultura Económica, Pánuco: México, 1944.

ELIA, Silvio. A contribuição filológica de Serafim da Silva Neto. In: AZEVEDO FILHO, Leodegário A. (Org.). *Estudos Filológicos* – Homenagem a Serafim da Silva Neto, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967, pp 242-243.

_____. Serafim da Silva Neto - Sua vida Sua obra. In: SILVA NETO, Serafim da. *Manual de Filologia Portuguesa; história, problemas, métodos*. 4ª Ed. Rio de Janeiro/ Brasília: Presença/ Pró-Leitura – INL, 1988. Col. Linguagem 6, pp. 07-10.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro, Zahar, 1994.

FARACO, Carlos Alberto. *Interação e linguagem: balanço e perspectivas*. Texto apresentado como conferência de encerramento do Congresso Internacional Linguagem e Interação, realizado na UNISINOS (São Leopoldo – RS), de 22 a 25 de agosto de 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo. *Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: O problema dos patrimônios culturais*. Fundação Getúlio Vargas: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p. 264-275.

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito* - Parte I. 5ª Ed. Trad. Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 2000. [1ª edição do original em alemão, 1807].

_____. *Introdução à História da Filosofia*. Trad. de Antonio Pinto de Carvalho, In: Os Pensadores, São Paulo, Nova Cultural, 1999.

_____. *Estética – a idéia e o ideal*. Trad. Orlando Vitorino. In: Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ILARI, Rodolfo. *Lingüística Românica*. 3ª Ed. 7ª Reimp. São Paulo: Ática, 2007.

JANICAUD, Dominique. Dialética e substancialidade – sobre a refutação hegeliana do espinozismo. In: ALTHUSSER, Louis et alli. *Hegel e o pensamento moderno*. Col. Substancia. Trad. De Rui Magalhães e Sousa Dias. Porto : Rés Editora, 1979 [1968].

LEITE, Marli Quadros. Língua Falada: uso e norma. In: PRETI, Dino (Org.). *Estudos de Língua Falada – variações e confrontos*. Projetos paralelos – NURC/SP (núcleo USP) nº 3. São Paulo: Editora Humanitas, 1998. pp.179-208.

LEROY, Maurice. *As Grandes Correntes da Lingüística Moderna*. 2ª ed. revista. São Paulo: Cultrix, 1977.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil (1500-2000). **DELTA**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010244502001000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 Ago. 2008. doi: 10.1590/S0102-44502001000100005.

LONDRES, Cecília. A Invenção do Patrimônio e a Memória Nacional. In: BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas; Bragança Paulista (SP): Ed Universidade de São Francisco, 2001. 202p. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 20 Mai. 2008.

MACHADO FILHO, A. V. L. *Serafim da Silva Neto e a história da língua portuguesa: o que mudou....* In: II Encontro Nacional de Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino, 2003, João Pessoa. Anais. João Pessoa: Idéia, 2003. p. 69-80. Disponível: <http://www.prohpor.ufba.br/serafim.html>. Acesso em: 20 Jun. 2006.

MAGNE, Augusto. *Prefácio da 1ª edição*. In: SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Presença, 1986a. [1ª ed. 1950].

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-Chave da Análise do Discurso*. 2ª reimp. Trad. de Márcio Venício Barbosa & Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. Original francês de 1996.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Uma Teoria Científica da Cultura*. Trad. de José Auto. Rio de Janeiro: Zahar, 1941.

MARÍAS, Julián. *História da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MATTOS E SILVA, R. V. - *Diversidade e Unidade: A Aventura Linguística do Português*. Revista ICALP, vol. 11, Março de 1988, 60-72; Revista ICALP, vol. 12/13, Junho-Setembro de 1988, pp. 13-28. Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/hlp/biblioteca/diversidade.pdf>. Acesso em: 18 Mai. 2007.

_____. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

MEILLET, A. Linguistique historique et linguistique generale. (Tome I e II). Champion, 1948/Klincksieck, 1952. [Collection Linguistique, Societe Linguistique de Paris VIII & XL]

MIAZZI, Maria L. F. *Introdução à lingüística românica: histórico e métodos*. São Paulo: Cultrix, 1976.

MORGAN, Lewis Henry. A Sociedade Antiga. In: CASTRO, Celso. (Org.) *Evolucionismo Cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Trad. Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. [edição original de 1877].

MOUNIN, Georges. *A Lingüística do Século XX*. Trad. de Conceição Jardim & Eduardo L. Nogueira, Brasil/ Portugal: Martins Fontes/ Presença, 1973.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. (Política e Sociedade). Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>

PIMENTEL PINTO, Edith. *O Português do Brasil : textos críticos e teóricos, 1 – 1820/ 1920, fontes para teoria e história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

_____. *A Gramatiquinha de Mário de Andrade – texto e contexto*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

REIS, Elisa P. *O Estado Nacional como Ideologia: O caso brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p. 187-203.

SALEM, Tânia. Do Centro D. Vital à Universidade Católica. In: SCHWARTZMAN, Simon. (Org.). *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982, pp. 97-134.

SILVA DE ARAGÃO, M. do Socorro; LUCENA, Ivone T. de. *Atlas lingüístico do Brasil: Estado da Paraíba - ALiB/PB*. Revista Conceitos: publicação da ADUFPB/ João Pessoa/Paraíba. João Pessoa. Paraíba, Julho de 2003 a Junho de 2004. Edição nº 10. Publicada e lançada em Novembro de 2004. Disponível em: www.adufpbjp.com. Acesso em: 10 Abr. 2007.

SCHWARTZMAN, Simon *et al.* *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra/ Edusp, 1984.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX: O contexto brasileiro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROS, Renato S. (Orgs.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996, pp. 147-179.

TARALLO, Fernando; ALKMIN, Tania. *Falares Crioulos- línguas em contato*. São Paulo: Ática, 1987.

TYLER, Edward Burnett. A Ciência da Cultura. In: CASTRO, Celso. (Org.) *Evolucionismo Cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Trad. Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. [edição original de 1871].

VEIGA, Albino B. Serafim da Silva Neto. In: AZEVEDO FILHO, Leodegário A. (Org.). *Estudos Filológicos – Homenagem a Serafim da Silva Neto*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967, pp. 9-31.

VITRAL, Lorenzo. Língua geral versus língua portuguesa: a influência do 'processo civilizatório'. In: Mattos e Silva, R. V. (Org.) *Para a História do Português Brasileiro*, vol. II, Primeiros estudos, 2 tomos. São Paulo: Humanitas /Fapesp. 2001, tomo 2, pp. 275-302.

VOSSLER, Karl. *Espíritu y cultura en el lenguaje*. Trad. Aurelio Fuentes Rojo. Madrid: Cultura Hispánica, 1959.

WACHTEL, Nathan. A aculturação. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Direção). *História: novos problemas*. 2ª Ed. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, pp. 113-129.

III - Sites consultados

<http://www.anales.uchile.cl/6s/n5/doc2> (site oficial da Universidade do Chile)

<http://www.prohpor.ufba.br/serafim.html>

<http://www.instituto-camoes.pt/cvc/hlp/biblioteca/diversidade.pdf>

<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/GiovGent.html>

<http://www.cpdoc.fgv.br>

<http://www.scielo.br/scielo>

<http://www.adufpbjp.com>